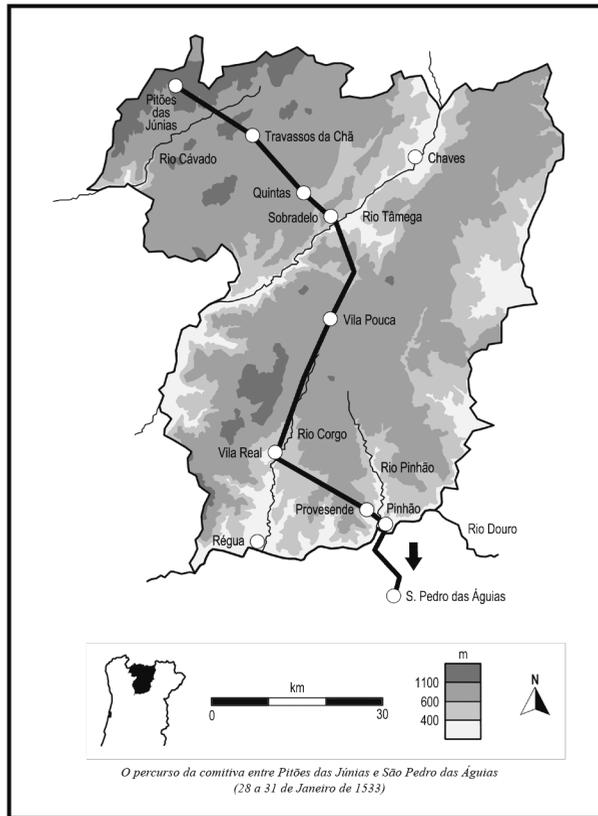


Revista de cultura trasmontana e duriense



Revista *Tellus*
Câmara Municipal de Vila Real

Director: A. M. Pires Cabral
Periodicidade: bi-anual
Distribuição gratuita

Tellus
74

TELLUS – Revista de cultura trasmontana e duriense

Proprietário e Editor

Município de Vila Real
Av. Carvalho Araújo, 5000-657 Vila Real
NIPC: 506359670

Director

A. M. Pires Cabral

Sede da Redacção

Grémio Literário Vila-Realense,
R. Madame Brouillard, 5000-573 Vila Real
gremio@cm-vilareal.pt

Periodicidade bi-anual

Tellus, n.º 74

Vila Real, 27 de Maio de 2021

Tiragem: 300 exemplares

ISSN: 0872 - 4830

Paginação e impressão:

Divinalpages – Unipessoal, Lda. – Vila Real
Rua D. António Valente da Fonseca, N.º 8,
5001-911 Vila Real

Anotada na ERC

Colaboradores neste número

António Adérito Alves Conde, Armando Palavras,
Elsio Amaral Neves, José Dias Baptista, Pedro
Abreu Peixoto, Sebastião Bravo, Vítor Nogueira

Estatuto Editorial

Tellus é uma revista bi-anual dedicada ao estudo, promoção e divulgação da cultura trasmontana e alto-duriense, em todas as suas vertentes.

Tellus rege-se por uma total independência perante interesses económicos, políticos ou religiosos.

Tellus respeita os princípios deontológicos e a ética profissional dos jornalistas, assim como a boa-fé dos leitores, em observância do disposto no Art.º 17.º da Lei de Imprensa.

Tellus não se obriga a publicar quaisquer originais não solicitados.

Tellus autoriza a transcrição, no todo ou em parte, do material contido neste número, desde que citada a origem.

Revista de cultura trasmontana e duriense

Tellus
74

Carvalho Campos e Menéres: uma família de «brasileiros» do lugar do Prado (Borbela)

António Adérito Alves Conde

Apresentação

A família de apelido Carvalho Campos – ligada ao lugar do Prado, freguesia de Borbela, onde ainda hoje, alguns dos seus membros, mantêm casas centenárias de elegante e variada arquitectura – teve a sua origem no lugar do Campo, da mesma freguesia, junto ao Largo de Santa Maria Maior.

Com efeito, foi a partir daí que o núcleo familiar, objecto desta investigação, bem como o seu conjunto de propriedades, começou a irradiar até aos lugares do Prado, Estrada das Courelas (ou Escourelas) e Coalhal, em direcção à estrada de Chaves (E.N. n.º 2) e ao lugar da Borralha. Aí se situa, ainda hoje, junto à moderna urbanização de “Vila Campos”, o palacete da antiga Quinta da Pedra da Escada, provavelmente mandado construir, nos inícios do séc. XX, pelo “brasileiro” João José de Campos Sampaio que se consorciou com uma descendente da família Menéres.

O patriarca desta família, aqui considerado, é José António de Carvalho, agricultor, casado com Maria das Dores, residente no lugar do Campo. Embora sejam conhecidas algumas gerações dos seus antecessores, adiante referenciadas, encontramos em José de Carvalho (ou José António de Carvalho – 1831-1910) o homem que fez o ponto de viragem, quer pela expansão das suas propriedades para novos lugares, cada vez mais perto do centro urbano, quer pela aposta na fixação no lugar do Prado, a cerca de 1 Km do lugar onde morava e onde veio a falecer.

Entre os seus descendentes directos encontramos alguns exemplos notáveis de ascensão social, por via da emigração para o Brasil ou de estratégias matrimoniais, nas pessoas de Domingos de Carvalho Campos, Maria Emília de Carvalho Campos e João José de Campos Sampaio. Nas gerações seguintes, já se encontra uma plêiade de personalidades que encetam percursos burgueses, com ligações à política, à advocacia e outras profissões liberais, à literatura e aos negócios, cujos percursos biográficos serão aqui analisados.

Este estudo, por razões editoriais, será dividido em duas partes, com relativa autonomia entre si.

Assim, numa primeira parte, serão estudadas as origens da família e a sua deslocação para o lugar do Prado. Paralelamente, será traçado o percurso biográfico das personalidades que mais se destacaram, no caso concreto de Domingos de Carvalho Campos (Comendador) e seus descendentes; ou daquelas cuja “pegada social” é significativa, mas não encontrou o caminho do sucesso, no caso concreto de Agostinho de Carvalho Campos e seus descendentes. Neste estudo são também incluídos outros filhos do patriarca José António Carvalho Campos que não escolheram os caminhos da emigração e se fixaram na freguesia de Borbela, onde tiveram percursos mais modestos.

Numa segunda parte, a publicar posteriormente, serão tratados os percursos de Maria Emília de Carvalho Campos e de seu irmão João José de Campos Sampaio. No primeiro caso, a abordagem será feita privilegiando o percurso dos seus descendentes. No segundo caso, o percurso de vida de João José Campos Sampaio, será analisado na perspectiva de um processo de pesquisa documentalmente rico que nos mostra um homem inteligente e perspicaz que, através do trabalho duro e persistente, se tornou um bem-sucedido comerciante da praça do Rio de Janeiro. Este percurso, também desenvolvido em solo sul-americano, remete para a sua ligação matrimonial à família de Clemente Menéres, bem como para a carreira intelectual, literária e de figura pública de seu filho, o poeta João Campos, que, para além disso, foi um distinto advogado da praça portuense e o “restaurador” da casa de família, a casa das (sempre eternas) janelas amarelo-torrado que o autor deste estudo conhece desde a sua meninice.

1. As origens da família Carvalho, do Bairro do Campo.

Como foi referido, o patriarca da família foi José António de Carvalho, que antes de se fixar no lugar do Prado, era conhecido por José Carvalho,

do Campo. Mais tarde, a família (ou alguns dos seus membros) passaram a usar o apelido Campos que tomaram do Bairro com o mesmo nome, com ligação às suas origens familiares.

Os seus antecessores eram naturais e residentes no mesmo lugar do Campo, designadamente seu pai José de Carvalho, que casou, em 1812, com Maria de Carvalho, do lugar de Vila Nova e toda a linha de ascendentes, até aos seus trisavós maternos, Francisco Carvalho e Ana Francisca, que já viviam no lugar do Campo, em meados do século XVII.

1.1. Genealogia de José António de Carvalho

José António de Carvalho, nascido em 1831, era o filho mais novo de José Carvalho (nascido em 1791) e de Maria de Carvalho (nascida em 1790 e falecida em 2 de Março de 1870). Os seus pais casaram, na igreja paroquial de Borbela, em 18 de Julho de 1812. De acordo com o registo de casamento, os *“contrahentes foram dispensados em segundo grau em linha igual de consanguinidade por sentença Appostolica”*. Como a seguir se verá, a mãe do noivo era irmã do pai da noiva. José António e Maria, embora tardiamente, foram pais de Luís (1822), Constâncio (1824), Domingos (1825), Tomásia (1829) e do referido José António (1831). Destes, para além de José António, sabe-se que Domingos de Carvalho Campos era casado com Margarida de Carvalho, tendo falecido ele em 21 de Novembro de 1897 e ela em 17 de Novembro de 1912, no lugar do Campo. Domingos fez escritura de doação, deixando o terço de seus bens aos seus filhos legítimos (António – nascido em 27 de Março de 1875 – José e Secundino), havendo ainda dois filhos menores. Tinha também uma filha natural, maior, residente no Brasil. Teve officio de corpo presente, com 18 padres e foi sepultado no cemitério de Borbela (ADVR/assento de óbito n.º 36, de 1897). Também, em relação a Tomásia, se sabe que foi casada com Miguel da Silva, foi jornaleira e faleceu no Prado, aos 83 anos, em 17 de Maio de 1910, sendo já viúva. Deste casamento nasceu uma menina.

De seguida, dá-se conta dos antecessores de José António de Carvalho, numa reconstituição que retroage até ao Portugal de Seiscentos, a saber:

Avós paternos:

- António Carvalho e Ana Carvalho que casaram, em Borbela, em 30 de Agosto de 1786.

Avós maternos

- João Carvalho e Violante de Carvalho que casaram, em Borbela, em 7 de Maio de 1789.

Bisavós paternos:

- Francisco Xavier de Carvalho e de Maria Gomes que casaram, em 24 de Abril de 1752; João Carvalho e Luísa Martins.

Bisavós maternos:

- os mesmos João Carvalho e Luísa Martins; Gonçalo Carvalho e Maria Francisca, que casaram em 26 de Janeiro de 1735.

Trisavós paternos conhecidos:

- Francisco Carvalho e Josefa João; João Melchior e Ana Gomes.

Trisavós maternos conhecidos:

- Francisco Carvalho e Ana Francisca, do Campo; André Carvalho e Maria Francisca, de Ferreiros.

2. O patriarca José António de Carvalho Campos

José António nasceu a 7 de Agosto de 1831, no lugar do Campo, e foi baptizado a 14 de Agosto seguinte, na igreja paroquial de Borbela. A 1 de Dezembro de 1848, casou, na igreja de Borbela, com Maria das Dores, do lugar de Vila Nova, da mesma freguesia. Maria das Dores, nascida em Borbela, em 1 de Julho de 1829, era filha legítima de Manuel António Ribeiro e Ana Joaquina, que casaram, em Borbela, em 3 de Janeiro de 1827. (PT-ADVRL-PRQ-PVRL05-002-017_m0035.tiff). Os noivos, José António e Maria das Dores, eram ainda menores, tendo ele 18 e ela 20 anos. Os recém-casados viveram no lugar do Campo, nas propriedades que já haviam pertencido aos seus antecessores e que se prolongavam pelo vale do ribeiro do Pontão do Outeiro, afluente do Rio Cabril. Aí nasceram os seus filhos: António (em 6 de Dezembro de 1849), José (em 2 de Abril de 1852), Domingos (em 23 de Março de 1854), Agostinho (em 23 de Maio de 1859) e Ana (em 15 de Outubro de 1861). Depois da sua fixação no lugar do Prado, tiveram Balbina (em 10 de Julho de 1864), Maria Emília (em 22 de Outubro de 1866) e, por último, João José (em 24 de Junho de 1869). A mudança para a Casa do Prado deve ter ocorrido entre 1862 e 1863, já que a filha Ana de Jesus nasceu na antiga casa do Campo, nos finais de 1861 e Balbina nasceu já no Prado, em 1864.



Imagem n.º 1 – Casa do Prado pertencente ao patriarca da família Carvalho Campos

A Casa do Prado situa-se junto à estrada que segue para Borbela, a cerca de 150 metros da ponte do Rio Cabril. Por informações da família tivemos conhecimento que foi recuperada, no ano de 1947, por um neto do patriarca, o poeta e advogado João Carvalho Menéres. Na visita que foi feita à casa, por cortesia da família, foi possível constatar que a mesma, na parte poente, virada para a estrada, conserva ainda preservados e mobilados os quartos onde viveram o patriarca e seus filhos mais novos. Até à data do restauro, nela terá vivido o filho Agostinho de Carvalho Campos, após a morte do pai. Nas imediações desta casa, situa-se a Casa e a Quinta dos Almeida Garrett, da família do famoso escritor romântico, bem como as casas da família Campos, designadamente a que pertenceu à filha Maria Emília e o palacete que pertenceu ao filho Domingos, depois habitado pelo neto Avelino, adiante referenciados.

Foi nesta casa que faleceu José António de Carvalho Campos, no dia 19 de Maio de 1910, aos 79 anos de idade, tendo recebido os sacramentos. José António teve officio de corpo presente a que assistiram 19 eclesiásticos e foi sepultado no cemitério de Borbela. (ADVR/Vila Real/Vila Real/ Borbela/ Óbitos – ano de 1910 registo nº 12, p. 183v – 184). A notícia da sua morte foi registada pelo jornal “O País”, do Rio de Janeiro (edição de 26.05.1910, p. 26), sendo do seguinte teor: “*José de Carvalho Campos. Villa Real – Portugal. Sampaio, Avelino & C., tendo recebido a infausta noticia do fallecimento do prezado pai de seu socio João José de*

Campos Sampaio, convidam os seus amigos e parentes para assistirem á missa de 7º dia, que em suffragio da alma do mesmo finado mandam celebrar amanhã, sexta-feira, 27 do corrente, ás 9 horas, na matriz da Candelaria, e confessam-se desde já agradecidos”.

2.1. Os filhos do patriarca

2.1.1. António de Carvalho Campos

Nasceu no lugar do Campo, em 6 de Dezembro de 1849, e foi baptizado a 20 do mesmo mês. Em 1866, sendo solteiro, foi padrinho de sua irmã Maria Emília. Casou com Cândida do Carmo Coutinho e tiveram diversos filhos, designadamente:

- Tibério de Carvalho Campos (I), nascido, no Prado, em 10 de Junho de 1874. Em 1 de Março de 1900, sendo pedreiro e morador no Prado, casou com Maria da Glória Fernandes Casinhas, natural de Adoufe. Em 17 de Outubro de 1911 e 18 de Dezembro de 1919 tirou passaporte para o Brasil. Enviuvou em 4 de Maio de 1959, tendo feito testamento público em 13 de Julho de 1959. Faleceu, em Gravelos, em 23 de Fevereiro de 1961. Deixou descendência, nas pessoas de Ana da Soledade Campos e Luísa da Assunção Campos, esta última proprietária da Quinta do Gorgorão (Adoufe) – onde o autor deste estudo viveu entre 1957 e 1960. Em 3 de Maio de 1966, a filha Ana da Soledade tirou passaporte para os Estados Unidos.
- Tibério de Carvalho Campos (II) nasceu no Prado, em 16 de Setembro de 1896. Foram padrinhos o irmão Tibério (I) e a avó Maria das Dores. Faleceu, em 16 de Fevereiro de 1940, em Borbela.
- Benjamim de Carvalho Campos nasceu no Prado, em 16 de Setembro de 1896 (registo de baptismo n.º 35 de 1896 – Borbela). Era gémeo de Tibério (II). Foi marçano de profissão e faleceu no Prado, com 21 anos de idade, em 27 de Junho de 1917.

António Carvalho Campos faleceu em Ferreiros, em 17 de Outubro de 1914, aos 65 anos de idade, sendo já viúvo (registo de óbito n.º 22 de 1914 – Borbela).

2.1.2. José de Carvalho

Nasceu no lugar do Campo, em 2 de Abril de 1852, e foi baptizado a 11 de Abril. Não se lhe conhecem mais pormenores da sua vida, devendo ter falecido novo.

2.1.3. Domingos de Carvalho Campos

O seu percurso será tratado no espaço dedicado aos sucessores ilustres.

2.1.4. Agostinho de Carvalho Campos

Nasceu no lugar do Campo, em 23 de Maio de 1859. Era casado com Maria Dinis, de Mouços, também designada, em registos, por Maria Pereira, ou Maria Teresa.

Em 3 de Junho de 1890, foi-lhe concedido passaporte para emigrar para o Brasil. (ADVR/Registo de passaportes n.º 643 de 1890). Novamente, em 17 de Outubro de 1911, após a morte do pai e sendo residente no Lugar do Prado, pediu passaporte para o Brasil, quando tinha 52 anos. Era um homem alto (1,71m), de rosto comprido, cabelos grisalhos, olhos castanhos e com falta de cabelo e dentes.

Agostinho e Maria Teresa deixaram vários descendentes, a saber:

- Um recém-nascido, em 25 de Agosto de 1894, do sexo masculino, que faleceu com 3 horas de vida. (ADVR/assento de óbito n.º 34 de 1894).
- Balbina das Dores de Carvalho Campos – Nasceu no lugar do Prado, em 26 de Julho de 1895 e foi baptizada em 26 de Julho, tendo sido padrinhos os avós paternos José António e Maria das Dores. Casou, na igreja de Borbela, com António Gonçalves Silveira¹, de 24 anos, solteiro,

1 António Gonçalves Silveira pertenceu ao 1.º Corpo Expedicionário Português com o n.º 62.451, tendo combatido na França. Embarcou em 09.09.1917 e desembarcou em 28.01.1919. Na batalha de La Lys, em 9 de Abril de 1918, foi feito prisioneiro. Foi libertado em 12.01.1919. É conhecido, entre a vizinhança, que sofreu o efeito dos gases usados pelas tropas alemãs o que lhe trouxe complicações para toda a vida, as quais foram transmitidas geneticamente aos familiares. No Prado e Coalhal, onde viveu, era conhecido por “Póvoas”, terra de origem de ascendentes. Existem ainda familiares nesses lugares. (Informações militares recolhidas em: Arquivo Histórico Militar – PT-AHM-DIV-1-35A-2-66-62451).

jornaleiro, natural de Arroios, filho legítimo de José Gonçalves Silveira e Maria Pinto Ribeiro. Foram padrinhos de casamento os primos Balbina dos Prazeres Carvalho Campos (filhos da tia paterna Maria Emília Carvalho Campos) e seu marido João Borges da Costa, de Gravelos. Balbina das Dores faleceu em 15 de Maio de 1953.

- Maria Emília Carvalho Campos – Nasceu no Prado, em 7 de Setembro de 1896, e foi baptizada, em 1 de Novembro, na igreja de Borbela, tendo sido padrinhos os tios Balbina dos Prazeres e João Borges da Costa, lavradores, residentes no Porto.
- Maria das Dores de Carvalho Campos – Nascida no lugar de Monteselos, em 15 de Outubro de 1897, foi baptizada em 21 de Fevereiro de 1898, na igreja de Borbela, tendo sido padrinhos os tios Balbina dos Prazeres e João Borges da Costa, residentes em Gravelos. Maria das Dores casou, em Borbela, em 23 de Dezembro de 1918, com José Ferreira da Costa, de 20 anos, natural de Borbela, jornaleiro de profissão. (assento de casamento n.º 5 de 1918 – Borbela). Faleceu em Fânzeres (Gondomar), em 3 de Março de 1979 (ADVR/registo de baptismo n.º 7 de 1897 – averbamento posterior).
- Domingos de Carvalho Campos – Nasceu no Prado, em 11 de Junho de 1899, sendo afillhado de seu tio, Domingos Carvalho Campos, futuro Comendador (ADVR/assento de baptismo n.º 26 de 1899). Domingos (sobrinho) casou com Maria Leopoldina Castela, em S. Pedro, em 16 de Agosto de 1942 e faleceu em Borbela, em 5 de Novembro de 1971. Teve descendência que ainda mora nas redondezas do Prado.
- José Carvalho Campos – Nascido no Prado, em 17 de Fevereiro de 1905, foi baptizado em 30 de Abril do mesmo ano, tendo sido padrinhos o tio paterno Domingos Carvalho Campos, depois Comendador, e sua esposa Teresa de Sousa Campos. Faleceu, assassinado, em 18 de Julho de 1926, no lugar da Timpeira, na chamada Quelha do Costa Lobo (actual Rua Prof. João Gaspar, junto à Casa da Levada), local onde existiu um memorial deste acontecimento. O memorial que foi vandalizado pelo próprio Estado, aquando da construção do IP4, na década de 80 do século XX, foi depois recolhido pela família, residente na estrada das Courelas, por indicação do Dr. João Menéres Campos. De acordo com o registo paroquial de óbito n.º 14 de 1926 (freguesia de Borbela), José foi encontrado morto (sendo autopsiado em Vila Real) e foi sepultado

no cemitério de Borbela. De acordo com o jornal “O Povo do Norte” (de 25 de Julho de 1926, p. 2),”*O infeliz estava para efectuar o seu casamento constando-nos que no dia anterior, bem como na noite do crime tinha andado a tratar de obter diversos documentos para esse fim. O crime foi selvagem*”. Segundo o mesmo periódico (edição de 01.05.1927, p. 2), foram julgados, por um tribunal colectivo, os acusados da morte, Maria dos Prazeres Alves Fraga, Joaquim Lopes e Agostinho Lopes, tendo a sentença sido lida às 2 horas da madrugada². Defendeu a vítima o Dr. Roque da Silveira sendo o pai do assassinado constituído parte acusadora do processo.

- Olímpia da Conceição Carvalho Campos – Nasceu no Prado, em Março de 1813, e faleceu com um mês de idade, em 21 de Abril de 1913 (registo de óbito n.º 6 de 1913 – Borbela).

Agostinho de Carvalho Campos viveu o resto dos seus dias na casa dos seus pais e faleceu, no Prado, em 25 de Fevereiro de 1937, aos 77 anos de idade, sendo sepultado no cemitério público de Borbela (registo de óbito n.º 7 de 1937 – Borbela).

2.1.5. Ana de Jesus Carvalho

Nasceu no lugar do Campo, em 15 de Outubro de 1861. Foi professora de Instrução Primária Elementar, provavelmente no lugar do Prado, em casa que pertencia à família, conhecida, ainda hoje, por Casa da Mestra, a qual foi recuperada nas últimas décadas. Faleceu na Casa do Prado, ainda muito nova,

2 Os réus foram condenados às seguintes penas: Joaquim Lopes – condenado a 8 anos de prisão maior celular, seguida de degredo por 12 anos ou pena fixa de 25 anos. O filho, Agostinho Lopes, a 3 anos de prisão maior celular ou 4,5 anos de degredo, tendo sido assim condenado por ser menor. Maria dos Prazeres – julgada como encobridora do marido e filho, não foi condenada por causa do parentesco com eles. Teve 4 meses de prisão correcional pelo crime de ofensas corporais na vítima pois a agrediu uns meses antes do crime principal. Joaquim Lopes foi ainda condenado a multa e indemnização para o Estado de 1 conto de réis, o filho 500\$00 e a Maria dos Prazeres 100\$00 (O Povo do Norte, de 01.05.1927, p. 2). Ainda na década de 60, o autor deste estudo ouvia o povo falar sobre este crime que abalou a comunidade vila-realense. Referia-se ainda que os autores tinham intenção de deitar o corpo da vítima abaixo da Ponte da Timpeira, mas foram surpreendidos pelas hortaliças de Abambres que iam com os seus burricos carregados para a feira de Campo de Jales que era no dia seguinte; daí que os criminosos largaram o corpo e fugiram.

com 27 anos de idade, em 13 de Fevereiro de 1891. Teve missa de corpo presente e ofício com 11 padres, tendo sido sepultada em Borbela (registo de óbito n.º 4 de 1891 – Borbela).

2.1.6. Balbina dos Prazeres Carvalho

Nasceu no Prado, em 25 de Junho de 1864, e foi baptizada em 1 de Julho. Casou, na igreja de Borbela, em 1 de Janeiro de 1893, com João Borges Costa, filho de Francisco Costa e Maria Emília Borges, de Gravelos, freguesia de Adoufe (ADVR/Assento de casamento n.º 1 de 1893 – Borbela). Sendo moradora em Gravelos, foi madrinha de sua sobrinha Balbina, filha de Artur Alves da Mota e Maria Emília Carvalho Campos, em 9 de Novembro de 1899 (ADVR/assento de baptismo n.º 48, de 1899 – Borbela). O marido, com 55 anos e residente no Prado, embarcou para o Brasil (ADVR/Registo de passaporte n.º 960 de 1920), em 8 de Maio de 1920. Balbina faleceu em Vila Real, em 4 de Novembro de 1949 (ADVR/averbamento ao registo de baptismo n.º 17 de 1864 – Borbela).

2.1.7. Maria Emília de Carvalho Campos

O seu percurso será tratado na segunda parte deste trabalho (a publicar posteriormente).

2.1.8. João José de Campos Sampaio

O seu percurso será tratado na segunda parte deste trabalho (a publicar posteriormente).

2.2. Os sucessores ilustres do patriarca José António Carvalho Campos

No universo dos filhos do patriarca José António de Carvalho e de Maria das Dores, alguns houve que, por mérito ou acaso da vida, tiveram percursos dignos de assinalar, designadamente Domingos de Carvalho Campos – a seguir referenciado – Maria Emília de Carvalho Campos e João José Campos Sampaio – sendo estes últimos abordados na segunda parte deste trabalho.

2.2.1. Domingos de Carvalho Campos

Nasceu no lugar do Campo, em 23 de Março de 1854, e foi baptizado a 30 de Março. Partiu para o Brasil, em 6 de Novembro de 1880, aos 26 anos, sendo solteiro e caixeiro de profissão (ADVR/registo de Passaporte nº 263 de 1880). Deve ter tido deambulações várias, por terras do Brasil, que não foi possível reconstituir. Em Outubro de 1883, temos notícia da sua chegada a S. Paulo pelo jornal “O Correio Paulistano” (O Correio Paulistano de 15.10.1883, p. 2). O mesmo jornal refere, na edição de 8 de Novembro (p. 2), que Domingos estava hospedado no Hotel França. Nos anos de 1883 a 1885, continuou a residir no mesmo hotel, conforme consta, em mais de 20 edições, do mesmo periódico.

No final da década deve ter-se deslocado a Portugal, tendo residido no lugar do Prado (ADVR/Registo de passaporte n.º 1923 de 1893). Depois da sua permanência no Brasil, de que pouco se conhece, partiu, em 11 de Abril de 1901, para Bordéus, a bordo do paquete francês Cordillère, como consta do “Jornal do Comércio”.

De acordo com o “Diário do Governo” (Diário do Governo de 22.07. 1904, p. 2565), foi publicado um despacho, da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, com data de 2 de Maio, em que é atribuído, a Domingos de Carvalho Campos, o grau de Comendador da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Já perto do final desse ano, tendo já 50 anos, sendo solteiro, capitalista e morador em Borbela, Domingos casou em Braga, no Santuário de Bom Jesus (freguesia de Tenões), em 14 de Dezembro. A noiva, Teresa de Jesus Sousa, era solteira, tinha 31 anos e era natural da freguesia de Coucieiro (concelho de Vila Verde), onde nasceu em 3 de Maio de 1873, sendo filha legítima de Vitorino José de Sousa e D. Maria Rosa de Matos (que também assinava D. Maria Rosa de Matos Mouta Pimentel e Sousa) e neta paterna do capitão Custódio José de Sousa e de D. Maria Angélica de Sousa Nunes. A noiva vivia com os pais na Rua de S. Vítor, na cidade de Braga. Foi padrinho de casamento Avelino Augusto de Sousa, de S. Vítor (Braga). No jornal “Voz Pública” (Voz Pública, 14.12.1904, p. 2), era dada a conhecer, na correspondência diária de Braga, a realização, no dia seguinte “*no Bom Jesus do Monte o consorcio do snr. Comendador Domingos de Carvalho Campos, capitalista, com a snr^a D. Teresa de Sousa, irmã do snr. Dr. Francisco José de Sousa, juiz auditor neste distrito. Os noivos seguem imediatamente para Hesperha*”.

Após o casamento, voltou ao Brasil, em 26 de Março de 1907, quando já era comendador (ADVR/Registo de passaporte n.º 540 de 1907). No seu registo de passaporte são assinalados os seguintes traços: calvície extensa, baixo (1,62 m), cabelo

grisalho e olhos castanhos. O jornal “O País” (O País, de 28.05.1907), dava conta da entrada, no porto do Rio de Janeiro, a 27 de Maio, do paquete francês Cordillère, procedente de Bordéus e escalas, sendo Domingos de Carvalho Campos um dos passageiros. A estadia foi curta pois, de acordo com o “Jornal do Brasil”, (Jornal do Brasil, 27.06.1907), no dia 26 de Junho havia partido, do Rio de Janeiro, o paquete francês “Atlantique”, com destino a Bordéus e escalas, sendo Domingos de Carvalho Campos um dos passageiros.

Em notícia de “O Correio Paulistano” (O Correio Paulistano, de 09.03.1909, p. 4), é dado a conhecer o lançamento do imposto sobre capital particular empregado em empréstimo, informando os contribuintes da possibilidade de “*reclamar por meio de petição documentada dirigida ao administrador da Receptoraria de Rendas*”. Em 1909, o imposto e adicional atribuído a Domingos Carvalho Campos era de 75\$000, sendo que, em 1910, o imposto sobre capitalistas atribuído foi de igual montante. (O Correio Paulistano, de 09.03.1910).

Domingos de Carvalho Campos faleceu, no lugar do Prado, em 27 de Setembro de 1912, pelas 11 horas da manhã, teve ofício de corpo presente a que assistiram 18 eclesiásticos e foi sepultado no cemitério público de Borbela. Tinha 58 anos de idade (ADVR/registo de óbito nº 20 de 1912 – Borbela) e deixou dois filhos ainda crianças.

No Rio de Janeiro, a imprensa deu notícia da sua morte, sendo publicados convites para a missa de 7.º dia, celebrada na igreja da Candelária. Um dos anúncios foi mandado publicar por seu irmão João José de Campos Sampaio e esposa, pedindo aos amigos “*para assistir à missa de 7.º dia no dia 2 de Outubro, às 9 horas no altar-mor da igreja da Candelária*” (Jornal do Comércio, de 29.09.1912, p. 24). Também a firma Sampaio, Avelino & C^a, convidou os amigos e clientes para assistir à missa de 7.º dia “*gratos à memória do seu amigo Domingos de Carvalho Campos*” (Jornal do Comércio, de 30.09.1912). Em S. Paulo, cidade onde o falecido era morador, “O Correio Paulistano” publicou notícia da morte, informando que “*O extinto, que por muitos anos foi gerente da firma Augusto Leuba e Comp., de Santos, nesta capital, onde contava grande numero de amigos, era irmão do Sr. João José Campos, chefe da Firma Sampaio, Avelino e Comp., do Rio de Janeiro e cunhado do Sr. Avelino Sousa, sócio desta firma.*” (O Correio Paulistano, de 27.09.1912, p. 4).

Domingos Carvalho Campos havia sido padrinho de baptismo, por procuração, do seu sobrinho João Menéres Campos e do médico Dr. Domingos Carvalho Campos, filho da sua irmã Maria Emília. Em 1916, a viúva, enquanto inventariante dos bens de Domingos Carvalho Campos, informou ter extraviado um certificado com 50 ações da Companhia Petropolitana.

2.2.1.1. Filhos de Domingos Carvalho Campos:

Avelino de Sousa Campos

Nasceu no lugar do Prado (Borbela), em 10 de Novembro de 1905, e foi baptizado, em 19 de Fevereiro de 1906, na igreja de Borbela. No assento de baptismo vem referido (transcrito sob o n.º 129, do livro 11, de 1924), que foi emancipado por sua mãe, em 27 de Outubro de 1924 (ADVR/Registo de baptismo n.º 11 de 1906 – Borbela).

Casou com D. Maria Jenny Fernandes e Silva de Sousa Campos que foi professora da Escola Industrial e Comercial de Vila Real. Foram pais de Teresa da Silva de Sousa Campos, nascida em S. Pedro (Vila Real), em 21 de Janeiro de 1946. (ADVR/Registo de passaporte n.º 501/1964, de 4 de Agosto de 1964).

Avelino de Sousa Campos licenciou-se em Direito, pela Universidade de Coimbra, foi advogado e professor. Foi Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, nomeado em 30 de Novembro de 1944 (Diário do Governo, n.º 289, de 13.12.1944) tendo sido exonerado, a seu pedido, em 31 de Outubro de 1947 (Diário do Governo, n.º 259, de 6.11.1947). Foi deputado da Assembleia Nacional na V Legislatura (1949-1953). As suas intervenções parlamentares foram as seguintes:

Na 1.ª Sessão Legislativa (1949-1950) – Discussão do aviso prévio do Sr. Paulo Cancela de Abreu sobre a crise do turismo em Portugal. Considerações sobre o vinho do Porto, Federação dos Vinicultores da Região do Douro e plantio da vinha. Na 2.ª Sessão Legislativa (1950-1951) – Justificou um aviso prévio, que apresentou, relativo a assuntos judiciais. Referiu-se à pretensão de uma anexação de freguesias a outro concelho. Na 3.ª Sessão Legislativa (1951-1952) – Não registou intervenções. Na 4.ª Sessão Legislativa (1952-1953) – Tratou da situação gravosa das empresas concessionárias de volfrâmio em certas regiões do País. Discutiu, na generalidade, a proposta de lei relativa ao Plano de Fomento³.

Foi procurador à Câmara Corporativa em 1965, 1969 e 1973, como representante da lavoura e das entidades patronais⁴. Na qualidade de procurador à Câmara Corporativa participou na XI Legislatura (1973-1974), no Projecto do IV Plano de Fomento para 1974-1979 (Continente e Ilhas) – Anexo IV – Agricultura,

3 https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/campos_avelino_de_sousa.pdf

4 ALMEIDA, Maria Antónia Pires de (2014) – *Dicionário Biográfico do poder local em Portugal 1936-2013* – e.book, Lisboa, 2014, ISBN 9789892039886

Silvicultura e Pecuária⁵. Foi Presidente da Comissão Distrital da União Nacional e diretor do jornal Ordem Nova, órgão oficial da União Nacional no distrito de Vila Real. Foi Presidente do Grémio da Lavoura de Vila Real, presidente da Federação dos Grémios da Lavoura de Vila Real e Alto Douro e vogal da direcção da Corporação da Lavoura.

Avelino de Sousa Campos viveu no lugar do Prado e faleceu, em Vila Real, em 30 de Março de 1974.

João de Sousa Campos

Acidentalmente, nasceu na freguesia de S. Vítor, em Braga, em 19 de Novembro de 1906, pelo facto de os pais estarem de passagem, em casa de familiares, na Rua de S. Vítor. Foram padrinhos seu tio João José de Campos – solteiro, capitalista, residente na Rua de S. Vítor – e D. Maria Rosa de Matos Mouta Pimentel e Sousa – viúva, proprietária, avó materna, moradora em Coucieiro (Vila Verde), representada por procuração a Dona Francisca Cassiana de Lacerda e Sousa.

No averbamento ao registo de baptismo, vem referido que casou com Maria Mercedes Torres Fontes, do lugar de Timpeirinha (Borbela), no dia 19 de Setembro de 1928 (Averbamento do Boletim 555, maço 4. Em 28 de Junho de 1976). Foram pais de Francisco José Torres Fontes de Sousa Campos, nascido em 3 de Junho de 1929, em Borbela, e de Maria Teresa Torres Fontes de Sousa Campos, nascida, na freguesia de Borbela, em 1930. Esta última faleceu na freguesia de São Pedro (Vila Real), em 14 de Dezembro de 1941, tendo 11 anos de idade (registo de óbito n.º 39 de 1941 – S. Pedro). Francisco José foi funcionário do Município de Vila Real, na qualidade de engenheiro, tendo casado com D. Maria de Lurdes Pessoa e Sousa Morais Sarmiento Campilho de Sousa Campos, nascida em Lisboa, em 25 de Agosto de 1929. (ADVR/Registo de passaporte n.º 660 de 1966).

João de Sousa Campos foi governador civil substituto, do distrito de Vila Real, de 25 de Março de 1948 a 8 de Junho de 1950⁶. Era licenciado e foi Chefe da Secretaria da Junta de Província de Trás-os-Montes e Alto Douro. Veio a falecer na freguesia de Ponte, concelho de Vila Verde, em 24 de Março de 1984. (Assento n.º 101 de 1984 da Conservatória de Vila Verde. Boletim n.º 97, maço 4. Em 29 de Março de 1984).

5 https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf/c/campos_avelino_de_sousa.pdf

6 SOUSA, Fernando; GONÇALVES, Silva (2002) – Os Governadores Civis do Distrito de Vila Real, Vila Real, Fundação para a Ciência e Tecnologia, p. 113.

3. Cartografia dos lugares ligados à família Carvalho Campos e Menéres



Imagem n.º 2 – Mapa do património da família Carvalho Campos e Menéres
(recorte adaptado da Carta militar de Portugal 1:25 000. Continente, série M888; 102)

O recorte aqui apresentado dá a conhecer a localização do património da família Carvalho Campos e Menéres, do século XVII ao século XXI, conforme foi referido. O círculo 1 refere-se ao lugar do Campo que foi o lugar de origem da Família Carvalho, desde o séc. XVII ao séc. XIX (década de 60), embora alguns ramos da família Carvalho, lá continuassem a habitar. O círculo 2 refere-se ao lugar do Prado, onde o patriarca construiu (ou reabilitou) a casa-mãe da família (hoje casa da Família Menéres). É também aí que se situa a casa que pertenceu a D. Maria Emília Carvalho Campos (filha do patriarca) e as casas que pertenceram ao comendador Domingos Carvalho Campos e seus filhos Avelino e João Carvalho Campos. O círculo 3 refere-se à casa/palacete

mandado construir por João José de Campos Sampaio, na Quinta da Pedra da Escada (junto ao cruzeiro da Borralha). Os círculos 4 referem-se a quintas e casas sitas na estrada das Courelas e que compreendem: a Casa da Mestra, a Casa do Campo – mandada construir pelo médico Domingos Carvalho Campos (filho de D. Maria Emília Carvalho Campos) –, as casas e propriedades dos “Póvoas”, e outras casas e propriedades no lugar do Coalhal e Quinta do Prado. O círculo 5 refere-se ao lugar da antiga Quelha do Costa Lobo onde se deu a morte de José Carvalho Campos e onde foi erguido o memorial, vandalizado nos finais da década de 80 do séc. XX.

Considerações finais

O presente estudo pretendeu fazer uma incursão pela origem e ascensão desta família, de médios proprietários agrícolas à escala local, originária do lugar de Campos (Borbela), cujo patriarca era José António de Carvalho Campos. Este foi o mentor da mudança para o lugar do Prado onde estabeleceu a “casa-mãe” (ainda existente). Foi também o responsável pelo investimento na compra de propriedades, num efeito de “mancha de óleo”, o que foi secundado pelos seus sucessores. Este estudo incide também sobre o processo de ascensão e mobilidade social de alguns dos seus membros, onde pontificam personalidades ligadas ao comércio, à advocacia, à medicina, à indústria, à literatura e à política, com grande peso no meio social vila-realense. Nem todos os descendentes do patriarca alcançaram este patamar, apesar da grande solidariedade que as fontes consultadas deixam transparecer.

Desta forma, espera-se ter dado mais um contributo para o conhecimento da história local vila-realense, designadamente dos caminhos da emigração para o Brasil e dos seus reflexos financeiros e sociais que implicaram fenómenos de ascensão e mobilidade social. Foi muito gratificante perceber a evolução deste pequeno lugar do Campo, também ele um lugar fundacional de um dos ramos da família do autor, de apelido Gonçalves Conde e que eram vizinhos dos Carvalhos.

* * *

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo Histórico Militar

- Proc.º de expedicionário de António Gonçalves Silveira – PT-AHM-DIV-1-35A-2-66-62451

Arquivo Distrital de Vila Real

Registo de passaportes – entre outros foram consultados os registos de passaportes com os n.ºs 643 de 1890, 1923 de 1893, 501 de 1964 e 660 de 1966.

Registos paroquiais: Foram consultadas dezenas de registos paroquiais da freguesia de Borbela (registos de baptismo, casamento e óbito) do século XVII ao séc. XX, estando a maior parte deles citados no texto.

Fontes hemerográficas – Periódicos de Portugal

- Diário do Governo – D.G., n.º 259, de 6.11.1947; D.G., n.º 289, de 13.12.1944.
- O Povo do Norte, de 01.05.1927; de 25.07.1926
- Voz Pública, de 14 de Dezembro de 1904

Fontes hemerográficas – Periódicos do Brasil (Biblioteca Nacional Digital do Rio de Janeiro)

- Correio Paulistano, de 09.03.1909; de 27.09.1912
- Jornal do Brasil, de 27.06.1907
- Jornal do Comércio, de 29.09.1912
- O País, de 26.05.1910, p. 26

BIBLIOGRAFIA

- **ALMEIDA**, Maria Antónia Pires de (2014) – *Dicionário Biográfico do poder local em Portugal 1936-2013* – ebook, Lisboa, 2014, ISBN 9789892039886.
- **CAMPOS**, Maria Emília (2016) – *Dr. Domingos Campos, 1902-1974. História de Vida*, Vila Real, Mila Editores.
- **SOUSA**, Fernando; **GONÇALVES**, Silva (2002) – *Os Governadores Civis do Distrito de Vila Real*, Vila Real, Fundação para a Ciência e Tecnologia, p. 113.

Webgrafia

https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf/c/campos_avelino_de_sousa.pdf

https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf/c/campos_avelino_de_sousa.pdf

https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/campos_avelino_de_sousa.pdf

* * *

Foi concluído este estudo, dedicado à memória de meus Pais, António Joaquim e Maria Luísa (no ano do Centenário do seu nascimento), na Quinta da Levandeira (Abambres), em Abril de 2021.

O texto, por opção do autor, não respeita o Acordo Ortográfico em vigor.

Agradecimentos

- Ao Dr. A. M. Pires Cabral, pela aprovação, para publicação, deste trabalho.
- Ao Sr. Elísio Amaral Neves, grande conhecedor e estudioso da história local vila-realense, por toda a colaboração prestada.
- À Inês, minha filha, pelo cuidado na revisão do texto e adaptação de mapa.
- À Professora Doutora Isabel Menéres Campos, da Universidade Católica do Porto, pela oportunidade de visita à Casa do Prado e Casa da Mestra e por todas as informações partilhadas.

A pintura setecentista de Sedielos e alguma talha de Penaguião

Armando Palavras

I – A pintura setecentista de Sedielos

Freguesia de jurisdição real, em 1757 estava sujeita aos concelhos de Fontes e Penaguião e ao couto de Moura Morta.

Possuindo uma irmandade, a das Almas, a sua igreja tinha cinco altares: o Altar-mor, Nossa Senhora do Rosário, São Sebastião, Santo António e o das Almas.

Era também, a freguesia com maior número de capelas no concelho. Tinha quinze, não havendo romagens a nenhuma¹. A sua igreja é de construção anterior a 1700. A medição do seu assento consta do ano de 1692 (**Doc. 1**).

Em 1999 trouxemos à luz a única escritura sobre contrato de pintura setecentista em Penaguião. Foi utilizada em investigações universitárias nos anos de 2001 e 2011².

1 São Cristóvão, Nossa Senhora do Desterro, São Gonçalo cujo administrador era Pedro Guedes Pinto, São Tiago, São João Baptista, São Miguel, cujo administrador era António Lemos, Santo António, cujo administrador era o padre Domingos de Almeida Borges, São Sebastião, administrada por Maria Teresa, Espírito Santo, administrada por António de Almeida Carvalhais, São Francisco administrada pelo mestre de campo, Manuel de Almeida Carvalhais, ermida de Nossa Senhora da Conceição administrada por José Correia Barcelar e Meneses, Nossa Senhora das Candeias, administrada pelo juiz da alfândega do Porto, João Pacheco Pereira, Nossa Senhora do Rosário, administrada pelo padre Diogo de Freitas Teixeira, Nossa Senhora do Pilar, administrada pelo padre Domingos de Almeida Borges e, finalmente, a ermida de Santo António.

2 O mesmo sucedeu com os contratos de talha que se apresentam neste trabalho.

É um contrato de “seguransa e obrigua” (sic.), da obra de pintura (**Doc. 2**) e douramento, solho, talha e armações para a igreja de Sedielos, assinado a 13 de Julho de 1755 entre o pintor e dourador **Bartolomeu de Mesquita Cardoso**, da cidade de Lamego e o juiz da igreja, o padre Domingues de Almeida Borges (**Armando Palavras**: 2001, pp.202 e 229; 2011, pp.129-130). A obra foi feita em parceria com o entalhador **Domingos Martins Pereira**, do lugar de Fornelos.

A obra de pintura aplicava-se ao forro, altar de Santo António e grades do coro. Tudo com “bomas tintas e ouro do mais subido que se costuma na tal arte de pintura”, arrematada por 300 mil réis.

A de talha estava relacionada com os painéis do forro e com o púlpito. Este, na forma do do Convento de Mesão Frio. Arrematada por 90 mil réis, seria paga em três prestações pelo provedor da comarca ao qual competia mandar revê-la dentro de um ano.

Contudo, como é demonstrado no seu assento de 1692, “ao presente a capella Mor da dita Igreja estaua com Retabollo nouo muito bem feito e melhor dourado com seu sacrario no meo e no teto com seos Paineis e floreis dourados E Pinturas de uasos Santos nos ditos Paineis tudo com muita grandeza porque subposto as Religiozas do dito Convento derão algum dinheiro que podra ser bastante a fazer a obra persizamente nesalaria contudo os freguezes para que se fizesse com major ostentaçam Contrebuhiram com suas esmollas por sua deuosam de sorte que a uontade se gastou mais de quinhentos mil Reis”.

A 17 de Janeiro de 1756 é lavrada escritura de obrigação para a obra de carpintaria. Assinada por **Bartolomeu Mesquita Cardoso**, como testemunha.

Nela se incluía a obra do coro. Porém, este contrato refere-se ao trespasse da obra arrematada anteriormente pelo mestre escultor de Vila Real, **Francisco Xavier Correia**, para a reforma do coro. E agora “pasara ao dito **Manoel Teixeira de Carvalho**” do lugar de Rabal da freguesia de Sedielos, a qual se obrigava a dar concluída em seis meses. A Relação de Sobre Tâmega de 1769 apresenta-nos uma igreja completa com “dois sinos”.

1 – Forro da nave

Os elementos de decoração dos painéis do forro da nave estão executados segundo dois motivos: a figura humana e os elementos vegetalistas. São figuras humanas híbridas, representadas a meio corpo, na parte superior, constituída a parte inferior por elementos vegetalistas. Figuras de grotesco, cuja origem remonta às grutas romanas, em especial, ao tempo de Nero, na *Domus Aurea*.

O elemento humano, fundamentado nas figuras a meio-corpo, exerce uma

função essencialmente decorativa, enriquecendo os motivos vegetalistas e florais que se distribuem pelos vários painéis. O elemento vegetalista é usado com sentido imaginativo e ornamental (**Fig. 1 e 2**).

Estes elementos ornamentais foram disseminados pelos vários países através dos livros de desenho ou das próprias peças de artesanato³. Com o advento da tipografia, a partir do século XVI, os ornamentos impressos circulam rapidamente em Itália e em França⁴. Sendo ainda importados para as colónias (asiáticas, africanas e americanas) dos países ocidentais. A natureza destes ornamentos de inspiração clássica pode ser fraccionada dando origem a ornamentos individualizados como por exemplo acantos, palmetas, candelabros, máscaras, vasos, etc.⁵.

Modelos iconográficos

Os prováveis modelos para esta iconografia podem ter sido as estampas de Master of de Die (1512-1570)⁶.

Autores como Andrea Pozzo (1642-1709), Ferdinando Galli Bibiena (1657-1743), Francesco Galli Bibiena (1659-1739), Filippo Passarini ou Jean Lepautre (1618-1682), influenciaram a arte portuguesa com estes motivos, pois estão amplamente representados nas bibliotecas portuguesas com exemplares oriundos maioritariamente das livrarias conventuais e de bibliotecas particulares. O próprio Dom João V encomendava dos Mariette (em França) e dos Rossi (em Itália) gravuras para a sua colecção particular⁷. Podem ainda mencionar-se autores como Jacomo Laurentiani, Stefano della Bella ou François Collignon, cujas obras estão repletas destes motivos ornamentais: enrolamentos de voluta, festões de flores, albarradas, cartelas decorativas, profusamente decoradas com motivos de voluta, enrolamentos vegetalistas, cabeças de anjos alados, anjos tenentes e cariátides⁸.

3 SNODIN, Michael, HOWARD, Maurice, *Ornament – a social History since 1450* – Yale University Press, London, 1996, p. 22.

4 SNODIN, Michael, HOWARD, Maurice, *op. cit.* p. 24.

5 Cf. MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse, *L'image Ornementale et la Litterature Artistique Importées du XV au XVIII Siècle: Un Patrimoine Méconnu des Bibliothèques et Musées Portugais*, in Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, 2ª série, nº 1, Porto, 1983.

6 Cf. CLIFFORD, Timotty, *Designs of Desire – Architectural and Ornament Prints and Drawings (1500-1850)*, National Galleries of Scotland, Glasgow, 1999, pp. 58-61.

7 MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse, *op. cit.*, nota 212.

8 Em termos iconográficos são elucidativas as propostas de Marie-Léopoldine Lievens- de WaeghL (LIEVENS-de WAEGH, Marie-Léopoldine, *Introduction Aux Etudes D'icongraphie & D'iconologie*, l'Institut José de Figueiredo, Lisbonne, 1983).

Outros autores, porém, poderão estar na origem destes motivos iconográficos, desnecessários para este trabalho.

Não deixamos, contudo, de remeter para os Registos de Santos.

Elementos de comparação

São numerosas as iconografias que apresentam elementos análogos aos dos painéis durienses: o tecto da capela-mor da Sé de Viseu e os painéis da capela lateral em Aveiro, por exemplo.

Na região destacamos três igrejas que apresentam elementos análogos aos da iconografia de Sedielos: o intradorso do arco cruzeiro da igreja de Santa Leocádia (Tabuaço), o forro da sacristia da igreja da Lavandeira (Carrazeda de Ansiães) e os painéis da capela-mor da igreja de Figueira de Castelo Rodrigo.



Fig. 1 – Forro da nave



Fig. 2 – Pormenor de um dos painéis do forro da nave

2 – Forro da capela-mor

O forro da capela-mor é constituído por quinze painéis com várias cenas da vida de Cristo e alguns santos (Fig. 3). A dificuldade da sua leitura por motivos de degradação não nos permite afirmar se lá se representam uma ou duas alegorias.

Esquema da capela-mor

1 – Madalena?	4 – ? Tábua que pertence à <i>Expulsão do Paraíso</i>	7 – Justiça S. Miguel Arcanjo?	10 – ? Parece ser uma figura feminina	13 – São Jerónimo Tábua que pertence à <i>Expulsão do Paraíso</i>
2 – Anjo da Guarda	5 – O Tributo	8 – Cristo no trono em Majestade com a cruz	11 – A Hospitalidade de Abraão (A visita dos três anjos)	14 – Sacrificio de Isaac
3 – Sodoma e Gomorra	6 – A Pesca Milagrosa	9 – O Bom Pastor	12 – Tentação	15 – Expulsão do Paraíso

Altar-mor



Fig. 3 – Forro do tecto da capela-mor da igreja de Sedielos

Tanto o forro da capela – mor como o da nave, estavam, na altura em que os fotografámos (1999 e 2004), em alto estado de degradação. Existiam, por exemplo, na capela-mor, painéis que continham tábuas de outros. O painel 13 que representa um momento de São Jerónimo, continha uma tábua que pertencia ao painel 15, a *Expulsão do Paraíso*. O painel 10 que representa, julgamos, São João Evangelista, mas com características femininas, apresentava falta de alguns elementos. Ao painel sete que parece representar a alegoria da *Justiça* (ou será a representação São Miguel Arcanjo?) faltavam duas tábuas. Aos painéis um (Madalena?) e quatro faltavam tábuas, o que dificultava a sua leitura iconográfica.

Modelos iconográficos

1 – *Madalena?*

2 – *O Anjo da Guarda* – Um dos modelos prováveis para esta iconografia é a estampa de Giulio Carpioni⁹.

3 – *Sodoma e Gomorra*

4 – *Indecifrável*

5 – *O Tributo* – Existem iconografias que apresentam elementos análogos aos da iconografia duriense. Entre outras podem mencionar-se o fresco de Mosaccio e a estampa de Rembrandt.

6 – *A Pesca Milagrosa* – O modelo iconográfico utilizado para esta iconografia foi a estampa de Agidius Sadeler, acompanhada da seguinte legenda: *Faciam Vos Fieri Piscatores Hominum*. A atitude de Pedro é muito semelhante e o posicionamento de Jesus também.

9 Além destas fontes, uma das gravuras sobre este tema que mais influenciou os artistas portugueses foi “O Anjo da Guarda com o Menino Tobias” de Agostino Carracci (1581), gravado segundo o original romano de Raffaellino da Reggio. Aqui teve fortuna sob algumas variantes. As obras de incisão dos Carracci - Agostino (1557-1602) e Annibale (1560-1609) – composições delicadas e originais, ou difundindo obras clássicas, sobretudo de autores bolonheses como Denis Calvaert, Orazio Samacchini, Lorenzo Sabatini, ou Bernardo Passeri, entre outros, influenciaram toda a Europa Ocidental desde finais de Quinhentos (SERRÃO, Vítor, *A Pintura Protobarroca em Portugal*, p. 190). Arnold Hauser (*O Conceito de Barroco*, Vega, Lisboa, 1997), atribui aos Carracci uma importância extraordinária de toda a moderna “arte de igreja”. É com eles que começa, acrescenta. E escreve: “Transformaram o simbolismo difícil e intrincado dos maneiristas, naquele estilo simples e de sólida alegoria que é origem de toda a evolução da imagem de devoção moderna, com os seus símbolos e fórmulas triviais, a cruz, o resplendor, o lírio, o crânio, o ar afectadamente piedoso, os êxtases de amor e sofrimento. Pela primeira vez a arte religiosa torna-se absolutamente distinta da arte profana” (p. 42).

7 – São Miguel Arcanjo? – Existem iconografias com elementos análogos aos da iconografia duriense. É o caso do fresco de Domenico Beccafumi.

8 – Cristo Salvador no Trono – Embora não conheçamos modelos onde esta iconografia se tenha directamente fundamentado, são numerosas as iconografias que apresentam elementos análogos aos da iconografia de Sedielos. Entre outras mencionemos a iluminura de Giulio Clovio¹⁰. Ou a pintura do Mosteiro de Gerri (Pirenéus espanhóis).

Na região a iconografia que, embora representando a Trindade, apresenta um Cristo semelhante, é a do Carregal (Sernancelhe).

9 – O Bom Pastor – Existem fortes probabilidades para que esta iconografia se tenha fundamentado na escultura do *Bom Pastor* existente no Palácio do Vaticano. As semelhanças são relevantes¹¹. Todavia, inverte-se o posicionamento da figura e do cordeiro; a iconografia de Sedielos representa um adulto de idade madura com chapéu de peregrino cobrindo-lhe o alto da cabeça, e a iconografia romana representa um jovem de cabeça descoberta.

10 – Figura feminina?

11 – A Visita dos Três Anjos – A gravura em madeira da Bíblia de Colónia apresenta elementos análogos aos da iconografia de Sedielos¹². Contudo, o tema

10 Outras iconografias, porém, poderão estar na origem deste tema: Entre elas as de tradição Russa. Nestas, Cristo segura o evangelho em cima do joelho esquerdo. Pelo contrário, a iconografia de Sedielos substitui-o pela cruz. Rublev, O Salvador entre as potencias, c. 1410, galeria Tretiakov, Moscovo. In: TRADIGO, Alfredo, *Ícônes et saints d'Orient*, Hazan, Paris, 2005, p. 231; Escola de Novgorod, O Salvador no Trono, século XVI, procedente de Moscovo, mosteiro de São Nicolau, Galeria Tretiakov, Moscovo. In: TRADIGO, Alfredo, *op. cit.*, p. 230; Basílica de São Marcos, Portal central, século XIII, Veneza. Representa um Cristo segurando a cruz como o da iconografia duriense; O Cristo Ressuscitado, *Mythology Pictures*, Pepin Press Books & Agile Rabbit Editions, Amsterdam, 2006, p. 203; Elementos análogos aparecem em representações da Trindade como por exemplo a de Johan Sadeler, Brussels. In: The Illustrated Bartsch, Vol 50, p. 37.

11 E, como é notório, esta iconografia apresenta elementos análogos às iconografias das catacumbas. Elementos que os primitivos cristãos teriam recolhido da arte greco-latina: do *Moscóforo* grego, ou do Hermes *Crióforo*. De acordo com Pausânias (9.22.1-2), o qualificativo de *Crióforo*, teria origem no seguinte episódio: Para proteger Tanagra da peste, Hermes teria dado a volta em redor do muro da cidade com um cordeiro às costas. Tornou-se, deste modo, o deus dos pastores e dos rebanhos. Por isso o escultor Alamis executou a sua imagem com um cordeiro nos ombros. Do mesmo modo que o Cristo Bom Pastor, Hermes era representado jovem (Cf. EUSÉBIO, Maria de Fátima, *A Apropriação cristã da iconografia greco-latina: o tema do Bom-Pastor*, Máthesis, 2005, pp. 18-19).

12 Outro modelo para esta cena pode ser o livro de Demarne, um tradicionalista da iconografia do Antigo Testamento editado em 1728, referido por Hannah Levy em *Modelos Europeus na Pintura Colonial*.

foi bastante difundido¹³.

Na região a iconografia análoga a esta encontra-se na Sé de Lamego.

12 – A Tentação – O modelo utilizado para esta iconografia foi a estampa de Cornelis Cort. Na verdade, no que diz respeito às personagens, a iconografia de Sedielos é uma cópia integral desta estampa¹⁴.

13 – São Jerónimo – Esta iconografia fundamentou-se na estampa de Cornelis Cort.

14 – O Sacrifício de Isaac – A estampa de Crispin de Passe apresenta elementos análogos aos da iconografia de Sedielos¹⁵.

15 – A Expulsão do Paraíso – A estampa de Lucas van Leyden serviu, provavelmente, de modelo para esta iconografia.

II – Alguma talha de Penaguião

Não será possível fazer uma análise minuciosa no que respeita à iconografia, tipologias e modelos compositivos, periodização, materiais e técnicas. Por essa razão, o presente trabalho refere-se apenas à produção – mestres e oficinas.

O que se segue foi recentemente motivo de referência em *Retábulos da Diocese de Vila Real* (2020) e *Retábulos da Diocese do Porto* (2021), trabalhos

13 Outras iconografias o trataram: Hospitalidade de Abraão, primeira metade do século V, Santa Maria Maggiore, Roma. In: *Grande História da Arte*, Vol 4, pp. 26-27; Miniaturistes de l'école de Bruges, Trais anges annoncent à Abraham et à Sarah la naissance d'un fils, enluminure du bréviaire Grimani, fin du XV siècle Venise, Biblioteca Marciana. In: CAPOA, Chiara de, *L'Ancien Testament*, Hazan, Paris, 2003, p.75; Close Pupil of Antonello da Messina: Abraham visited by the angels. Denver Art Museum, Denver, Colorado. In: FERGUSON, George, *Signs & Symbols in Christian Art*, Oxford University Press, London, 1961, estampa 5; António Tempesta. In: FRIAS, Duarte Nuno Oliva de, *A Pintura Decorativa de Nicolau Nasoni na Sé de Lamego* (Diss. Mestrado apresentada na Universidade Lusíada), 2003, p. 170.

14 Martino Rota também fez uma cópia desta estampa, invertendo contudo, a posição das personagens (Cf. *Illustrated Bartsch*, vol 33-16, p. 12).

15 Outras iconografias porém, trataram o tema: O Sacrifício de Isaac, norte de França, c. 1280, British Library, Londres. In: RAJANA-Sed, Gabrielle, *ABCedário do Judaísmo*, Público/Flammarion, Paris, 2000, p.25; Lorenzo Ghiberti, Le Sacrifice d'Isaac, panneau de Bronze, 1401, florence, Museo dell'Opera del Duomo. In: CAPOA, Chiara de, *L'Ancien Testament*, Hazan, Paris, 2003, p.98; Orazio Gentileschi, le Sacrifice d'Isaac (détail), 1615, Genes, palais Spínola, Galleria Nazionale della Liguria. In: CAPOA, Chiara de, *op.cit.* p.96; Rembrandt, Le Sacrifice d'Isaac, 1635, Saint-Pétersbourg, muse de l'Emitage. In: BOCHEMUÜHL, Michael, *Rembrandt*, Taschen, p. 16.

desenvolvidos pelo grupo de investigadores da Universidade do Algarve, coordenado pelo Professor **Francisco Lameira**.

Igreja de Santo Adrião – Sever

Em 1731, a 25 de Março, é feita escritura de arrendamento de obras para a igreja. O contrato é assinado na presença do abade Diogo Barbosa Machado. De um lado, o mestre imaginário **Domingos Martins Fagundes**, natural do lugar de Vilar, freguesia de Sampaio, concelho de Vieira, comarca de Guimarães (**Armando Palavras**, 2001, p. 209-210; 2011, p. 109-112); do outro, o juiz da igreja de Sever, Caetano Manuel de Miranda Furtado (**Fig. 4**).

Entregues pelo juiz e pelo abade, “em nome da freguesia”¹⁶, ao mestre Domingos Martins Fagundes, à altura assistente “na obra da igreja da comenda de Moura Morta”¹⁷, por entenderem que ele era o que melhor correspondia ao pretendido. As obras constavam de dois altares colaterais revestidos com meia cana e com o mesmo pé direito. Os apontamentos são descritos minuciosamente e recomendam para toda a talha seguir o modelo da tribuna da capela do padre Nicolau de Meireles da freguesia de Fontelos, como “manda a arte riqua”. Da mesma forma o fazem para o coro da igreja. Descrevem a balaustrada e todos os elementos que a constituem; as grades do arco da pia baptismal e taburno. Tudo em madeira de castanho, “muito liza e muito sam”, pelo preço de 770.000 réis, pagos em quatro prestações. A obra toda à custa do mestre, o qual se comprometia entregar, a maior parte dela, dentro de dois anos, seria revista por dois mestres nomeados pelo juiz ou pelo que se viesse a eleger para esse efeito.

A 15 de Dezembro de 1758, é feita escritura de contrato para a tribuna e painéis da capela-mor, assinada por **Francisco Fernandes**, mestre entalhador do lugar de Outeiro de Sande, freguesia de Santa Maria de Landim, termo de Barcelos.

O mestre obrigava-se a fazer a obra, conforme a planta apresentada pelo reverendo **frei Francisco do Espírito Santo**, religioso da Ordem de Santo

16 Esta referência indica bem em que parte do templo foram as obras realizadas: no corpo da igreja. Era aos fregueses que competia tomar conta do corpo do templo.

17 Dizer que o artista era assistente em certo lugar, era dizer que (por essa altura) residia nesse lugar. Mas não residia nesse lugar por acaso. Neste caso concreto, Domingos Martins Fagundes, natural do Minho, se residia em Moura Morta é porque tinha sido chamado a intervir nalguma obra dessa freguesia, concretamente na sua igreja. Podemos então depreender que o mestre estaria, ao mesmo tempo a obrar em Moura Morta e em Sever.

Agostinho da cidade do Porto, no convento de São João Novo¹⁸.

A talha tinha de ser caracteristicamente moderna e executada com primor, cuja madeira de castanho havia de ser sã, sem nódoa nem vestígios de podridão.

Recomendava-se ainda, a execução de seis castiçais, quatro tocheiros, uma cruz e um frontal. Tudo em talha miúda moderna e “a romana”.

Além desta obra, mestre Francisco Fernandes era obrigado a fazer dois santos. Pedia-se que fossem perfeitos e executados com “bomas roupas”. A nomenclatura santoral, porém, é omissa. É de alguma importância referir que este contrato menciona um dos artistas responsáveis pela imagética da região.

Toda a obra foi arrematada por 450.000 réis, pagando-lhe “os santos” à parte¹⁹. Tudo em três fracções, ou pagamentos, como era corrente dizer-se. No início da obra deram-lhe 40 moedas, cada uma de 4.800 réis e o resto em outras duas fracções.

Em 1795, a 5 de Março, lavra-se escritura de obrigação de carpintaria entre o juiz da igreja, António Cardoso Pereira, acompanhado dos restantes eleitos, e o mestre **Manuel Cardoso Gonçalves**, também ele da freguesia de Sever.

Estas obras de armação, tribuna, solho e coro, arrematadas por 385.000 réis, foram pagas em “três pagamentos”. No seu início o mestre recebeu 130.000 réis e o resto noutras duas fracções. A segunda satisfeita após concluída a armação e a terceira no fim da obra, depois de revista por dois mestres da “mesma oficina”. Um proposto pelo executante da obra e outro pelo juiz e os eleitos.

São ainda conhecidos dois mestres ligados a Sever: **José António Machado**²⁰ e **Manuel Pereira da Costa Noronha**²¹.

18 **Armando Palavras**, 2001 e 2011; **Francisco Lameira**, *Retábulos da Diocese do Porto*, p. 134.

19 Eram pagos a mil e cinquenta réis por palmo. Preço que não incluía a peanha.

20 Mestre entalhador natural do lugar de Pedras, freguesia de Sever, concelho de Santa Marta de Penaguião. Desconhece-se a sua intervenção nesta região encontrando-se, em 1799, a trabalhar na diocese de Bragança (**Ana Celeste Glória**, *Novos contributos para o estudo dos artistas e artífices setecentistas do concelho de Carrazeda de Ansiães*, Revista CEPIHS, n.º 6, Vila Nova de Famalicão, 2016, p. 326).

21 (1744 - 1759) Insigne mestre entalhador e debuxador de retábulos com oficina aberta na cidade do Porto, na Rua Direita de Santo Ildefonso, extramuros. Era filho de Luís Pereira da Costa, um dos mais proeminentes entalhadores portuenses. No dia 27 de Outubro de 1744, assume o entalhe de várias obras, incluindo o retábulo da capela-mor, da igreja de Santo Adrião de Sever - Santa Marta de Penaguião, obra que principia, mas que interrompe pouco depois, por falta de pagamento, desvinculando-se da mesma, somente no dia 2 de abril de 1759, quando o seu colega Francisco Fernandes, da freguesia de Landim, lhe paga a quantia de 57\$600 réis (**Domingos de Pinho Brandão**, *Obra de talha dourada, ensablagem e pintura na cidade e na diocese do Porto*. Documentação. 1751 a 1775, Porto, 1987, pp. 143 a 147).



Fig. 4 – Forro do tecto da Capela-mor de Sever

Igreja de São Salvador - Medrões

Em 1757 era abadia da apresentação dos senhores de Murça.

Francisco Lameira²² atribui a **António José Pereira** (Mesão Frio) os riscos, concebidos em 1798, para o retábulo da capela-mor e para os dois colaterais, atendendo às grandes semelhanças compositivas com obras da sua autoria, designadamente na igreja da Misericórdia de Penafiel.

O entalhe dos dois retábulos colaterais de Medrões é assumido, a 18 de Fevereiro de 1799, pelo mestre **Francisco António Pereira**, entalhador e “Emxamblador” do lugar de Sobre a Fonte da freguesia de Sedielos (**Armando Palavras**, 2011, p. 120). Obrigava-se o mestre a fazer dois altares colaterais e tribuna, “athe o fim de Setembro”, pelo preço de 124 mil réis²³, em “madeira de castanho” (Fig.5).

No início da obra pagar-lhe-iam 48 mil réis e no fim de Maio 38 mil réis. O resto (38 mil réis), quando concluída, com os altares assentes, “depois de serem Revistos”.

22 *Retábulos da diocese de Vila Real*, 2020, p. 69.

23 Cada altar por 62 mil réis.



Fig. 5 – Igreja de Medrões

Igreja de São Tiago - Fontes

Além da vila, este concelho anexo a Penaguião tinha mais quatro lugares: Soutelo, Povoação, Tabuadelo e Justos.

A 19 de Julho de 1752, lavrou-se escritura de arrematação para as “obras de madeira”, feita três dias antes, a 16 desse mês. Entre o juiz da igreja, os “juizes eleitos para as obras” e os mestres carpinteiros **Francisco da Silva** e **João Baptista**²⁴. Este assistente no couto do Peso e aquele na vila de Fontes (**Fig. 6**).

Comprometiam-se fazer a armação tradicional, o coro e o púlpito na forma e feitio do da igreja de São Miguel de Lobrigos e as portas com almofadas, do feitio do da porta travessa de São Pedro Novo de Vila Real.

Descreviam-se então no documento, alguns pormenores da obra: A igreja seria forrada de “meia laranja” feita de “boa pregaria”.

24 Adiante aparece com o apelido “Matos”. Seria, portanto, família (irmão?) de Francisco Correia de Matos, mestre pedreiro que interveio na obra da igreja de Godim em 1775.

Arrematada “em o Adro da dita Igreja” pelo preço de 480 mil réis, comprometiam-se os mestres, conclui-la em seis meses.

Como cláusula, o contrato era bem explícito. Se houvesse algum defeito, seria toda a obra desfeita e novamente refeita à custa dos mestres²⁵. Porém, se fossem verificados incumprimentos nos pagamentos, os mestres não se sentiriam comprometidos em continuar e concluir a obra (**Armando Palavras**, 2001, p. 230-233; 2011, p.121-124).



Fig. 6 – Igreja de Fontes

Capela da Senhora dos Remédios - Medrões

A Senhora dos Remédios era centro de romagem local. A ela acorria bastante gente nos dias dos jubileus e aniversários. Tinha cinco jubileus: O primeiro a dois de Fevereiro, o segundo a 25 de Março, o terceiro a 15 de Agosto, o quarto a oito

25 Clausula, aliás, existente na grande maioria, senão em quase todos estes contratos.

de Setembro e o quinto a oito de Dezembro. E tinha dois aniversários: O primeiro no primeiro Sábado da Quaresma e o segundo a 13 de Novembro. Todos os sábados havia missa finalizada com a ladainha do capelão da irmandade. A festa da Senhora dos Remédios, feita com muita solenidade era a cinco de Agosto, em dia da Senhora das Neves.

A um de Setembro de 1739 foi lavrada escritura de obrigação para obra da capela de “nosa Senhora do Romédio” (**Doc. 3**). Feita entre os “mestres maginarios” **João Baptista e Francisco Barbosa**, moradores na vila de Fontes e João Pinto Sequeira morador na freguesia de Medrões (**Armando Palavras**: 2001,p. 203 e 221; 2011, p. 133-134). Esta obra arrematada na presença do provedor da comarca de Lamego pela quantia de 310 mil réis, dizia respeito a “toda a obra de carpintaria e telhados e agramasos e grades de ferro e sino e sancrestia” (**Fig. 7**). Os mestres obrigavam-se a fazer o retábulo, forros, armação da sacristia e púlpito, no período de um ano.



Fig. 7 – Capela-mor da capela de Nossa Senhora dos Remédios
Retirada de *Retábulos de Vila Real*

Capela de São Pedro - Medrões

Para esta capela foi lavrada escritura de obrigação em 1748 (**Armando Palavras**, 2001, p. 203 e 221; 2011, p. 134). Arrematada “da yrmandade da dita capella de sam pedro de medrois”, pelo mestre **Garcia Fernandes** da freguesia de Pena Longa, concelho de Benviver, esta obra de talha constava do seguinte: o tecto seria apainelado, o púlpito alargado e cuja pedra de suporte seria como a da igreja de Sever. Bem como os altares colaterais. Os altares seriam direitos “e nam de cantos”; as colunas salomónicas “com seos frutureiros pela garganta”. Com a obrigação de a terminar no período de um ano, os 190 mil réis seriam pagos em três fracções (**Fig. 8**).



Fig. 8 – Retábulo da capela de São Pedro de Medrões

Bibliografia essencial (a bibliografia secundária encontra-se referida em nota de rodapé)

LAMEIRA, Francisco, *O Retábulo da Companhia de Jesus em Portugal (1619-1750)*, Promontoria Monográfica História da Arte 02, Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Arqueologia e Património, 2006.

- LAMEIRA, Francisco, *O Retábulo nas Misericórdias Portuguesas* (Promontoria Monográfica História da Arte 04), Faro, 2009.
- LAMEIRA, Francisco, CARDOSO, Pedro Vasconcelos, LOUREIRO, José João, *Retábulos da diocese de Lamego* (Promontoria Monográfica História da Arte 14), 2017.
- LAMEIRA, Francisco, CARVALHO, José Bernardo, JOÃO, Martina del Rio, *Retábulos da diocese de Vila Real*, (Promontoria Monográfica História da Arte 24), 2020.
- LAMEIRA, Francisco; JOÃO, Martina del Rio, *Retábulos da Diocese do Porto* (Promontoria Monográfica História da Arte 25), 2021.
- PALAVRAS, Armando, *Os Anjos de Penaguião*, tese de mestrado, Lisboa, 2001.
- PALAVRAS, Armando, *Penaguião: Do ano Mil a Setecentos*, Estudos Transmontanos (11), A.D.V.R., Vila Real, 2004, pp.281-308.
- PALAVRAS, Armando, *Os tetos durienses: a iconografia religiosa setecentista nas pinturas dos templos da região demarcada*, tese de doutoramento, Lisboa, 2011.
- PALAVRAS, Armando, “A atividade construtora nos templos de Penaguião no século XVIII”, Revista *Tellus*, de Cultura Transmontana e Duriense, n.º 59, Vila Real, 2013, pp. 18 a 39.
- PALAVRAS, Armando, “Aspetos da arte periférica setecentista no distrito de Vila Real”, Revista *Tellus*, de Cultura Transmontana e Duriense, n.º 66, Vila Real, 2017, pp. 34 a 55.
- PALAVRAS, Armando, *Alguns aspectos da arte periférica setecentista duriense ...*, Brigantia, Vol 36-37, 2018/2019, Bragança, pp. 389-418.
- PALAVRAS, Armando, “Oficinas, sociedades e parcerias de artífices e artistas na arte periférica duriense na época de Setecentos”, Revista *Tellus*, de Cultura Transmontana e Duriense, n.º 70, Vila Real, 2019, pp. 41 a 67
- PALAVRAS, Armando, *A Bandeira Processional das Almas de Lagoaça*, Exoterra, 2020.
- PALAVRAS, Armando, *A Actividade construtora setecentista em Penaguião – Documentos para o seu estudo – Vol I*, 5 Livros, Porto, 2021.

Principais fontes manuscritas (Com a colaboração da Dr^a **Lina Oliveira**)

Utilizadas em 2001 e 2011

Documento 1

Arquivo Distrital do Porto, Convento das Religiosas de Monchique do Porto, CUMDMPRT / E / D / 001 / liv. 4, 4026, pp.681- 682.

Assento da Igreja de Sedielos (1692)

(f. 681) ADemenistrarem os sacramentos e dizerem as missas de sua obrigaçam, E que ao prezente a capella Mor da dita Igreja estaua com Retabollo nouo muito bem feito e milhor dourado com seu sacrario no meo e no teto com seos Paineis e floreis dourados E Pinturas de uasos Santos nos ditos Paineis tudo com muita grandeza porque subposto as Religiozas do dito Convento derão algum dinheiro que podra ser bastante a fazer a obra persizamente nesecaria contudo os freguezes para que se fizesse com major ostentaçam Contrebuhiram com suas esmollas por sua deuosam de sorte que a uontade se gastou mais de quinhentos mil Reis e que depois Deu-se finda a dita jgreja os ornamentos que elle Padre Cura declarara no seu titollo postos e feitos por conta e despesa das ditas religiosas E que na capella mor em hum lado dela estava a Jmagem de Sam Caetano que por sua devoção puserão os Padres da dita freguesia e por digo freguesia E do outro lado de Sam Philipe nere que pello mesmo modo pos a mesma freguesia a qual tem obrigação de fabricuar o corpo e choro da Jgreja e a Tore dos sinos della e os dous altares Antigos coletrais da mesma e outro que de nouo no costado da parte do Norte da dita Igreja faz a dita freguesia (f. 681v) para a confraria das Almas (...)

Documento 2

Arquivo Distrital de Vila Real, Notariais de Santa Marta de Penaguião, 5º officio, Liv. 183. fls. 48v-50

1755, 13 Julho

Esriptura de Seguransa e obrigua da hobra de pintura e douramento e solho e talha Armasoens e publito que fazem Bartololomeu de Mesquita Cardozo da cidade de Lamego Domingos Martins Pereira do lugar de fornellos deste termo aos officiais e juis da igreja de Sadiellos deste termo.

(f. 1v)

Em nome de Deos Amem saibam coantos este publico estromento de escriptura de obrigasam e seguransa da obra de pintura e Douramento e Talha e o mais adiante declarado ou como muito melhor lugar haia e mais ualler possa per que uallida seja tenha força e uigor uirem que no Ano do nasimento de noso Senhor Jesus christo de mil e setesentos sincoenta e sinquo Annos aos treze dias do mes de Julho do dito Anno em o lugar de outejro de Carvalho termo desta uilla de penaguião e ahi adonde eu Tabalião fuj uindo adonde ahi perante mim Tabaliam testemunhas nesta adiante nomiadas e no fim desta assignadas appareirão partes presentes a saber d'huma Banda o Dourador pintor Bartolameu de Mesquita Cardozo da cidade de Lamego e Domingos Martins pereira emtalhador do lugar de Fornellos deste termo e bem asim da outra banda o juis da Igreja de santa Maria de Sadiellos o padre Domingues de Almeida Borges mais emleitos abas digo emleitos da dita Igreja no fim desta assignados todos pessoas bem reconhecidas de mim Tabaliam e das mesmas testemunhas que Dou fee serem helles os mesmos pellos proprios nomes aqui nomiados e no fim desta assignados sendo helles assim presentes por helles me foj apresentado hum bilhette de destribuição do destrebuidor desta uilla Mansilha-de Sousa que ho teor he o seguinte // a escriptura de seguransa Da obra de Douradura pintura e entalha da Igreja da freguesia da Sadiellos a bhertollo Lameu de Mesquita Cardozo da cidade de Lamego e a domingos Martins Perejra de Fornellos deste Termo ao juis e mais eLejtos da mesma freguesia de sadiellos deste Termo em dez de Julho de mil setesentos sincoenta sinco Annos a Mansilha-de Souza e não se continha mais em o dito bilhete que aqui tresLadei sendo helle asim tresladdado logo pello dito Bartollo Lameu de Mesquita Cardozo foi dito na minha prezensa e das mesmas testemunhas que helle tinha rematado a obra de Douramento e pintura na forma dos apontamentos a saber sera Dourado e pintado o foro na forma que uem de sima o Coro por baixo pintado com seo Portiquo nos paneis aquelle pallo sera Dourado e o Altar de Santo Antonio e frontal pintado que tudo sera com bomas tintas e ouro do mais subido que se costuma na tal arte de pintura o coro com todo o primor no que Respeita ao Risco pella parte de baixo como tambem pelo dito Domingos Martins pereira foi dito que helle tinha thomado a obra dos paneis digo da obra da emtalha dos sseis comrespondentes aos mesmos que se acham no foro da igreja e mais o pelupeto na for<ma> do Comuento de Meizau frio tudo de bomas madeiras Lizas sequas e bem obradas Inteirisas (f. 2) digo bem obradas tudo na forma dos apontamentos na Arematasam que fizeram no Juizo da prouedoria de Lamego cujas obras foram Rematadas a saber pintura Douramento em

Trezentos mil Reis e o mais em nouenta mil Reis cujo dinheiro ham de Reseber em Tres pagamentos a saber o primeiro Logo no principio da hobra o segundo no Meio e o houtro no fim da dita obra a coal Reseberam da mam do doutor prouedor desta Comarqua o coal mandara rever a dita obra a uista dos apontamentos porque foram Rematadas cuja obra sera feita toda huma e houtra dentro de hum Anno que tera seo principio em o mes de setembro deste prezente Anno de mil setesentos sincoenta sinquo Annos e findara por outro tal mes e que ao comprimento da dita obra apresentou por fiador e abunador e principal paguador o dito Bertollo Lameu de Mesquita Cardozo a Domingos Joze Ribeiro peixotto desta mesma freguesia de sadiellos o coal sendo helle presente pesoa bem Reconhecido de mim tabaliam e das mesmas testemunhas que dou fe ser helle o mesmo sendo helle assim prezente por helle foi dito ficou por fiador e abunador e principal paguador da dita obra e a satisfasão della obriguaua sua pesoa e beins assim moueis como de Rais hauidos e por hauer terços delles e Logo pello dito Domingos Martins pereira foi dito que helle a satisfasam de sua obra asima declarada diso obriguaua sua pesoa beins e terços delles e se apresentaua por seo fiador abunador e principal paguador a comprimento da mesma obra na forma que asima fica declarada a Francisco Rodrigues nogueira clérigo do lugar de fornellos e do conselho de fontes o coal sendo helle presente e pesoa bem reconhecida de mim Tabaliam e das mesmas Testemunhas que posto fee ser helle o mesmo e sendo helle assim presente dise fica por fiador e abunador e principal paguador da dita obra na forma que asima fica declarada nos apontamentos e aRematasam della e que ao comprimento della obriguaua sua pesoa e beins e Treços delles que a tudo se obriguaua na forma sobredita e logo pellos ditos officiaes digo pello dito Juis e mais heLeitos foj dito que asejtauão esta escriptura na forma que dita estaua se obriguauão a compri-lla e goarda-lla na forma sobredita Em testemunho (f. 2v) e fee de uerdade [.....]²⁶ção e houtorgarão huns e outros ualler esta que asignaram e pedirão a mim Tabalião aqui lhes escreuese para dela dar os treslados nesarios o que eu Tabalião fis de seos Rogos e não ex-officio como pesoa publica estepullante e aejtante que tudo delles estepullej e aseitej em seos nomes das partes a que tocar posa e não presentes e por uerdade asignarão os Rematantes e fiadores e Juis e mais eLajtos e forão testemunhas presentes Luis pereira Do mesmo lugar do Conselho e João da Costa do lugar de uinhas thodos deste termo que thodos aqui asignarão depois desta lhe ser Lida por mim Joze Ignacio de MansilhaTabellião que o escreuj.

26 Lacuna no suporte.

Bartholomeu de Mezquita Cardozo

Outrosim declaro que o dito Bartollo Lameu de Mesquita Cardozo foi dito que helles se obrigauam a pintar as grades do Coro da mesma Igreja feitos com primor na forma digo o feitio sobreditas partes e sobreditas testemunhas sobreditos fiadores e sobredito Taballião que o escreuj e declarej.

Dominguos Martins Pereira
Domingos de Almeida Borges
O Padre Diogo de Faria Teixeira
Manuel Teixeira de Corvo
Luis Pereira
Joam da Costa
Bartholomeu de Mezquita Cardozo
Joam Alueres Henryque
Luis Pinto guedes
Capitam Domingos joze Ribeiro Teixeira
Francisco Rodrigues Nogueira / 1775

Documento 3

Arquivo Distrital de Vila Real, Notariais de Santa Marta de Penaguião, 4º officio, Liv. 24, fls. 53-55v.

1739, 1 Setembro

Escretura de obriguasam da obra da Capella de nosa Senhora do Romedio da freguesia de Medroiz que fas João Batista e francisco Barboza ambos da Vila de fontes

Em nnome De deos Amem saibão Coantos este publico instrumento de escretura de obrigaCom de obra com as condisois e fianzas ao diante declaradas ou como em direito melhor Lugar aia e mais valler possa virem como no ano do nasimento de noso Senhor Jesus Cristo de mil e setesentos e trinta e noue annos ao Primeiro dia do mes de Setembro do dito anno em a quinta (f. 1v) do oiteiro que he da freguesia de medrois e do termo da vila de pennaguião onde eu tabaliam fui uindo e ahi perante mim e testemunhas nesta ao diante nomiadas e no fim desta asinadas apareseram partes presentes a saber de huma

Banda joam Baptista e francisco Barboza mestres maginarios e moradores na uilla de fontes e da outra parte Joam pinto de Siqueira morador na freguezia de medroiz do termo da vila de pennaguião todos pesoas Bem conhesidas de mim tabaliam e das testemunhas que dou fee serem elles os mesmos pelos proprios nomes aqui nomiados e no fim desta escretura asinados e sendo elles assim presentes como dito he logo pelo dito João pinto de siqueira foi dito que elle tinha aRematado diante o doutor prouedor desta Comarca toda a obra de Carpintaria e telhados e agramasos e grades de ferro e sino e sancrestia da capella de nosa senhora do Remedio da freguesia de medrois pello preso que consta da dita rematasam por uontade da coal se mandou por em pergam toda a obra de carpintaria a saber Retabollo forros armasam da samcrestia e forro da dita samcristia e puLpito e peruiterio e reparo de portas e fechos dellas e tudo o mais que consta dos apontamentos e planta e por não auer quem puzese a dita obra em menos Lanso do que a Coantia de trezentos e des mil Reis pelo prefo a chamão e Rematão os ditos João Batista e francisco Barboza anbos da freguesia de fontes com a obrigacam de a darem feita e acabada na forma da planta e apontamentos tudo por elles asinado des a fatura desta a hum anno a coal obra sera (f. 2) exzeminada por dois mestres do seu officio os coais declararão se elles sobreditos a fazem na forma da planta e apontamentos e não o estando se manda fazer de nouo a sua custa e nesta forma se obrigarão a fazer a dita obra no sobredito preso dos ditos trezentos e des mil Reis os coais elle dito João pinto de siqueira se obrigaua hos satisfazer na forma Seguinte a saber por todo o mes de janeiro este presente que embora uier Sento e des mil Reis e por todo o mes de junho sem mil Reis e os outros sem no fim da obra feita e exzaminada na forma que dito fica e Logo pelos ditos mestres asima nomiados foj dito que elles se obrigauão por suas pesoas e beis a fazerem a dita obra na forma da planta e apontamentos pello dito preso asima declarado a cujo comprimento obrigauão suas pesoas e beis e para mais seguransa apresentauão por seos fiadores e abunadores a dita obra a Manuel de giam da vila de fontes e a João da Fonseca da freguesia de medrois os coais por estarem de presentes por elles foi dito que elle[s] fiuão e abunauão os ditos mestres na dita obra e de tudo ficauão por seos fiadores e a bunadores e principais paguadores para o que obrigauam suas pesoas e beis mouis e rais presentes e feturos e tersos de suas almas e huns e outros aseitaram esta escretura na forma em que feita estaua em tetemunho e fee de uerdade assim o quizerão e (f. 2v) outorgaram e mandaram a mim tabalião fazer o presente nesta nota para della dar os tresllados nesarios com o thior eu como pesoa publica estepullante e aseitante estepullej e aseitej em nome das partes a que toquar possa presentes

e não presentes e asinarão os ditos mestres e fiadores e o dito João pinto de siqueira e forão testemunhas presentes João pinto de queiros Ozorio caualleiro profeso na ordem de Cristo e morador na sua quinta do oiteiro freguesia de medrois e Manuel ferreira famelliar de caza do sobrado que todos aqui asinaram depois desta lhe ser lida por mim Luis correa publico tabeliam que o escreveu.

João Bautista
francisco BarBoza
Manoel Lião
do fiador João da Fonseca +
Joam pinto de siqueira
Manoel ferreira
João Pinto de queiros Ozorio

Algumas fontes manuscritas

Utilizadas em 2001 e 2011

Santo Adrião – Sever

Arquivo Distrital de Vila Real, Notariais de Santa Marta de Penaguião, 2º ofício, Liv. 22, fl. 77 – 1731, 25 Março.

Arquivo Distrital de Vila Real, Notariais de Santa Marta de Penaguião, 5º ofício, Liv. 56, fls. 2-4 – 1758, 15 Dezembro.

Arquivo Distrital de Vila Real, Notariais de Santa Marta de Penaguião, 3º ofício, Liv. 114, fl. 28 – 1795, 25 Março.

São Salvador – Medrões

Arquivo Distrital de Vila Real, Notariais de Santa Marta de Penaguião, 2º ofício, Liv. 100, fl. 9v – 1798, 12 Abril

Arquivo Distrital de Vila Real, Notariais de Santa Marta de Penaguião, 2º ofício, Liv. 100, fl. 53 – 1799, 18 Fevereiro

São Tiago – Fontes

Arquivo Distrital de Vila Real, Notariais de Santa Marta de Penaguião, 3º ofício, Liv. 76, fls. 22v-26 – 1752, 19 Julho

Santa Maria – Sedielos

Arquivo Distrital de Vila Real, Notariais de Santa Marta de Penaguião, 5º ofício, Liv. 183, fls. 48v-50 – 1755, 13 Julho.

Arquivo Distrital de Vila Real, Notariais de Santa Marta de Penaguião, 5º ofício, Liv. 52, fls. 28-29 – 1756, 17 Janeiro.

Biblioteca Nacional, Rellação da Comarca de Sobre Tâmega (1769)

Arquivo Distrital do Porto, Convento das Religiosas de Monchique do Porto, CUMDMPRT/E/D/001/liv. 4, 4026, pp. 681- 682.

Assento da Igreja de Sedielos (1692).

Capela da Senhora dos Remédios – Medrões

Arquivo Distrital de Vila Real, Notariais de Santa Marta de Penaguião, 4º ofício, Liv. 24, fls. 53-55v – 1739, 1 Setembro.

Capela de São Pedro – Medrões

Arquivo Distrital de Vila Real, Notariais de Santa Marta de Penaguião, 5º ofício, Liv. 38, fls. 141 – 1748, 31 Março.

Duas razões a juntar às outras para celebrar Camões aqui, em Vila Real

Elísio Amaral Neves

1980 é celebração camonianiana duplamente significativa — 4.º Centenário da Morte de Camões e 1.º das Comemorações de 1880, data não menos relevante.

Nas celebrações de 1880, mais do que o aproveitamento que algumas forças, eventualmente, delas fizeram, importa salientar a atitude política, cultural e social de rara excepção.

Nesse ano, então como hoje, o concelho de Vila Real, mercê das dificuldades económicas que experimentava e da vontade da população e dos poderes públicos de ver as mesmas atenuadas e se possível superadas, vive e sente Camões ou melhor, a força que o nome encerra.

Como sempre, foi à imprensa periódica local (subordinada, na sua maioria, ao poder político) que coube o papel de sensibilização pública.

O governo central (progressista) tinha como seu representante no distrito o Dr. João Afonso de Espregueira e como órgão *O Commercio de Villa Real*, publicação que se iniciara em 18 de Dezembro de 1874. O partido Regenerador, por seu lado, embora possuindo órgãos próprios desde Janeiro de 1874 (*A Provincia* — 29 de Janeiro de 1874, *Correspondencia do Norte* — 9 de Agosto de 1874 e *O Norte* — 17 de Janeiro de 1875, todos eles de vida efémera, com direcções políticas confiadas aos futuros ministros António de Azevedo Castelo Branco e Lopo Vaz de Sampaio e Melo), só em 18 de Fevereiro de 1880 inicia a publicação de uma folha com continuidade, sob a direcção política de António Tibúrcio Pinto Carneiro (que ocupou por duas vezes o lugar de governador civil) que celebrou em 1980, ininterrupta, o seu centenário, *O Villa Realense*.

A oposição não rotativa (republicana) tinha desde 1876 entregue a direcção do seu centro local a Augusto César, jornalista fundador de *O Transmontano* (1 de Junho de 1873) que o dirigiu até à sua morte, ocorrida em Novembro de 1894¹.

O concelho de Vila Real e o «País Vinhateiro» em geral, vivia uma grave situação económica, como já foi dito. Para além dos prejuízos provocados pela filoxera na vinha que se procuravam combater com aplicações de sulfureto de carbono por meio de uma enorme variedade de injectores importados do estrangeiro, nevara durante o mês de Abril e princípios de Maio não só nas montanhas como na sede do concelho, o que causou inúmeros danos às «novidades pendentes». Em péssimas condições, Vila Real mantinha a dificuldade de concorrer aos grandes centros de consumo como elemento natural de produção que era. E assim, restava-lhe pouco mais do que a sua Feira Anual de Santo António, que fora outrora uma das melhores e mais concorridas, mas que, nos últimos anos, revelava pronunciados traços de decadência. Em 1880, no entanto, a Feira de Santo António, contrariamente ao que se tornara habitual em anos anteriores, e embora longe do que fora no último quartel do séc. XVIII e na primeira metade do séc. XIX, desenrola-se com uma concorrência de compradores e de feirantes tão numerosa que o Recinto do Calvário apresentou-se pequeno para acomodar todos, pelo que foi necessário construir inúmeras barracas na rua do Carmo. E, apesar do tempo frio e por vezes chuvoso, o mercado de gado foi bom, sobretudo o muar e o equídeo, tendo a Comissão de Remonta do Exército adquirido 30 cavalos. Já o mesmo não se pode afirmar da transacção de fazendas de lã que não atingiram o volume usual pelo facto de o comércio retalhista ter sido fraco durante o ano. Quanto às diversões, houve no local da feira bastantes passatempos como «Teatro-Barracão», «Figuras de Cera», «Serpentes, Crocodilos e outros variados bichos» e a sempre aumentada e de muita afluência área de barracas com «Jogos de Monte e de Roletas» onde, como alguém dizia, «provando que o progresso não é uma mentira», se podia ver uma roleta movida a vapor.

Terminada a feira que decorrera em permanente ambiente de tranquilidade, com excepção da já habitual presença dos «ratoneiros», não foi nem a grande afluência de feirantes nem o aumento do valor das transacções o que mais marcou a memória da população do concelho, nesse ano, mas sim outros acontecimentos, tais como (e isto recordando só alguns deles) a passagem em direcção ao Porto,

1 Em 11 de Novembro de 1897 e embora prosseguindo a numeração do jornal de 1873 inicia-se uma nova publicação com este título (*O Trasmontano*, órgão da Comissão Municipal Republicana do concelho de Vila Real) sob a direcção de Adelino Samardã, publicação que é o seguimento de *Aurora da Liberdade* (16 de Outubro de 1896 – 7 de Novembro de 1897).

de madrugada, vindo de Vidago, do Ministro da Guerra João Crisóstomo de Abreu e Sousa, vitoriado nas ruas da vila por grande quantidade de pessoas acompanhadas pela Banda Marcial de Ferreiros. Dada a hora — 4 horas da manhã — esta mobilização certamente só foi possível devido ao esforço das forças políticas locais.

Ou a reunião no sítio do Seixo comemorativa do desembarque do exército liberal no Mindelo à qual se associaram o Dr. Sebastião Maria da Nóbrega Pinto Pizarro, o Tenente-Coronel Aparício Ferreira Maria, João Casimiro Ribeiro Vaz, Francisco Victorino Vaz de Carvalho (que usou da palavra) e o veterano Manuel Ferreira. Mas, mais marcante que estes e outros episódios da vida social e política local, foi a celebração do 3.º Centenário da Morte de Camões.

Assim no dia 2 de Maio, um Domingo, um grande número de pessoas reunia-se num dos salões do Tribunal Judicial, a fim de deliberar quanto à forma de proceder às celebrações. Nomeada uma Comissão para elaboração do programa dos festejos que, no dizer de um órgão de informação local, seria a imagem que Vila Real daria «da sua elevação moral reveladora de um grande progresso», foi o mesmo apresentado, em reunião pública, no dia 6 de Maio. Terminados os preparativos, iniciaram-se os festejos na noite do dia 9 de Junho com um Sarau literário-musical que decorreu nas salas do «Gremio Villarealense», onde se reuniram «muitas famílias das mais gradas desta villa». Usaram da palavra aludindo a Camões, os Drs. António de Azevedo Castelo Branco e António Baptista de Sousa e o Abade Manuel de Azevedo, pároco de São Pedro (orador sagrado, jornalista², arqueólogo³, tesoureiro de diversas instituições e futuro director do banco local⁴), terminando o sarau com um baile.

No dia imediato, 10, os festejos centraram-se no secular Campo do Tabolado que, a partir desse dia, por deliberação camarária de 5 de Junho de 1880, se passou a denominar «Praça Luis de Camões»⁵. A descrição dos mesmos pode-se ler nesta transcrição de *O Commercio do Porto*⁶, secção de Noticiário:

2 Colaborador e redactor de *O Villa Realense* (18 de Fevereiro de 1880), *O Campeão do Norte* (11 de Novembro de 1896) e *A Cruzada* (15 de Maio de 1897) entre outras.

3 Com larga colaboração nas publicações especializadas da época. É com Leite de Vasconcelos o primeiro impulsor de um Museu Municipal local em 1894, de que resultou desde logo um projecto de Estatutos de Leite de Vasconcelos e a reunião no Jardim da Carreira, pelo encarregado dos jardins municipais José de Lemos, de várias pedras de armas e outros objectos arqueológicos, que até aí dispersos e em arrecadação passam a estar expostos ao público.

4 Banco Commercial, Agrícola e Industrial de Villa Real (1874).

5 «Largo de Luis de Camões» por deliberação camarária de 15 de Maio de 1880.

6 *O Commercio do Porto*, Porto, 17 de Junho de 1880.

«... Em Vila Real, o tempo correu desabrido, não permitindo por isso que os festejos se efectuassem com o brilhantismo que era de esperar.

No Largo de Luiz de Camões levantaram-se 2 pavilhões armados de damasco, e no espaço que entre eles medeava estava levantado em um pedestal o busto do poeta.

Pelas 5 horas da tarde do dia 10, saiu dos Paços do concelho um numeroso préstito, composto das autoridades, Câmara municipal e muitas outras pessoas e, depois de este ter percorrido as ruas principais, chegou ao largo referido, onde estava, assim como nas outras ruas, uma grande multidão de pessoas. Ali, depois de patenteado às vistas do público o busto de Camões, começava a ser assinado um auto de resolução que havia tomado a Câmara de mudar o nome ao largo, quando sobreveio uma grande tempestade de chuva e granizo, e obrigou a multidão a dispersar em poucos momentos.

A Câmara retirou-se para os Paços do concelho, e ali teve lugar a assinatura. Continuando a chuva e o frio, não pôde ser visto o magnífico fogo de artifício, que foi queimado à noite.

Não pôde, por este motivo, haver iluminação, como se esperava. Reinou sempre a melhor ordem durante o dia. ...»

Festejos estes que, embora defrontando-se com as más condições climatéricas, estiveram certamente à altura da responsabilidade que festejar Camões em Vila Real representava. E isto porque **festejar Camões em Vila Real** lembrava, como hoje, a importância política e cultural da edição de *Os Lusíadas*, do Morgado de Mateus⁷, em Paris, no ano de 1817⁸ (obra de arte gráfica das maiores do seu tempo executada pelos melhores artistas franceses, sob a direcção de François Gérard).

Importância que se traduz na influência que a edição de D. José Maria de Sousa Botelho exerce no pensamento liberal tornando-se num dos elementos de referência da revolução liberal de 1820. Historiadores como Rafael Ávila de Azevedo⁹ e Anne Gallut¹⁰ analisaram a importância do culto de Camões em França, no primeiro quartel do séc. XIX, assim como o papel desempenhado pela edição do Morgado de Mateus na corrente literária da época. Obra tão importante como outras obras de arte, designadamente a «Missa de Requiem» em louvor

7 *Os Lusíadas, Poema Epico de Luis de Camões*, Paris, 1817.

8 Muitas foram as edições que se seguiram conforme a de 1817 e que utilizaram o seu critério escolhido para fixação do texto.

9 'O Culto de Camões em França no primeiro quartel do século XIX' in *Arquivos do Centro Cultural Português* (vol. IV), Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1972.

10 *Le Morgado de Mateus, Editeur des Lusíadas*, Paris/Lisbonne, 1970.

de Camões, composta por João Domingos Bomtempo ou o quadro «A Morte de Camões», de Domingos António de Sequeira, exposto no «Salon» de 1824.

A sua influência estende-se ainda, em 1833, à criação da Real Biblioteca Pública do Porto, de que temos conhecimento através da troca de correspondência entre dois lentes da Aula de Desenho da Real Academia de Marinha e Comércio, João Baptista Ribeiro¹¹ e Raimundo Joaquim da Costa, e D. José Maria de Sousa Botelho. Correspondência em que à solicitação por parte dos lentes de uma colecção de estampas da sua edição, respondia o Morgado de Mateus que logo que a edição saíra fizera diligências para se informar da existência duma Biblioteca Pública no Porto, sua terra natal, a fim de aí depositar um exemplar, acrescentando que a academia deveria incentivar a criação dessa Biblioteca através duma proposta à Câmara Municipal.

Baptista Ribeiro mostraria, segundo palavras suas¹², a D. Pedro IV, logo após o desembarque do Mindelo, esta correspondência que originou a criação duma Comissão encarregada de organizar a Biblioteca de que fizeram parte, entre outros, Alexandre Herculano e o próprio João Baptista Ribeiro.

Duas razões a juntar às outras para celebrar Camões aqui, em Vila Real¹³.



IV Centenário da publicação de *Os Lusíadas*, 1972.
Praça Luís de Camões (1880), Vila Real, escultura de Manuel Negrão.

-
- 11 João Baptista Ribeiro (Vila Real, 1790 – Porto, 1868), pintor e pedagogo, conheceu o Morgado de Mateus muito jovem, tendo reproduzido para este alguns retratos de escritores franceses da época. D. José Maria de Sousa Botelho, pretendeu levar para Paris João Baptista Ribeiro, a fim de prosseguir estudos artísticos, a que o Pai não anuiu.
 - 12 Pedro Vitorino, *Biblioteca Portuense (1833-1933)*, Porto, 1933.
 - 13 Elísio Amaral Neves, 'Duas razões a juntar às outras para celebrar Camões aqui, em Vila Real' in *A Voz de Trás-os-Montes*, Vila Real, 17 de Abril de 1980, pp. 1, 3 e 5. Texto revisto.

A bica do lar e o banho turco

José Dias Baptista

O que tenho vindo a fazer é recordar o passado da nossa Gente, as suas vivências e memórias, os seus modos de vida e tradições – o que julgo ser um exercício de magistratura moral a que todos os barroões e todos os trasmontanos estão obrigados. Todos, mesmo todos, fomos escalados para essa vigília de transmissão aos nossos iguais, jovens ou não, das memórias de outros tempos por mais estranhas que nos pareçam. A tanto talvez possamos chamar uma tentativa de enquadramento no conceito real de Identidade Trasmontana.

Não se trata apenas de analisar textos rebuscados na documentação encaixotada dos arquivos. Aos textos publicados em revistas do inédito ou do futuro há que juntar a inestimável aprendizagem que desabrocha e floresce no gineceu das nossas casas, na intimidade das famílias ou nos mágicos serões com a vizinhança; depois temos de submeter à massa crítica das pessoas todos os actos, os costumes conscientes e os hábitos instintivos da comunidade e lançá-los no crivo da compreensão geral.

Estou bem ciente de que a ciência só existirá pelo diálogo, pela perseverança no debate, pela sujeição dos saberes às conclusões provisórias e pelo combate ao pedantismo bronco das “opiniões sagradas”.

Mais adiante tentaremos dilucidar melhor a ideia acabada de expor através duma peripécia a que assisti aos oito anos de idade e cujos contornos históricos só muito dificilmente se poderão achar em letra de forma. Contudo há indícios dessas costumeiras ancestrais nalguns geógrafos e escritores da mais remota antiguidade.

E porque se trata de pão, o pão nosso de cada dia, convém não olvidar que o pão é vida e, mais do que isso, o pão é Deus para muitos milhões e milhões de

crentes. Vale a pena pensar nas razões de o pão ter chegado a tão alto preço ao lado de outros produtos alimentícios.

Em meu entender parece provável que o pão fosse de início “cozido” e chegasse a boca dos consumidores sob a forma de papas (farinha, água e pouco mais). Talvez por isso mesmo se diga ainda hoje “cozer o pão” quando, em boa verdade, sem que muitos de nós pensemos nisso, o pão é assado há vários milhares de anos.

Em Barroso comiam-se papas, o chamado “caldo de farinha”, o “caldo de leite” e o “caldo de castanhas” tudo em papas ou quase, cozinhados que já caíram em desuso e só por carolice ou saudades se farão agora. Velhos muito velhos diziam (não de vista mas de ouvida) que antigamente havia pobres que misturavam farinha ceiteia com bolotas e até bugalhos bem secos e tostados para mais fácil moedura e assim coziavam o pão. Na Galiza ainda hoje se fala no “*pan de landra*”.

Baseado no dito de Plínio (*Naturalis Historia*, XVI, 4) sobre o pão de bolota e não tendo visto fornos mas apenas de mós manuais, Mário Cardoso¹ concluiu que os castrejos faziam farinha mas não coziavam em fornos familiares. Admite, diz, a existência de fornos comuns. Na minha modesta opinião tal é muito improvável pois nunca se encontrou lá nenhum forno.

Irá para quatro mil e muitos anos que, perto da tenda de Abraão apareceram três peregrinos, diz a Bíblia Sagrada. Abraão saudou-os e convidou-os para a sombra. E logo ordenou à mulher: “*amassa três medidas de flor de farinha e coze três pães no brasume*” (*panis subcinericius*, cozidos sob a cinza, Génesis, 18,6). Neste caso sabemos como foi feito, ao calor das brasas, aquilo a que nós chamamos a bica, a bola, o bolo ou o *pão do lar*. Mais tarde, ao ter de fugir de Sodoma na companhia de seu sobrinho Loth, Abraão acolheu-se em casa de Melquisedek, rei de Salém, e este ofereceu-lhe pão e vinho (Génesis, 14,18). Mas neste caso não sabemos como seria feito esse pão.

O Levítico, terceiro livro da Bíblia, afirma: “Se quiseres oferecer uma oblação de coisas cozidas no forno, farás bolos de flor de farinha.” (Lev. 2,4)

De quase dois mil anos mais tarde há informações que da Grécia vão para Roma *pistores*, homens que trituram o grão, isto é, tostam, moem, amassam e cozem o pão. Então, a cozedura do pão, ou seja, a panificação por processos semelhantes aos actuais, torna-se uma indústria fortíssima a ponto de Roma contar com centenas de padarias. Havia mesmo o *forum pistorium* que era um grémio, sindicato e mercado dos padeiros, afinal, uma organização profissional

1 Cardoso, Mário – “A mó e a farinha, o forno e o pão” pág.236. Porto, 1959, in Homenagem ao Prof. Dr. Mendes Corrêa.

muito evoluída para o tempo. As mulheres e os filhos dos *pistores* eram obrigados a seguir a profissão dos pais. O excelente historiador e biógrafo latino, Suetónio, dá uma ideia clara da importância que os romanos atribuíam ao pão: diz ele que Augusto, quando os soldados cediam perante o inimigo, dizia as coortes, isto é, em cada dez soldados mandava matar um e os restantes encerrava-os em cárceres e dava-lhe apenas pão de cevada em vez de trigo. Isto era uma ignomínia!

Admirável é que um documento do século X (942-977) refira a lista dos “*pistoribus*” do mosteiro de Celanova que São Rosendo empregava na feitura do pão. Eram centenas de homens e mulheres dados ao fabrico do pão para monges e pobres aos quais se diz que todas as manhãs davam, à porta do mosteiro, cerca de três mil pães.

O forno do Povo naturalmente comunitário difunde-se ao longo da idade média à proporção do aumento da população. Há notícias históricas de fornos comunitários concedidos em forma de privilégios a concelhos. O forno é obra de excelente construção e de materiais de difícil perecimento. Muros fortíssimos de perpianho, muitas vezes de contrafortes exteriores donde saem arcos de lado a lado para sustarem as lajes de cobertura. Apenas a única porta é de madeira. A aldeia onde nasci é excepção devido a situar-se em zona de transição do Alto para o Baixo Barroso. Produzia tanto centeio como milho o que levou a ter de construir-se um edifício de maiores dimensões de modo a conter dois fornos: o do pão centeio para levar trinta “broas” e o do milho para vinte. As ditas broas todas de tamanhos semelhantes, pela volumetria das bandejas, gozam de tempo de cozedura diferente visto que o milho é muito mais húmido que o centeio e os outros cereais e demora a cozer uma hora, ou mais, que o centeio.

O forno funcionava mediante um rol de pretendentes. A primeira família a cozer era obrigada a aquecer o forno. Por isso, apresentava o “*quentadeiro*”. Em certas aldeias os lavradores abastados, para fugirem à obrigatoriedade de esperar a vez ou à necessidade de aquecer o forno, construía o seu próprio forno na cozinha ou no combarro. As broas de cada fornada duravam pelo menos quinze dias mas, para os pobres era difícil aquecerem o forno por se gastar muita lenha e porque era penoso juntá-la no baldio e transportá-la sem animais que a carrassem. Por isso, o forno cozia em permanência dia e noite aproveitando-se muito calor nas cozeduras seguidas, poupando-se lenha, sobretudo durante o inverno que se estende por seis meses. Daí que o forno comunitário se tornasse no abrigo dos “*pobres de pedir*”. Entre os pobres também havia como que classes sociais: *os de pedir* andavam sozinhos e tinham um giro próprio que normalmente cumpriam no princípio do outono e da primavera. Percorriam determinadas aldeias, e nelas, as casas de mais posses; *os da volta* arranchavam (às vezes famílias inteiras) e pediam *para a casa ardida, para a igreja roubada* ou *para a veiga de*

centeio queimada, pedinchice que mexia nas almas dos caridosos; finalmente os “*cabaneiros*” eram pobres da povoação, envergonhados vizinhos da porta, não eram andantes de terra em terra como os outros. Tinham de seu a cabana (daí o nome *cabaneiros*) com lareira e o catre para dormir, o canto da lenha na quadra térrea para o gato e meia dúzia de galinhas poedeiras, a horta e uma ou duas leiritas na veiga para batatas e centeio ou milho. Trabalhavam pela vianda e o caldo para os lavradores abastados na primavera e no verão. No inverno, sem trabalho e sem víveres suficientes, sobreviviam com a ajuda dos vizinhos. Por isso se dizia que em Barroso não havia pobres. “*Que Barroso era “celeiro velho”* – expressão de fora parte, talvez do Minho, já que os barroões não aplicam o vocábulo “celeiro”. Aplicam, sim, tulhões e canastros a significar o mesmo que celeiros. A essa classe de pobres, os cabaneiros, pertencia a ti-Maria da Mouta, protagonista da história que vou narrar. Mas nela, além de cabaneira, cresciam ainda pouquidões físicas devidas a moléstias de infância.

Certo dia, quando saía de casa para a escola, em manhã primaveril de há setenta anos, a Mãe mandou-me entregar à ti-Maria da Mouta um pequeno saquitel. A ti-Maria da Mouta era a criatura mais humilde da povoação. Morava à entrada da Quelha da Neta, esquina norte do Largo do Couto, assim chamado por ocorrerem aí as assembleias populares, velho costume que dizem originário do *concilium* dos romanos e godos. Tinha de seu a casinha térrea com taipa de madeira a meio, metade para a lareira e outra metade para a cama, canto da lenha, gato e galinhas. Na veiga possuía duas leiras para batatas e couves se as plantasse.

Vivia só e além do descontrolo corporal generalizado, acrescido da falta de dez centímetros ao comprimento da perna direita, sofria também de contrações musculares involuntárias, de agitações pupilares e grave dificuldade da linguagem — sintomas e efeitos de meningite cérebro-espinal, ao que parece. Não obstante a virulência dos agentes bacterianos que lhe terão tomado o encéfalo e a medula, a ti-Maria da Mouta preservou saberes que urge dar a conhecer e a que eu assisti nessa longínqua manhã.

As vivências quotidianas que agora passo a narrar são, sem sombra de dúvida, tão mais importantes porque, depois que morreu a mãe à Maria da Mouta, teve de ser ela a pôr em prática o que aprendera e, tanto quanto sei, era já a última pessoa, entre os quinhentos habitantes da aldeia, a executá-las com regularidade e proveito.

Ao chegar à Quelha da Neta, pela porta escancarada saíam roldões de fumo. Encostado ao tranqueiro, chamei:

– *Ti-Maria!*

Com osovelos de fumo apareceu ela, vestida daquilo que é costume chamar-se camisa de noite, uma espécie de túnica de estopa grosseira que a cobria

dos pés descalços ao pescoço. Ao ver-me fez o normal esgar de rosto e beiços e dei-lhe o saquitel. Pelos balbucios entendi que me queria agradecer.

– Pã...pã...pã... – dizia.

– *Obrigado. Já almocei!*

– Pã...Pã...

– *Tenho de ir à escola!*

Lançou mão ao meu braço e obrigou-me a entrar. Tive de me baixar para abrir os olhos por causa da fumarada que, à falta de vento, quase não saía pela chaminé do colmaço mas por um diminuto janelo e pela única porta. Pegou duma tenaz de ferro para virar a bola que espalmara sobre a “pedra cozedeira” inclinada sobre as brasas. Comecei a tossir e a chorar com o aziúme que a fumaça me fazia nos gorgomilos e nos olhos.

– Pã...pã... – dizia.

Apontou para a bola e desviou um mocho de madeira negro-brilhante dos fumos como tudo ao redor, assim o escano e a arca.

Sentei-me ou ela sentou-me com a mão empurrando o meu ombro para baixo e notei que ela descalçara a pedra cozedeira rúbida do calor onde cozera a “bica do lar”. A pedra cozedeira era um bloco de granito com a forma de um ovo cortado a meio, longitudinalmente. Teria uns quarenta centímetros de comprimento por vinte e cinco de largura. Tomou um jarro de zinco ou alumínio, colheu água fervente do pote que estava ao lume e começou a deitá-la em fio, quase gota a gota, sobre a pedra. Com a mão esquerda puxava à frente a camisa que trazia vestida. Eu, vítima do fumo, estava tão tímido como atónito. Da pedra evolava-se um vaporzinho de água quente que lhe subia pelo corpo todo. Escorriam-lhe gotículas de água pelos pés, rosto e cabelos. Ao fim de breves segundos, fugi.

Fugi mas ainda hoje lamento não poder aguentar uns instantes mais para provar a arcaica *bica da lar*, o pão de cada dia dos pobres de Cristo da minha infância.

Mais tarde vim a saber tim-tim por tim-tim o real significado de tudo quanto vira. A Maria da Mouta levantava-se ainda o sol trepava pelos Pireneus, acendia o lume e punha-lhe ao pé o pote grande com água. Com um guiço calçava a pedra do lar que ficava virada para o brasume. Quando ouvia o musical do testo, provocado pelo borbulhão da água a ferver, já sabia que também a pedra fervia a seu modo. Aproximava-se do fogo, descalçava a pedra que logo se voltava para ela, colhia um jarro de água a ferver que ia, pouco a pouquinho, despejando sobre a pedra. Erguia-se daí o vapor que lhe trepava pelo corpo e assim tomava um banho turco como teriam feito os seus antepassados desde os remotos tempos dos povoados castrejos. Banho turco lhe chamavam o meu Pai, o ti-João Marujo e o

Arturinho Capela, homens de muitos saberes e contos, muito viajados e sabidos, de muitos segredos e novidades.

A Maria da Mouta vestia-se e tomava a massa fermentada que preparara na bandeja de pau de amieiro, colocava-a na pedra cozedeira e espalmava-a com a mão até ficar da grossura do dedo mata-piolhos. Em poucos minutos tinha ao seu dispor pão fresquíssimo para a primeira refeição que, não raro, era a única do dia, um pão cinzento-negro e de gosto adocicado. A cor provinha do centeio e diziam que antigamente era o pão ainda mais escuro porque então o centeio se misturava com farinha de cevada e às vezes de farinha de bolotas, em anos de fomes mordentes.

Os adultos que estes conhecimentos me transmitiam, sabiam de ciência certa como era. E não se esqueciam de afirmar que, não há muitos anos, nas casas deles também se fazia assim mais coisa menos coisa.

– *Mais coisa menos coisa?*

E logo completavam que em casa deles haveria sempre um bocadito de manteiga, de requeijão ou presunto para enriquecer *a bola ou bica do lar* mas todo o trabalho preliminar era igual.

Outros faziam água de nata ou água de unto, mata-bichos que a Maria da Mouta raramente avezaria por falta de condimentos.

De todo o modo aí temos dois saberes (e também sabores) que o Povo de Barroso foi perdendo com evidente prejuízo da nossa memória colectiva. Temos aí dois saberes que são duas magistrais lições oferecidas por uma pessoa que viveu na mais penosa indigência, analfabeta de analfabetos, mas cuja índole e força anímica me satisfaz relevar.

Hoje, *o pão do lar*, *o banho turco* (e, sobretudo, o requeijão e as bicas de manteiga com que os barrosões fizeram durante séculos as feiras de Braga e Chaves) não passam já da mais lastimável saudade mas a pedra cozedeira da Maria da Mouta, essa, mandei recolhê-la duma montureira ocasional, fora da povoação. Indo de passeio para mostrar a veneranda ponte aos meus netos, pus os olhos no monturo e na pedra...E logo me veio à memória o episódio da entrega da encomenda com o osso de pernil para o caldinho e da roupa usada em casa da ti-Maria da Mouta. Bem podia eu fechar os olhos que *via claramente visto o lume vivo e a bola do lar* (talvez mesmo com mistura de farinha de bolotas tostadas de que fala Estrabão (III, 3,7) na idade pré-clássica! E lembrei-me do *panis subcinericius* (*pão cozido* sob brasas) que Sarai, mulher de Abraão, preparou para três estranhos peregrinos que chegaram à sua tenda, cerca de dois mil e trezentos anos antes de Cristo (Génesis, XVIII). Já lá vão bem mais de quatro mil anos, o mesmo patriarca Abraão, quando decide abandonar a cidade amaldiçoada de Sodoma na companhia de seu sobrinho Loth, recebe das mãos de

Melquisedek uma dádiva de *vinho e pão*. Pão cuja feitura (a imaginar pelo que actualmente os habitantes daqueles territórios ainda fabricam) não deve ser muito diferente do *modus faciendi* do da Maria da Mouta. Alguns séculos depois, Jeová do Antigo Testamento, decidiu estabelecer na lei mosaica o pão como oferenda ao Senhor. (Levítico, 6)

Enfim, creio que seriam bem poucas as diferenças entre esses pães e o que a Maria da Mouta fazia em mil novecentos e quarenta e nove. Por isso quis guardar a pedra cozedeira, como lhe chamavam, e guardo-a qual recordação sagrada que fez a felicidade de inúmeras gerações em conturbadas eras de pestes, bruxarias, peregrinações e guerras estúpidas. Mas esta pedra pertenceu a uma vizinha da aldeia onde nasci e ainda tive oportunidade de ver como era utilizada no fabrico do dito “*pão do lar*” (ou bola e bica do lar). No interim fui também bastante informado sobre o quase desconhecido “banho turco” dos pobres de Barroso.

De tudo dou, ciente do dever cumprido, irrefragável testemunho.

Para o estudo das consequências da *Lei da Separação do Estado das Igrejas (1911)* no Distrito de Vila Real

Pedro Abreu Peixoto

1. Introdução

O crescente sentido de secularização da sociedade portuguesa, vivido com particular intensidade a partir de 1870, com uma marcada influência do positivismo e proudhonismo, começará a apontar para a separação entre a política e a religião.¹

A partir da implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, o governo provisório, que será anunciado aos portugueses no Diário do Governo de 6 do mesmo mês, seguirá logo uma política laicizadora, que surge na sequência dos movimentos já sentidos nos últimos anos da monarquia, pretendendo diminuir de forma acentuada a influência da Igreja Católica em Portugal, demonstrada pelos 99,8% de pessoas que se declaravam católicas no censo de 1900.²

Este movimento de laicização, que começará a ser discutido nas *Conferências do Casino*, em 1871, sob influência de Antero de Quental, promoverá a associação da Monarquia à Igreja Católica, opondo-se à sua influência na sociedade

1 NETO, Vítor (2014).

2 Apesar de autores considerarem que estes números são um mito, originado pela máquina de propaganda do governo republicano e, principalmente, em Afonso Costa. Cf. a obra de Luis Salgado de Matos sobre a I República na sua relação com a Igreja Católica.

portuguesa. Logo em 1 de Fevereiro de 1908, é publicado um decreto contra os jesuítas, que não será assinado por D. Manuel II, e que procurava apaziguar a sociedade atacando a igreja.

Após a implantação da República, a promulgação de legislação relativa à relação entre o estado e a igreja, assumirá enormes proporções.³

O movimento legislativo persecutório da Igreja Católica iniciar-se-á com o decreto de 8 de Outubro de 1910, emanado do Ministério da Justiça, repondo em vigor a lei de Setembro de 1759, curiosamente promulgada pelo regime absoluto de Pombal e a lei de 28 de Agosto de 1767, que desnaturalizam, proscurem e expulsam os Jesuítas, o decreto de 28 de Maio de 1834, que extingue os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e outras casas de religiosos de todas as ordens regulares, fosse qual fosse a sua denominação, instituição ou regra, e declara nulo o decreto de 18 de Abril de 1901 que havia autorizado a constituição de congregações religiosas que se “...dedicassem exclusivamente à instrução e beneficência ou à propagação da fé e civilização no ultramar”.⁴

A dinâmica legislativa laicizadora continuará até final do ano, retirando o carácter religioso aos feriados nacionais (12 de Outubro), abolindo os juramentos de carácter religioso (18 de Outubro), suprimindo o ensino da doutrina cristã nas escolas primárias e normais (22 de Outubro), reiterando a penalização aos ministros da religião que atacassem os poderes do estado (22 de Outubro), promovendo a extinção da Faculdade de Teologia e abolindo o juramento dos lentes, alunos e pessoal da Universidade de Coimbra e o juramento da Imaculada Conceição (23 de Outubro), autorizando os governadores civis a substituir mesas ou corpos administrativos das irmandades ou confrarias por novas comissões (28 de Outubro), publicando a lei do divórcio (3 de Novembro) e as leis da família (25 de Dezembro).⁵

A evolução de um regime de religião de Estado, tolerando as demais confissões, como durante a monarquia absoluta e consagrado ainda pelas constituições de 1822, 1826 e 1838, desaguará num regime de separação e reconhecimento constitucional da liberdade de consciência e de religião, como o consagrado pela Constituição de 1976, numa evolução com vicissitudes e oscilações, como demonstram os textos das constituições de 1911 e de 1933.⁶

A reformulação do Estado-Nação, ansiado pelo novo poder republicano, exigia um novo relacionamento entre o político e o religioso, que culminará

3 MOURA, Maria Lúcia Brito (2010).

4 Diário do Governo, nº4, ano de 1910 de 10 de Outubro.

5 MOURA, Maria Lúcia Brito (2010).

6 MIRANDA, Jorge (s.d.)

numa primeira fase na publicação da “Lei da Separação do Estado das Igrejas”, promulgada em 20 de Abril de 1911.⁷

A “Lei da Separação do Estado das Igrejas” foi publicada sob os auspícios do Ministério da Justiça de Afonso Costa⁸, na data mencionada e publicado no *Diário do Governo* nº 92 de 21 de Abril de 1911, apresentando um texto extenso, com sete capítulos e 196 artigos. Os seus capítulos referem-se a: *Da liberdade de consciência e de cultos* (Cap. I, com 15 artigos), *Das corporações e entidades encarregadas do culto* (Cap. II, com 27 artigos), *Da fiscalização do culto público* (Cap. III, com 19 artigos), *Da propriedade e encargos dos edifícios e bens* (Cap. IV, com 26 artigos), *Do destino dos edifícios e bens* (Cap. V, com 24 artigos), *Das pensões aos ministros da religião católica* (Cap. VI, com 42 artigos), *Disposições gerais e transitórias* (Cap. VII, com 41 artigos).

Segundo Jorge Miranda⁹, o articulado da Lei da Separação do Estado das Igrejas, apresenta normas de diferente alcance: a) Normas de garantia da liberdade religiosa e de separação do Estado da Igreja; b) Normas restritivas ou negadoras da liberdade religiosa; Normas de intervenção do Estado, portanto negadoras do princípio da separação e d) Normas de apropriação de bens. Esta síntese do articulado leva-nos a uma conclusão determinante, em relação às relações entre o Estado e as Igrejas, proposto pelo novo governo provisório republicano: “...separando as Igrejas do Estado, acaba por não separar o Estado das Igrejas, dado que não se exime a procurar desenhar e controlar a organização interna daquelas no intuito de conter a sua expressão pública, confinando as manifestações religiosas ao âmbito privado.”¹⁰

Ao privar a Igreja Católica da sua personalidade jurídica, controlar o culto e a actividade eclesial e ao nacionalizar os bens da Igreja, promovia-se uma extensão do regalismo liberal, agora através de um Estado não confessional a controlar as questões religiosas.¹¹

Em 11.3.1914, Afonso Costa regozijava-se com o facto de o diploma ainda estar em vigor, três anos depois, acreditando que a lei continuaria como estava. No entanto, a mesma seria alterada, sendo expurgada do conteúdo mais radical.¹²

Em Fevereiro de 1914, inicia-se um extenso debate sobre a revisão da Lei da

7 NETO, Vítor (2014).

8 Note-se que Afonso Costa na sua tese de doutoramento “A Igreja e a Questão Social” de 1895, já havia defendido a separação entre o Estado e as Igrejas. Cf. SOUSA, Jorge Pais de (2016): p. 38.

9 MIRANDA, Jorge (s.d.).

10 PINTO, Sérgio Ribeiro (2011).

11 ABREU, Adélio Fernando (2010).

12 ALVES, Jorge Fernandes (2012).

Separação do Estado das Igrejas, com a apresentação do programa do governo de Bernardino Machado, mas a lei seria apenas alterada em 1918, sob a Presidência de Sidónio Pais.

Novo volte face acontecerá a 20.6.1924, quando José Domingues dos Santos, então Ministro da Justiça, apresenta uma proposta na Câmara dos Deputados para anular o decreto de 1918, numa dinâmica parlamentar de discussão sobre as relações entre o Estado e a Igreja Católica, que só terminará com o Golpe Militar de 28 de Maio de 1926, pondo termo ao período da I República.

Será no âmbito desta discussão sobre as relações entre o Estado e a Igreja, mormente sobre a necessidade, ou não, de renovação do texto da Lei de Separação do Estado das Igrejas, que será enviado em 26.2.1914, com o ofício nº 258 da *Comissão Central da Execução da Lei da Separação*, a todos os governadores civis, o questionário sobre a aplicação da lei e as suas consequências, para ser respondido por todos os administradores dos concelhos e presidentes das câmaras municipais.

O Governador Civil substituto do Distrito de Vila Real enviará as respostas ao inquérito, relativas aos catorze municípios, através do ofício nº 82 da 1ª Repartição, com data de 19.3.1914.

2. Aspectos gerais do inquérito

O inquérito à Lei de Separação do Estado das Igrejas é contextualizado pela dualidade de opiniões, existente mesmo entre os membros do governo, que defendiam por um lado a manutenção do texto original e, por outro lado a sua alteração, nomeadamente no que respeita à autorização do culto externo.

Esta dualidade de opiniões, centrava-se na ideia da defesa dos ideais republicanos pelo povo português, sendo que uns defendiam que a alteração da lei em nada influenciava a aceitação da República pelo povo e outros eram de opinião que a pacificação do país, através da eliminação dos conflitos religiosos, era fundamental para a aceitação popular do novo regime.

Enquanto emanado da *Comissão Central de Execução da Lei da Separação*, criada pelo primeiro governo republicano, o texto das questões a colocar aos administradores dos concelhos e aos presidentes das comissões executivas municipais, era claramente eivado de um espírito anti eclesástico, de que são exemplos as questões em que se coloca a hipótese da existência de culto por “...divertimento e gozo ou má-fé” ou pela insistência na presença, ou não, de fanatismo religioso e qual a sua intensidade.

Sendo a última questão de carácter geral, em que se quer saber a opinião dos

interlocutores sobre o assunto, da 1ª à 12ª questão estão em presença preocupações em informar sobre conflitos, culto, necessidades de modificação da lei e sobre o clero.

Procurava-se saber se a Lei da Separação entre o Estado e as Igrejas tinha originado conflitos sociais relevantes e, em caso afirmativo, se tinham sido os membros da igreja a provocá-los ou se os mesmos eram espontaneamente criados pelo povo. De certa forma, estas questões levavam às que pretendiam saber se existia uma verdadeira necessidade de culto e se o mesmo emanava algum fanatismo religioso.

No contexto das atitudes do novo poder republicano com o clero, nomeadamente numa política de funcionalização do mesmo, o inquérito pretendia saber sobre a reacção dos padres à lei e sobre o número de padres que haviam aderido ao regime de pensões públicas e, em existindo padres pensionistas, se os mesmos eram perseguidos.

Apesar de a Lei de Separação admitir ser dirigida a uma pluralidade de religiões, o texto das questões que compõe o inquérito, são claramente dirigidas aos fiéis, clero e património da Igreja Católica, mostrando qual a verdadeira intenção do novo regime republicano com este texto legislativo.

As questões que compõem o inquérito são as seguintes:

- Questão nº 1: “Tem havido nesse concelho conflitos motivados pela Lei da Separação?”;
- Questão nº 2: “Por que motivo e quantas vezes?”;
- Questão nº 3: “Quem dirigiu esses movimentos: os padres, os agentes destes, a massa dos fiéis provocados por eles, ou o povo em movimento espontâneo?”;
- Questão nº 4: “O povo sente e manifesta a necessidade do culto religioso? Por simples culto de tradição, por divertimento e gozo ou por má-fé?”;
- Questão nº 5: “Parece-lhe que a República será prejudicada se a lei da separação não sofrer qualquer modificação no sentido de se facilitar o culto externo? Há porventura no movimento quem reivindique a causa das congregações religiosas?”;
- Questão nº 6: “O povo ou qualquer associação tem reclamado contra a aplicação da citada lei?”;

- Questão nº 7: “Foram expulsos desse concelho alguns padres? Quantos e por que motivo?”;
- Questão nº 8: “Os padres expulsos têm sido substituídos? Quando regressaram qual foi a atitude do público e dos fiéis: favorável, hostil ou indiferente?”;
- Questão nº 9: “A concorrência aos templos tem aumentado ou diminuído depois da proclamação da República?”;
- Questão nº 10: “Quantos padres pensionistas há? Têm sido perseguidos? Por quem e que motivo é alegado para a perseguição?”;
- Questão nº 11: “Nota-se fanatismo nesse concelho? Com que intensidade?”;
- Questão nº 12: “Quantas igrejas há? Quantas se criaram depois da proclamação da República? Quantas se fecharam? Quantas se reabriram? Quantas foram interditas?”;
- Questão nº 13: “Que mais se lhe oferece dizer sobre o assunto?”.

3. As respostas ao inquérito no Distrito de Vila Real

À pergunta sobre se têm existido conflitos motivados pela Lei da Separação (Questão nº 1), a resposta é unanimemente negativa para os catorze municípios, seja pelos administradores dos concelhos ou pelos presidentes das comissões executivas. A resposta a esta questão, que afasta a ideia de conflitos generalizados por causa da aplicação da Lei da Separação, é complementada com a resposta do Administrador do Concelho de Peso da Régua, que refere que a ausência de conflitos se deve ao facto de as autoridades administrativas, sem distinção de partidos políticos, terem ao longo dos últimos anos, transigido com as crenças populares, a fim de não criarem dificuldades à consolidação da República.

Subsidiárias da primeira questão, as respostas às duas próximas perguntas (Questão 1 e 2), são igualmente negativas para todos os concelhos e para ambas as autoridades administrativas, não sendo apontados nenhuns motivos de conflitos, nem eventuais mandantes dos mesmos.

A resposta à Questão 4, apesar de mais diversificada que as anteriores, apresenta uma maioria de 23 respostas a apontarem a tradição para a necessidade

de culto religioso, enquanto sete se referem à diversão como razão para essa necessidade e apenas três pontuam na “necessidade” que o povo sente do culto, confundindo-se a resposta com a pergunta. Há no entanto, duas respostas a esta quarta questão, que fogem do padrão principal, especificando um pouco mais a razão relativa à necessidade e à tradição, correspondendo às respostas do Administrador do Concelho de Sabrosa, que refere que o “...povo não sente nada” e apenas gosta do culto externo por tradição, embora não saiba nem queira saber a razão por que o faz, e igualmente o Presidente da Comissão Executiva Municipal de Valpaços, que refere que “O povo nem sente nem manifesta a necessidade do culto religioso fora dos templos...”, crendo que os cidadãos levados pela fé serão poucos, “...apreciando o povo os arraiais e a diversão”.

Na questão cinco, deparamos com dois dos principais temas relacionados com as relações entre o Estado e a Igreja, nos primeiros anos da República: A Lei da Separação e a necessidade de uma eventual alteração e a causa das congregações religiosas. No que respeita à questão da República ser prejudicada se não se alterasse a lei, dezasseis respostas foram negativas, defendendo que não seria prejudicada e doze respostas admitiam que a não alteração seria prejudicial à consolidação dos ideais republicanos. No entanto, algumas das respostas negativas, admitiam que a alteração da lei, no sentido de ser autorizado o culto externo, poderia ser benéfico para a República. As respostas a esta questão, embora não unanimemente, admitiam a bondade da alteração da lei para a forma como o povo aceitava o novo regime. Já no que concerne à existência de movimentos que defendessem a causa das congregações religiosas, existe uma quase unanimidade, com vinte e quatro respostas negativas, sendo que em quatro municípios (Mesão Frio, Montalegre, Sabrosa e Valpaços) uma das duas autoridades municipais não chega a responder à questão, não admitindo, no entanto, que existisse algum movimento de defesa das congregações.

As respostas à questão 6 supõem uma aceitação generalizada da Lei da Separação do Estado das Igrejas, pela população do distrito de Vila Real. Na verdade, quando se pretende saber da existência de reclamações sobre a aplicação da lei, vinte e quatro respostas dão conta da sua inexistência, e apenas quatro revelam algum tipo de resistência à sua aplicação. Há, no entanto, referências à existência de representações populares a pedir a sua alteração, como a sugerida pelo Presidente da Comissão Executiva Municipal de Chaves, e que não seriam mais generalizadas devido à tolerância com que as autoridades olharam para as actividades religiosas da população, como sugerido pelo seu colega de Chaves.

Até ao momento, as respostas ao inquérito supõem uma generalizada aceitação da Lei da Separação do Estado das Igrejas e uma tranquilidade nas relações entre o Estado e a Igreja Católica, neste distrito. De igual forma, essa

situação de acalmia pode entrever-se nas respostas à questão 7, que indicam que nenhum ministro da religião foi expulso dos concelhos, notando apenas pontuais casos de emigração e detenção por reacções contra a lei, mas que foram ultrapassadas ou pela amnistia então surgida ou pelo cumprimento de penas aplicadas, sendo recebidos com indiferença pela população no seu regresso, como se encontra expresso nas respostas à questão 8.

A dinâmica legislativa de separação entre o Estado e as Igrejas suporia uma influência negativa na afluência às actividades de culto. Tal influência pretendia ser medida pela questão 9, solicitando informações sobre se essa afluência era maior ou menor, após a implantação da República. Apenas uma resposta dá conta de uma diminuição da concorrência aos templos (Murça), sendo que vinte quatro membros das autoridades administrativas municipais dão conta de uma manutenção dessa afluência às actividades de culto e dois afirmam ter havido um aumento nos seus concelhos (Alijó e Valpaços), sem que haja concordância neste particular entre a Administração do Concelho e a Comissão Executiva.

Ainda em relação aos membros do clero, a tentativa de funcionalização do mesmo, por parte do Estado republicano, expressa-se através da introdução de um regime de pensionato, assegurado pelo poder público, principalmente atribuível aos sacerdotes católicos. Foi, aliás, uma das medidas mais contestadas pela hierarquia da Igreja Católica, quando da publicação da Lei da Separação do Estado das Igrejas e motivo de acirradas disputas entre os sacerdotes que recusaram a pensão e os que a aceitaram. As respostas à questão 10 permitem-nos saber que em nove dos catorze concelhos existiam padres pensionistas, num total de vinte e um sacerdotes no distrito, quase todos alvos de perseguições pelos seus pares que não aceitaram a pensão.

As respostas às primeiras dez questões faziam prever que, quando questionados sobre a existência de fanatismo nos seus concelhos, os representantes das autoridades administrativas respondessem maioritariamente que não existia, o que se verificou em vinte e três respostas à questão 11. Mesmo nos casos em que se manifesta a existência de fanatismo, refere-se sempre que são atitudes residuais, com pouca expressão e fraca intensidade.

De acordo com o solicitado na questão 12, as autoridades administrativas referem a existência de 273 igrejas no distrito, sendo que após a proclamação da República, nenhuma foi criada e não foram fechadas ou interditas quaisquer igrejas.

A encerrar, solicita-se aos administradores dos concelhos e aos presidentes das comissões executivas municipais, que mais se lhes oferecia dizer sobre os assuntos versados no inquérito. Na opinião das autoridades administrativas dos concelhos do distrito de Vila Real, existem ideias chave importantes de serem

destacadas. Dentro dessas ideias está a impossibilidade de criação das comissões culturais, pelo facto de os católicos não as aceitarem, enquanto forma de controlar o culto por membros externos à Igreja Católica e aos seus sacerdotes. A questão das culturais foi uma das que mais polémica levantou quando da publicação da Lei da Separação do Estado das Igrejas e mostrou, desde o início, grande resistência por parte da hierarquia da igreja. Outra ideia chave, reside na convicção de que o culto externo deve ser autorizado por uma alteração à lei, pois tal fortalecerá a aceitação da república por parte da população maioritariamente católica. Tal ideia, não deixa, no entanto, de considerar a necessidade apresentada do poder civil dever prevalecer sobre o poder religioso, pois só assim se poderiam defender os ideais republicanos. E uma última ideia chave diz respeito à necessidade de alterar a Lei da Separação do Estado das Igrejas, purgando-a das suas propostas mais extremistas, como forma de apaziguar as divergências que possam existir entre as instituições do Estado republicano e a Igreja Católica, que só não eram mais profundas por causa da grande tolerância que as autoridades demonstravam com a forma como a população vive o culto religioso.

4. Conclusões

Durante largos anos, nos estudos relacionados com a I República, singrou a tese de uma perseguição feroz dos governos republicanos à Igreja Católica e de uma reacção violenta da hierarquia da igreja à legislação que concretizava o velho anseio republicano de separação entre o Estado e a Igreja Católica, afastado que consideramos o sofisma de que essa separação pretendia ser igualmente de outras igrejas, quase inexistentes em Portugal na aurora do séc. XX. Alguns autores referem a este propósito uma verdadeira “guerra religiosa” que atingiu a sociedade e que haveria de perdurar, eventualmente, até à ditadura de Sidónio Pais.¹³

Consideramos que a defesa desta teoria de uma guerra entre o poder republicano e a Igreja funda-se principalmente nas reacções da hierarquia católica e do Vaticano, representadas vividamente pela Pastoral Colectiva dos Bispos portugueses, publicada em 24 de Dezembro de 1910, que considera a situação “angustiante” e “gravíssima”, embora considere que os católicos não têm nenhuma atitude preferencial com qualquer forma de governo. Neste documento, os Bispos insurgiam-se contra a perseguição da igreja, criticavam as teorias legitimadoras do novo regime e acusavam a República de anticatólica. De igual forma, a Santa

13 Cf. NETO, Vítor (2014).

Sé rejeitava a Lei da Separação do Estado das Igrejas e a regulamentação das relações entre a Igreja e o Estado, considerando que desrespeitam o regime concordatário e eram contrárias ao direito natural e dos povos.

Existiu, na verdade, tanto da parte dos textos legislativos republicanos, como dos textos que enformam a resposta da hierarquia católica à política laicizadora da I República, a utilização de formas violentas de argumentação, mais ou menos explícitas, propiciadoras da defesa da existência de um clima de guerra aberta na sociedade portuguesa, baseada na questão religiosa. Mas serão estas reacções violentas, sinal do que realmente se passou no país, no que respeita às relações quotidianas entre a população católica e as autoridades republicanas?

Interessa-nos, através da análise das respostas ao inquérito, compreender a dinâmica real das relações Estado-Igreja, na vivência quotidiana da população. Apesar de considerarmos o enquadramento dos protagonistas das respostas, no quadro de agentes do Estado republicano, resulta claro que não existem indícios de uma relação altamente conflitual, antes de uma convivência equilibrada e generalizadamente pacífica, entre as autoridades e os cidadãos frequentadores das actividades de culto.

Tudo aponta, pois, para que a relação quotidiana entre os representantes locais do Estado republicano e a Igreja Católica, foi construída, no distrito de Vila Real, por atitudes de expressiva tolerância pelo culto, por parte das autoridades e de aceitação pacífica dos principais princípios republicanos, por parte da população católica.

Referências bibliográficas:

ABREU, Adélio Fernando (2010), “A Igreja Católica e a Primeira República”. Revista Humanística e Teologia, 31:2.

ALVES, Jorge Fernandes (2012), “O papel da lei da separação do Estado das Igrejas (1911)”. Revista CEM/Cultura, Espaço & Memória», nº3 (Dossier temático «Religião e Liberdade»). Porto: CITCEM/Edições Afrontamento.

CATROGA, Fernando (2000), O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910. 2ª. Ed. Lisboa: Editorial Notícias.

FERREIRA, António Matos (1985). “Aspetos da ação da Igreja no contexto da I República” in **MEDINA**, João (Dir.). História contemporânea de Portugal. Lisboa: Amigos do Livro Editores, p. 208-212.

COMISSÃO CENTRAL DE EXECUÇÃO DA LEI DE SEPARAÇÃO (1914). Inquérito à Lei de Separação do Estado das Igrejas. Lisboa.

- MARQUES**, A.H. de Oliveira, Dir. (1991). Nova história de Portugal. Lisboa: Editorial Presença.
- MATOS**, Luis Salgado de (2011). A Separação do Estado e da Igreja: Concórdia e conflito entre a Primeira República e o Catolicismo. Lisboa: Dom Quixote.
- MEDINA**, João (1985). História Contemporânea de Portugal, Vol. I. Lisboa: Amigos do Livro Editores.
- MIRANDA**, Jorge (s.d.). “Sobre a Lei de Separação do Estado das Igrejas de 1911”. Lisboa: ICJP-CIDP.
- MOURA**, Maria Lúcia de Brito (2010). A Guerra Religiosa na I República», 2ª ed. Lisboa: CEHR-UC.
- NETO**, Vítor (1998). O Estado, a Igreja e a sociedade (1832-1911). Lisboa: INCM.
- NETO**, Vítor (2014). “A questão religiosa na Primeira República portuguesa” in A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- PASTORAL** Collectiva do Episcopado Português ao Clero e Fiéis de Portugal. 1911.
- PINTO**, Sérgio Ribeiro (2011). Separação religiosa como modernidade: Decreto-lei de 20 de abril de 1911 e modelos alternativos. Lisboa: CEHR-UCP.
- RAMOS**, Rui (1994). “A segunda fundação” in **MATTOSO**, José, Dir. História de Portugal. Vol. VI, p. 407-409. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SERRÃO**, Joel; **MARQUES**, A.H. de Oliveira, Coord. (1991). Nova história de Portugal. Vol. XI: Portugal da Monarquia para a República. Lisboa: Editorial Presença.
- SOUSA**, Jorge Pais de (2016), “Reformas de laicização do Estado e da Sociedade na ação governativa de Afonso Costa no início da 1ª República portuguesa (1911 e 1913)”. Revista Intellectus, Ano XV, nº2.

Cartas da Bila (8)

Sebastião Bravo

58.^a Carta da Bila

Última esperança: a pulseira milagrosa.

9 de Maio de 1989

Caríssimo e prezadíssimo Serafim:

Desculpa se esta carta vai amarga. Por cá continuo com os meus padecimentos, amigo. É esta maldita dor que se me crava no artelho esquerdo, e que não me dá uma hora de descanso e me há-se levar à sepultura. Com efeito, parece que não há remédio que me valha. Queres tu ver?

Comecei por ir à urgência do hospital, uma noite em que me vi mais desesperado. Por azar meu, à hora a que cheguei tinha começado a telenovela e tive de esperar, roidinho de dores, que acabasse a dita até ser chamado. A Sr^a Doutora mandou-me então descalçar, torceu o nariz ao pivete (confesso que por essa altura andava um bocado descuidado com a lavagem dos pés), mandou-me calçar outra vez e despediu-me secamente com uma receita de uma pomada e ordens para lavar os pés dia sim, dia não. Tirou-te as dores a ti, a pomada? Nem a mim. Foi o mesmo que nada. Felizmente, para não se perder tudo a minha Eulália descobriu que a pomada era ótima para limpar as pratas e os talheres e olha, lá se foi gastando.

O meu tornozelo é que continuou a atazanar-me. Passados dias, fui a outro médico. Receitou-me a mesma pomada. Insultei-o e saí sem pagar, mancando do pé esquerdo.

Que fazer? Tu, Serafim, que fazias num caso destes? Ora, fazias o mesmo que eu: ias à bruxa.

À bruxa é um modo de dizer. Na verdade, fui sucessivamente a seis bruxas e dois bruxos, em outras tantas aldeias do concelho. Fizeram-me rezas e ensalmos, responsos e benzeduras, defumações e unturas com — desculpa — merda de pita preta. Pois sim. Foi o mesmo que nada. Um dos bruxos, mais afeito a fazer de médico, chegou a receitar-me a tal pomada. Olha, se não mo tiram das mãos, desfazia-o! Tal era o meu desespero, Serafim!

Virei-me então para os Santos. Fiz promessas à Senhora da Pena, a S. Frutuoso de Constantim, a S. Martinho, a S. Sebastião, à Senhora de Guadalupe, à Senhora de Almodena. Nada. Nenhum deles foi capaz de me ganhar o pé de cera que mandei vir de um cereeiro de Braga, cidade onde dizem que estas coisas têm mais virtude.

Vê bem como deve andar este teu amigo, Serafim. Felizmente, nasceu-me agora uma nova esperança. A pulseira! Eu não sei se aí por Lisboa anda a mesma histeria da pulseira. Cá na Bila, em cada dez pessoas doze andam com a famosa pulseira das bolinhas. O Vitorino (falei-te dele outro dia, é meu colega na repartição) garantiu-me outro dia que até pessoas de qualidade, como o Sr. Governador Civil e o Sr. Bispo, andavam de pulseira: o primeiro para deixar de fumar e o segundo para colher boas novidades na quinta do seminário. Sempre quis ver se era verdade e fui espreitá-los: não vi pulseira nenhuma. Chamei mentiroso ao Vitorino. Ele então explicou que muita gente trazia a pulseira; mas que, com medo das críticas, a traziam no tornozelo, para ninguém ver. Assim mo garantiu o Vitorino. Se minto, minto pela boca dele. Mas eu acho que isso assim não se pode chamar bem uma pulseira, mas sim tornozeleira. Não achas também?

Mas o nome não importa, nem o local onde se traz. Diz o Vitorino que conhece um sujeito que a traz em lugar que não digo, para ver se lhe aumenta a potência. Seja lá como for, o que importa é que o demónio da pulseira, pelos modos, vai atirar com os médicos para o desemprego e as farmácias para a falência. Aquilo diz que dá para dores de cabeça, diabetes, hipertensão, tonturas, terçolhos, prisão de ventre, hemorroides, joelhos de água, xeliques, catarros, furúnculos, fleimões, falta de alento no obrar, o diabo a quatro! Ora, se dá para tanta coisa, porque não há-de dar para esta maldita dor no artelho? Só estou à espera do fim do mês para ver se consigo pôr de lado as três notas de mil e comprar uma. E há-de ser daquelas que o Sr. António Sala recomenda, pois então? Não me contento com menos. Ou vai ou racha!

Entretanto, lá vou mancando e arrastando-me como posso.

Um abraço muito trôpego do teu

Sebastião

59.^a Carta da Bila

Por um lugar no parlamento Europeu.

16 de Maio de 1989

Serafim, meu velho:

Começou a tourada. Instalou-se a balbúrdia. Os vendedores da banha da cobra pigarreiam e afinam a garganta. Ouve-se música de feira. O público acotovela-se, ansioso.

Qual é a coisa, qual é ela?

O mercado semanal da Bila? Frio... A Feira de Santo António? Gelado... Uma sessão da Assembleia da República? Brrrr! A campanha eleitoral para o Parlamento Europeu? A escaldar! É isso mesmo, Serafim: a campanha para os 2 400 contos por mês, ganhos com duas tretas da boca para fora em Estrasburgo.

Com um ordenado assim chorudo, que admira que os candidatos sejam mais numerosos e barulhentos do que cem galegos num palheiro (com licença da cidade-irmã de Ourense)? Que admira que se desunhem e esfarrapem todos, como os de Nogueira? Não é nada, não é nada – mas um tipo que se consiga lá enfiar tem o futuro garantido: nunca mais é pobre na porca da vida. Aquilo é melhor do que um 6 no totoloto, Serafim.

Eu que ganho quarenta contos e uns trocos por mês, ainda pensei seriamente em me candidatar. Pois então? Julgas que não era capaz de dizer exactissimamente as mesmas banalidades que os outros candidatos vão dizer? Escrevi uma carta a oferecer os meus serviços e a manifestar a minha disponibilidade, fiz fotocópias e mandei-as a todos os partidos. Só PCTP-MRPP me respondeu. Mas, como nem sequer leram a carta e pensaram que seria a pedir dinheiro, a resposta era assim: “Ao que andais, andamos, amigo. Saudações revolucionárias.” Foi assim que me respondeu o partido do grande educador da classe operária. Tal e qual! De resto, nem mais uma resposta. Nem o PSD, que em todas as eleições promete que me vai tapar os buracos na minha rua e nunca tapou, nem esse disse chus nem bus. Olha que já é má criação, Serafim!

Bom. Já que tenho de me conformar a viver com os tais quarenta contitos por mês, vou ao menos ajudar com o meu voto e eleger um felizardo. Que eu nunca fui invejoso, Serafim. E pode ser que ele depois me recompense com duas ou três notas de conto, mês sim, mês não.

Nesta altura, hás-de estar a dizer com os teus botões: este Sebastião saiu-me

cá um mercenário! Quer à fina força ganhar algum com a política...

E então os outros? Andam lá a leite de pato, não? Ou pelos lindos olhos do Zé Povinho, se calhar... Desengana-te, amigo: andam lá mas é a ver se metem algum ao bolso e governam a vidinha, e o resto são cantigas. Se fossem todos ministros, ou secretários de Estado, tinham a vida mais facilitada. Assim, têm de o rapar com o suor do rosto, em campanha dia após dia, a vociferar e a prometer coisas aqui e além — e é se querem.

Eu ainda não decidi em quem vou deitar. É certo que tenho um fraquinho pelo Dr. Lucas Pires, mas o Miguel Esteves Cardoso também me dá no goto. Do Cravinho não gosto tanto, principalmente quando o vi perder o pio; gostava mais da Pintassilgo, que piava mais fino.

A Bila em peso dizem que vai votar no Dr. Armando Moreira, impressionada com aquele ar de quem acabou de beber um copo de água da companhia que tem nos cartazes. Acho bem. Sempre é um homem do concelho, que diabo! Há quem vote nele porque o quer ver na Europa, mas também há quem vote nele para o ver daqui para fora... A Câmara de Vila Real dá no goto a muita gente... Eu estou inclinado a deitar nele, porque é o único que tem nome de gente. Tu já viste aqueles nomes? Mesmo na lista do PSD: há um Capucho (capucho não é o mesmo que barrete?), um Pimenta (faz-me espirrar), um Mendes Bota (que por sinal é mais Bota do que Mendes). Nas outras listas é o mesmo desconchavo: um Carvalhas (costumam ser levados do ... carvalho), um Cravinho (nem na mortadela gosto), um Fazenda (deve ser boa fazenda, não tem dúvida...), um Inglês (fartos de estrangeiros estamos nós). De forma que nome decente, só mesmo o Dr. Moreira.

Mas não me vou precipitar. Vou receber sacos plásticos (e a minha Eulália aventais) de todos eles, comparar e votar no que me parecer melhor.

Um abraço eleitoral do teu

Sebastião

* * * * *

60.^a Carta da Bila

A guerra do relógio de N. S.^a da Conceição.

23 de Maio de 1989

Meu nunca esquecido Serafim:

Perguntas-me, na tua simpática cartinha, se eu já comprei a pulseira, e se

dá resultado. Já. Desesperado com as dores, não esperei pelo fim do mês: assinei uma letra no banco e tirei um empréstimo de três contos, a 18%. Fui a correr à farmácia e comprei a pulseira, depois de me certificar que era da mesma marca daquela que dá a simpatia ao Sr. Sala. E queres saber? Dá mesmo resultado; não só me tirou a dor do tornozelo como me alivia do flato. Mas tinha um efeito secundário: provocava-me uma comichão tremenda na planta do pé direito. Fui à farmácia e lá recomendaram-me que pusesse as bolinhas para baixo. Pus. A dor continua a passar, mas agora o efeito secundário é outro: ao rir, levanta-se-me uma perna. Mas olha, perdoo-lhe estes inconvenientes pelo bem que me faz. Vê lá tu que até me senti com coragem de correr a Bila de lés-a-lés, no Santo António. E digo-te, Serafim: há muitos anos que não havia um Santo António tão festivo cá na terra. Sim senhor! Pode-se dizer que nessa noite ninguém ficou em casa, saiu tudo à rua. Era uma animação, uma alegria, um movimento que me trouxeram à ideia o Santo António doutras eras. Digno de se ver. Parabéns a quem o organizou.

Mas, já que estamos com a mão na massa, sempre te digo que toda a medalha tem o seu reverso. A Bila está à beira de uma guerra civil, tão sangrenta ou mais do que a Traulitada. Queres tu que eu te conte? Ora, pois não hás-de querer... Então aí vai.

Dá-se o caso que a Câmara, que não há meio de se resolver a marcar um lugar definitivo à feira de Santo António, a instalou este ano mesmo em frente da igreja de N^a S^a da Conceição. Se conheces o senhor Padre João Costa, já estás a adivinhar a reacção dele. Segundo conta o Vitorino, a princípio o padre ainda quis imitar a Cristo e correr dali os vendilhões a chicote. Mas depois lá lhe pareceria que eram muitos vendilhões para o seu chicote e que se arriscava a levar algum tiro com uma espingarda de pressão de ar e resolveu vingar-se de outra maneira: ligando o altifalante do relógio, de forma a que se põe a badalar de quarto em quarto de hora. Quer dizer; paga o justo pelo pecador. Isto é: quem acordou as iras do padre Costa foi a Câmara; quem lhe sofre as consequências são os moradores. Ainda mal refeitos do barulho da festa, que só acaba lá por essas três, quatro da manhã, a partir das 7 caem-lhe em cima os acordes do “Avé de Fátima”, a plenos pulmões dos potentes altifalantes da torre da igreja. Anda tudo escaveirado, com umas olheiras mais negras do que o futuro político do Governo.

E anda tudo revoltado, também. Os moradores dizem que aquilo do relógio musical é uma pouca-vergonha e já nem no sertão se usa e só uma mentalidade ainda menos que sertaneja pode aprovar um despautério daqueles. E preparam o contra-ataque. O Vitorino diz que um grupo de moradores anda a ensaiar uma resposta. Quando o relógio cantar o “Avé de Fátima”, tencionam eles romper em coro, com a mesma música e a letra seguinte:

Olé! Olé!
Senhor Pedro Costa,
Desligue essa gaita,
Que a gente não gosta!

Diz ainda o Vitorino que o Senhor Padre Costa, sabedor disto, já chamou um perito suíço para pôr o relógio a cantar de cinco em cinco minutos. É uma guerra de nervos. Vai haver mortos e feridos. Quem ganhará? O padre? Os vizinhos?

Conto dar-te a resposta muito em breve.

Até lá, um abraço cheio de expectativa do teu

Sebastião

* * * * *

61.^a Carta da Bila

Ainda a pulseira milagrosa

30 de Maio de 1989

Serafim:

É certo e sabido. Aproxima-se o Verão e, com ele, a Bila começa e esvaziar-se de coisas interessantes. É como se fosse um balão: durante o ano inteiro, está cheia a rebentar de casos e escândalos, de novidades e mexericos; no Verão, é esta pasmaceira que se vê. Porque será?

Quero arranjar um assunto para esta carta e vejo-me em palpos de aranha. Nada, não se passa nada que te possa contar. Desconfio que a própria aldeia de Lamas de Olo deve ser bem mais interessante e animada do que a Bila, nesta época do ano.

A agravar esta falta de assunto, está este luto que a Bila impôs a si mesma pela não eleição do nosso candidato para o Parlamento Europeu. Mal se conheceram os resultados, a Bila, como se fosse uma só pessoa, rompeu em clamores desvairados e decretou logo três dias de jejum e luto por tempo indeterminado. Houve cenas dignas do funeral do aiatola Khomeini ou do líder da Coreia do Norte: vestes rasgadas, cabelos arrependados, prantos convulsivos. Metia cortação.

Quanto a mim, ele perdeu as eleições porque quis. Porque foi teimoso. Aqui para nós, que ninguém nos ouve, eu escrevi-lhe uma carta anónima, a dar-lhe conselhos para ter a eleição no papo. Um desses conselhos era que comprasse a

pulseira magnética, igual à minha, e a usasse, pelo menos durante a campanha, com as bolinhas para cima. Olha que aquilo era infalível, Serafim. Valia-lhe mais do que andar a gastar o latim e a distribuir sacos plásticos. A pulseira é mesmo milagrosa e deixa a perder de vista a eficácia de quanto bruxo, mulher de virtudes, benzedeira e corpo aberto há por estes lados. Queres a prova? Aí a tens: algumas das mais conhecidas destas criaturas já trazem a pulseira no braço, com as bolinhas para cima ou com as bolinhas para baixo, consoante os seus padecimentos ou desejos. Os próprios moradores das imediações de Nossa Senhora da Conceição já combinaram todos passar a usar pulseira, com as bolinhas para o lado esquerdo, contra aquela prepotência do senhor padre Costa de que te falei na última carta. Já vês a virtude do diabo da pulseira!

Agora me estou a lembrar, Serafim, que dizes na tua carta que tens passado mal de saúde, com gases e soltura: alguma fruta verde que comerias... Mas não vás ao médico! Foge deles como o diabo da cruz, e dos remédios da botica a mesma coisa. Compra mas é a pulseira e usa-a com as bolinhas para o lado direito. É remédio santo para as enfermidades do baixo-ventre, fígado, vesícula e outras miudezas. Mas cuidado: se as bolas estiverem viradas para o lado esquerdo, os padecimentos podem-se agravar. No teu caso, o melhor ainda era virar uma bolinha para o lado direito e outra para o lado esquerdo. Com um bocadinho de paciência e um alicate, consegue-se.

Vai por mim, que sei tudo sobre a pulseira — mais ainda do que o Sr. Sala.
Um abraço empulseirado do teu

Sebastião

* * * * *

62.^a Carta da Bila

Um São Pedro à maneira

4 de Julho de 1989

Grande Serafim:

Há já umas semanas que não te escrevo, porque não tem havido grandes coisas a comunicar-te. Na verdade, a Bila tem estado menos animada do que um velório. Tem estado, mas já não está. E escrevo-te esta com o coração inundado de alegria! Todo eu rejubilo! Não me cabe um chicharo — com licença — no rabo!

Agora perguntarás tu que diabo de alegrão é este. Pis bem, o caso é que andei ontem toda a santa noite na rapioquite. E sabes onde? No São Pedro. E comigo Vila Real em peso. Era assombrosa a quantidade de pessoas que vieram para a rua a festejar o São Pedro. Nunca pensei que a Bila tivesse tanta gente. Isto sim, Serafim, foi um São Pedro à maneira!

Os paneiros de Bisalhães lá estavam todinhos com a cacaria e, imagina tu, vendiam as roncadas esboutenadas e mesmo quebradas a cem mil réis a peça, para a mocidade jogar o pannelo. A mocidade e a terceira idade, pois então! Muito pannelo se quebrou, Serafim, e muita bilha de rosca! A rua ficou cheia de cacos. As raparigas, então, foi a oito! Uma vi eu, ao passar, a deixar quebrar a bilha dentro dum carro, ali num canto escuro da rua do Rossio. É para que vejas...

Voltando ainda aos oleiros, este ano não se contentaram em trazer a louça do costume, mais os pucarinhos. Este ano, um deles saiu-se com uma novidade, que deu muito que falar. Uma velha beata da Sé jurava a pés juntos que era um castiçal com uma vela, mas eu, que já vi muito mundo, sei muito bem que é uma imitação daquelas famosas peças das Caldas que tu sabes... Não imaginas o sucesso que teve! A tal beata, quando viu o que eram de verdade aquelas garbosas peças, benzeu-se; mas dizem que, meia hora mais tarde, alguém a viu comprar disfarçadamente uma de dois litros.

Enfim, foi mesmo um São Pedro de arromba, a fazer esquecer as grandes tristezas que nos consomem: o imposto complementar, o sino da Nossa Senhora da Conceição, o banho de água fria que levou o nosso querido governo nas eleições de outro dia...

Só houve uma coisa com que não estive muito de acordo: ao mesmo tempo, puseram a Banda de Sanguinhedo a tocar na Capela Nova e a Banda da GNR a tocar na Avenida. (O meu colega Vitorino diz que ainda havia a banda da Cumieira a tocar no Jardim da Carreira e a da Portela no Campo do Calvário, mas eu não acredito, que já não é a primeira vez que o apanho a tentar impingir-me petas.)

Mas aquelas duas, sei eu que tocaram. Ora eu gostava de ter ouvido ambas. Mas como não me posso partir em dois, tive de escolher. Olha, escolhi a Banda de Sanguinhedo, e sabes porquê? É que não gosto de dar muita confiança à GNR, mormente depois do sucedido em Valpaços e em Barqueiros. Quem me garante a mim que aqueles fulanos, no melhor da festa, não pousam os instrumentos e não desatam a disparar tiros para o ar, e uma bala não faz ricochete numa nuvem e me vem atingir, mandando-me para o galheiro? Não há nada como a prudência... Já quando, aqui há dias, tocou a Banda da PSP, fui ouvir, sim senhor, mas coloquei-me prudentemente por detrás duma tília, não viesse de lá a polícia de choque com os cães e os canhões de água... Com esta rapaziada nunca se sabe. E eu tenho muito amor ao canastro, que quem fez este já não faz outro. Então não é?

Por aqui me fico, amigo, que esta noite quase não dormi e pede-me o corpo lençóis.

Um abraço muito ensonado do teu

Sebastião

* * * * *

63.^a Carta da Bila

Reina de novo a inquietação na Bila.

11 de Julho de 1989

Serafim saudoso:

Ainda a Bila não estava bem refeita das mágoas eleitorais – e já novas inquietações e perplexidades se instalaram entre as gentes.

Já é sina!

Dá-se o caso que, há coisa de três semanas, uns ferros estranhíssimos começaram a ser colocados na Avenida Carvalho Araújo, ali bem defronte do soldado e do pretinho que são as glórias escultóricas da Bila.

O que é, o que não é – a população, a princípio, não ligou pevide àquilo. Pensou-se que seria talvez alguma brigada dos correios ou das águas preparando-se para desventrar a calçada, como fazem quando lhes dá na bolha. Mas qual não é o espanto de toda a gente quando começa a ver colocar ali nacos cada vez maiores de ferro e os operários a levantar algo tão enigmático ou mais do que a esfinge do Egipto, o sorriso da Mona Lisa ou os subsídios da Câmara ao Sport Clube.

Naturalmente que, não vindo ninguém a terreiro a esclarecer de que se trata, a população interroga-se ansiosa e não faltam os boatos alarmistas que trazem a Bila, como te digo, a tremer de inquietação e boquiaberta de pasmo.

Alguém sugeriu já que aquilo é coisa de extra-terrestres, talvez uma base de espionagem para tentar roubar o segredo da beleza esplendorosa da relva do jardim da Avenida. Outros, mantendo embora que se trata de uma base de espionagem extra-terrestre, dizem contudo que o segredo a roubar é o como não há mais acidentes num cruzamento em que os semáforos mandam avançar ao mesmo tempo, e em rota de colisão, peões e automóveis.

Nem todos, contudo, atribuem aquilo a seres de outros planetas. Há quem, com muito optimismo, diga que se trata de um escorregão para a miudagem

em geral e em particular para o pretinho da estátua, quando se chatear de estar agarrado à perna do soldado.

Outros, mais pessimistas, declaram que aquilo é mas é uma guilhotina, ali colocada não para evocar os duzentos anos de Revolução Francesa, mas para executar os PSD's que se abstiveram nas últimas eleições. A ser assim, muito sangue vai correr e muita cabeça vai rolar!

Em quem acreditar?

Quem não está nada preocupado, mesmo nada, antes pelo contrário, é o arquitecto Mário de Oliveira. Imagina que cismou que aquilo é obra dos arquitectos do Pioledo e espera demonstrar de uma vez por todas, quando aquilo estiver pronto, que é ele, Mário de Oliveira, o único arquitecto com R na Bila; os outros são todos com L. E é vê-lo, esfuziante, a interpelar este e aquele, a dar empurrõezinhos amáveis e a dizer: “Eu não dizia? Arquitecto há só um, cá o Mário e mais nenhum!” As pessoas olham para ele com olhos muito esbugalhados e gaguejam, enquanto procuram safar-se: “Mas eu... eu... eu nunca disse o contrário!”

Cá na minha, aquilo faz lembrar a Coisa de que te falei há tempos, estarás recordado. Simplesmente, a Coisa veio-se a saber que era amigável, ao passo que aquilo na Avenida ninguém sabe se é. Mas, pelo aspecto agressivo, entendo que coisa boa não será. Palpita-me o coração que será talvez algum novo posto de cobrança de impostos... Livra!

Logo que saiba ao certo o que é, mando-te dizer, pois imagino que também tu ficas em pulgas por saber como vai terminar este inquietante assunto. E juro dizer-te a verdade, toda a verdade e só a verdade, por mais alarmante que seja.

Um abraço muito inquieto do teu

Sebastião

* * * * *

64.^a Carta da Bila

Da água que a Bila consome

18 de Julho de 1989

Serafim:

Escrevo-te esta carta agoniadíssimo. O estômago parece que se me torce todo em ânsias, vômitos e convulsões espasmódicas, e sobem-me à boca arrotos

chocos, uns atrás dos outros. Turva-se-me a vista e creio que tenho febre. Nem o demónio da pulseira me vale nesta agonia!

E sabes tu porque é que estou assim? Julgarás talvez que foi por ter visto o Dr. Miguel Cadilhe em pessoa, ou por me terem dito, sem anestesia, quanto é que vou pagar de Imposto Complementar... Não é nada disso. Estou assim muito simplesmente – porque bebi um copo de água da torneira!

Com efeito, Serafim, esta água que andamos a beber é capaz de virar do avesso a cama das tripas a qualquer um. Imagina tu que há mesmo quem a use como remédio para os ratos. É verdade! Um litro desta água é suficiente para desratizar um bairro inteiro. Basta aspergir algumas gotas nos buracos onde eles se acoitam – e, passados cinco minutos, é vê-los sair disparados, de mala aviada, para parte incerta! Alguma vantagem havia de ter o diabo da água da torneira – além de engordar os negociantes de águas minerais, naturalmente.

Aqui há dias, ouvi grande borborinho na vizinhança. Fui ver. Era uma vizinha que, em grandes oxalás, clamava aos quatro ventos que, tendo lavado a pia das necessidades com água da torneira, a pia acabou por ficar ainda mais suja do que estava antes! Dizia a vizinha que ia pedir uma indemnização à Câmara. Não sei se lha darão.

Outro caso curioso contou-mo o Vitorino. Disse ele que certo sujeito, ao abrir a torneira, caiu de joelhos, ergueu as mãos ao céu e bradou: “Milagre! Milagre! A minha torneira deita coca-cola em vez de água! Foi Nosso Senhor que se lembrou de mim!”

E só quando ia provar a tal coca-cola é que viu que não era bem coca-cola... Passou o resto do dia a cuspinhar e a dizer cobras e lagartos da água da torneira. Por fim, tendo-se tornado melancólico, foi internado no Júlio de Matos. Até hoje.

E assim vai a Bila, neste Verão abrasador. Uma tristeza geral abate-se sobre as pessoas. Então, quando se lembram de que têm de beber um copo de água da torneira, alguns tornam-se mesmo ansiosos ou agressivos. É conforme.

O que vale, neste panorama desolador, é a alegria do arquitecto Mário de Oliveira, por causa daquilo da Avenida (que, aqui para nós, continua a intrigar e a inquietar a Bila). Tão contente anda o arquitecto, que até comprou umas radiosas péúgas verdes que fazem a inveja de meio mundo, e a mim também.

O pior é se se lembra de as lavar com água da torneira: são capazes de ficar todas às pintinhas roxas, sabe-se lá!

Enquanto e não, um abraço muito agoniado do teu

Sebastião

Uma viagem por Trás-os-Montes ao sair da Idade Média

Vítor Nogueira

Em 1533, logo após esse período a que se convencionou chamar Idade Média, mas servindo-lhe bem de retrato, um grupo de nove viajantes atravessou de norte a sul o território que hoje corresponde ao do distrito de Vila Real. Esse trajecto distribuído por quatro dias de jornada integrava-se numa extraordinária viagem, iniciada em França catorze meses antes, que levaria Edme de Saulieu, o importante Abade de Claraval, a percorrer a Península Ibérica numa missão de visita às abadias cistercienses de que era superior hierárquico. O Abade ia acompanhado por um intérprete, um guia, um ecónomo, um criado, um cavaleiro, um cozinheiro, um jovem pajem e, sobretudo para o que mais interessa aqui, um secretário, um minucioso secretário que registou toda essa expedição. Chamava-se Claude de Bronseval e era monge cisterciense. O manuscrito resultante das suas notas de viagem ficaria praticamente esquecido durante séculos e quase se ia perdendo entre as toneladas de papéis velhos dos arquivos conventuais vendidas a peso pelo Estado francês na sequência da extinção das ordens religiosas. Por sorte, o documento foi na altura adquirido por um coleccionador particular que o conservou, vindo a passar, algumas gerações mais tarde, para a posse da Biblioteca Nacional de Paris, em meados do século XX. Seria preciso, em todo o caso, esperar até 1970 para que esse texto latino, *Peregrinatio hispanica*,¹ fosse

1 Claude de Bronseval, *Peregrinatio hispanica: Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*, introdução, tradução e notas de Maur Cocheril, dois tomos, Presses Universitaires de France, Paris, 1970.

publicado, numa edição bilingue (latim-francês), sob a responsabilidade de um monge cisterciense contemporâneo, Maur Cocheril.

Pois bem, na manhã de 28 de Janeiro de 1533, aquela comitiva, toda ela viajando a cavalo e fazendo-se acompanhar de algumas alimárias adicionais para transporte de bagagens, depois de visitar na véspera o Mosteiro de Santa Maria das Júnias, em terras de Montalegre, começa a rumar a sul, dirigindo-se com igual propósito ao Mosteiro de São Pedro das Águias, perto de Tabuaço. Imaginemos por instantes aqueles nove forasteiros e talvez uma dúzia de cavalos e muares percorrendo enfileirados os modestos caminhos medievais da região, entre o desconforto e o silêncio de que sempre se revestem os dias chuvosos de Inverno.

À época, o relato de Claude de Bronseval constitui um documento invulgar, só comparável talvez a um outro resultante da viagem efectuada pelo Barão de Rozmital,² que por seu turno trouxera da Boémia uma comitiva de perto de quarenta pessoas,³ com passagem em 1466 por terras portuguesas, em direcção a Santiago de Compostela. Mesmo assim, o texto correspondente à viagem do Barão de Rozmital é mais telegráfico nos pormenores que nos legou, ainda que incluindo também o actual distrito de Vila Real, atravessado longitudinalmente desde o Tua até ao Tâmega.

Voltando ao fio da meada, à *Peregrinatio hispanica*, a preciosa relação quincentista de Claude de Bronseval: em 28 de Janeiro de 1533, um dia «frigidíssimo», a comitiva deixa então as vizinhanças de Pitões das Júnias, pelas oito horas da manhã. Depois da primeira légua de caminho, atravessa o Rio Cávado «com grande perigo», numa «ponte de madeira débil e trémula», e duas léguas mais à frente pára numa aldeia chamada Travassos.⁴ Apesar do esforço muito meritório que nitidamente colocou no seu trabalho, Maur Cocheril, o organizador francês da edição de 1970, julgou tratar-se de uma localidade homónima no concelho de Póvoa de Lanhoso, empurrando de forma equívoca o itinerário de Claude de Bronseval para terras do Minho, antes de o fazer regressar a Trás-os-Montes, como se vê pela interpretação plasmada no mapa que publicou e adiante se reproduz.

2 Lev de Rozmital (c. 1425-1486) era irmão de Johana de Rozmital, rainha consorte da Boémia.

3 Cf. Gabriel Tetzl e Václav Sasek, *The travels of Leo of Rozmital through Germany, Flanders, England, France, Spain, Portugal and Italy, 1465-1467*, anotado e traduzido das versões alemã e latina por Malcolm Letts, Hakluyt Society, Cambridge, 1957, p. 16.

4 «Travaissa», de acordo com a grafia de Claude de Bronseval, neste como noutros topónimos ligeiramente distorcida pela estranheza de uma língua que não era a sua — cf. Claude de Bronseval (1531-1533), ob. cit., tomo II, p. 550.

Porém, cotejando com detalhe a cartografia da região e o relato de 1533, percebe-se que esta aldeia de Travassos é, afinal, Travassos da Chã, a sudeste do ponto de partida e ainda no actual concelho de Montalegre, distando efectivamente de Pitões das Júnias as três léguas somadas até aí pelo cronista. Já a localidade de Travassos no concelho de Póvoa de Lanhoso, proposta no mapa de 1970, fica a cerca de sete léguas de Pitões, sendo que essa jornada de 28 de Janeiro ainda não tinha terminado e viria a totalizar apenas cinco léguas. É o próprio Claude de Bronseval quem o regista ao fim do dia: «Andámos das oito da manhã às quatro da tarde para fazer estas cinco léguas».⁵ Portanto, a viagem até ao Douro decorreu inteiramente por caminhos que hoje pertencem ao distrito de Vila Real, como se vai percebendo ao seguir as indicações intermédias do cronista — bem precisas, aliás, sobretudo se tivermos em conta as escassíssimas ferramentas ao dispor de um viajante daquele tempo para medir distâncias e anotar percursos num território desconhecido.

Mas voltemos a Travassos da Chã, a primeira paragem após três léguas de caminho por terrenos montanhosos, onde cada homem bebe «um bom copo de vinho a quatro reais a canada»,⁶ o mais barato que até aí lhes é servido em Portugal (e na verdade a comitiva já entrara no País há sete meses, em 28 de Junho de 1532, precisamente). Travassos é, de resto, um lugar associado à viação desde a época romana. Ainda hoje se conserva na aldeia um miliário anepígrafo.⁷ A partir daqui, e para concluir o primeiro destes dias de jornada, o grupo percorre então mais duas léguas até à aldeia de Quintas,⁸ muito perto de Boticas, conseguindo alojar-se comodamente, ao contrário do que vinha acontecendo em grande parte das ocasiões. Apesar disso, ao procurar adquirir alimentos, apenas encontra na aldeia pão e vinho. E nem um pedaço de carne disponível.

O dia seguinte, 29 de Janeiro, começa como todos os outros, com a celebração da missa, que, à falta de local mais apropriado, se reza no lugar onde o Abade pernolitara. Feita uma refeição matinal, retoma-se a viagem por terras

5 «*Fuimus ab VIII de mane usque ad quartam post meridiem ad istas quinque leucas*» — *ibidem*.

6 A canada era uma das principais unidades de capacidade para líquidos. Equivalia a pouco menos de um litro e meio, e dividia-se em quatro quartilhos.

7 Trata-se de um marco de granito reutilizado como cruzeiro — veja-se, por exemplo, Antonio Rodriguez Colmenero, Santiago Ferrer Sierra e Rubén D. Álvarez Asorey, *Miliarios e outras inscrições viarias romanas do Noroeste Hispánico*, Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela, 2004, p. 168.

8 «Não localizada» por Maur Cocheril, o organizador da edição de 1970 (ob. cit., tomo II, p. 551, nota de rodapé), naturalmente porque a procurava em terras minhotas, na sequência do engano referido. A aldeia de Quintas fica a pouco mais de dois quilómetros de Boticas, sede do concelho.

montanhosas, percorrendo «uma grande légua» até à aldeia de Sobradelo,⁹ já em cima do Rio Tâmega,¹⁰ curso de água que os viajantes atravessam, um a um, numa barca pequena e perigosa.¹¹ As «três léguas» seguintes, até ao fim da jornada, são feitas debaixo de chuva. Creio que o trajecto terá continuado por Capeludos,¹² transpondo as montanhas até ao vale, nas imediações de Pedras Salgadas, para apanhar a estrada que ligava Chaves a Vila Real, tendo em conta as palavras do cronista: «Deixando o rio, subimos a montanhas altas por um bom caminho e encontrámos no seu topo vinhas entre rochedos. Descemos então a um belo vale e, seguindo-o, chegámos finalmente a uma boa terra chamada Villapammi».¹³ Vila Pouca, justamente, três léguas depois do Tâmega.¹⁴

9 «Soubradelle», na grafia improvisada por Claude de Bronseval (ob. cit., tomo II, p. 552). Em linha recta, Sobradelo, também no concelho de Boticas, fica a cerca de sete quilómetros de Quintas, pelo que «uma grande légua» é expressão apropriada. Maur de Cocheril, em 1970, julgou tratar-se de Sobradelo da Goma, freguesia do concelho de Póvoa de Lanhoso, na sequência do engano com Travassos.

10 Certamente confundindo informações que no local lhe foram dadas, Claude de Bronseval troca o nome do Tâmega com o do Terva, pequeno afluente que se lhe junta um pouco abaixo.

11 Dois séculos mais tarde, o vigário de Pinho, a cuja freguesia pertencia Sobradelo, confirma que o Tâmega continuava a atravessar-se naquele sítio com recurso a uma barca; «suposto [que] de Verão é vadeável, de Inverno é passagem perigosa e em muitas enchentes se não passa, sendo a concorrência frequente, por ser a estrada direita de Vila Real para a vila de Montalegre e todo o seu concelho» — António Dias Monteiro, «Pinho» (1758), documento publicado por José Viriato Capela em *As freguesias do distrito de Vila Real nas Memórias paroquiais de 1758*, edição do Autor, Braga, 2006, p. 193. Ainda hoje se mantém a importância deste local de travessia entre as aldeias de Sobradelo (no concelho de Boticas) e Capeludos (no concelho de Vila Pouca de Aguiar), entretanto com recurso a um pontão já antigo, que por sinal está prestes a ser afectado pela albufeira resultante da Barragem do Alto Tâmega, em construção. Para manter esta velha travessia ao serviço das populações locais, está prevista uma nova ponte, com o tabuleiro a uma altura de cerca de 50 metros acima da actual cota do rio.

12 A nascente do castro romanizado donde proveio uma estátua de guerreiro que se encontra depositada no Museu Nacional de Arqueologia. «A estátua é de granito, como as outras que existem no país, mas distingue-se de todas elas por o guerreiro estar representado com capacete na cabeça» (José Leite de Vasconcelos, «Estátua de um guerreiro lusitano», *O Archeologo Português*, vol. VII, Museu Etnológico Português, Lisboa, 1903, p. 23).

13 «*Flumine relicto, ascendimus montes altos via facili, et in montium illorum summis invenimus vineas inter saxa et rupes. Ultra progressi descendimus in valem bonam. Et eam sequuti, tandem applicuimus ad bonum villagium vocatum Villapammi*» — Claude de Bronseval (1531-1533), ob. cit., tomo II, p. 552.

14 Como se vê adiante no mapa de 1970, Maur Cocheril arriscou para Villapammi tratar-se da aldeia de Vila Marim, obviamente por ser Vila Real o destino intermédio seguinte da viagem. Claro que Vila Marim está bem longe de se situar a três léguas do Tâmega e de Sobradelo, mas o erro de cálculo já vinha de trás, a partir do desvio equívoco por terras do Minho.

Não é fácil naquele dia encontrar alojamento em Vila Pouca de Aguiar. Os habitantes começam por recusar-se a acomodar o grupo, à semelhança do sucedido em diversos outros pontos da viagem decorrida até aí em território português. É preciso ameaçar publicamente com o castigo do poder real — porque o Abade se fazia acompanhar de uma carta de D. João III ordenando o seu alojamento na passagem por terras de Portugal. E só então aparecem estábulos capazes de acolher os animais castigados pela chuva e um ferreiro disposto a acolher os viajantes, ainda que oferecendo «hospedagem miserável e enfumaçada».¹⁵

Não tinham os portugueses a fama de bem receber que adquiriram entretanto. Nicolau Clenardo, por exemplo, o célebre humanista flamengo que coincidentemente chegaria a terras portuguesas neste mesmo ano de 1533, a convite de D. João III, escreveu passagens como esta: «o certo é que o vinho, o pão, a carne, tudo aquilo enfim que convém a viajantes cansados, se encontra na Galiza muito melhor que em Portugal».¹⁶ Já em 1466, as primeiras impressões com que ficara a comitiva do Barão de Rozmítal, entrando no País pelo Nordeste, eram ainda menos abonatórias. Diz-nos Gabriel Tetzl, um dos seus cronistas: «passámos fome e adversidades até chegarmos a uma cidade chamada Braga».¹⁷

Vila Pouca de Aguiar, 30 de Janeiro de 1533. Ainda antes de romper o dia, reza-se a missa numa pequena capela da terra. E a caravana retoma a viagem, através de «um longo vale entre montanhas».¹⁸ Ao fim de «uma légua e meia»,

15 Claude de Bronseval (1531-1533), ob. cit., tomo II, p. 552.

16 Nicolau Clenardo, *Peregrinationum ac de rebus machometicis epistolae elegantissimae* (1551), cartas traduzidas e publicadas por Manuel Gonçalves Cerejeira em *O humanismo em Portugal: Clenardo*, Coimbra Editora, Coimbra, 1926, p. 325.

17 Gabriel Tetzl e Václav Sasek (1465-1467), ob. cit. p. 100. A comitiva do Barão de Rozmítal entrou no País atravessando o Rio Douro nas proximidades de Freixo de Espada à Cinta, passando depois por Torre de Moncorvo, Abreiro, Vila Pouca de Aguiar e Ponte de Cavez, em direcção a Braga. Em 1867, Camilo Castelo Branco publicou um texto em que tece comentários à viagem do Barão. Na leitura que fez do relato original, Camilo confundiu Abreiro com Barca d'Alva. Mas isso é irrelevante, em face dos deliciosos comentários que tece, como só talvez Camilo pudesse fazer, às passagens aparentemente delirantes sobre a fauna trasmontana inscritas na crónica quatrocentista, incluindo serpentes voadoras e lacraus do tamanho de cães de caça (veja-se Camilo Castelo Branco, *Cousas leves e pesadas*, Luiz José d'Oliveira — Editor, Porto, 1867, pp. 68-73). Creio que essas descrições fantasiosas registadas durante a viagem do Barão de Rozmítal podem talvez ser compreendidas à luz do imaginário colectivo e das representações sociais do século XV, pouco detectáveis já na crónica de Claude de Bronseval, escrita no século seguinte, habituado como andava entretanto o Mundo às novidades mais bizarras trazidas pelos Descobrimientos.

18 O Vale de Aguiar, naturalmente.

de novo um encontro com terreno acidentado.¹⁹ Adivinha-se a subida até ao Alto da Samardã, a partir do qual o grupo desce para «a parte inferior da região», trilhando certamente as calçadas lajeadas de Benagouro²⁰ e Vila Seca,²¹ passando mais abaixo pelo Cruzeiro da Borralha²² (no entroncamento das vias de Chaves e Bragança), já perto do troço final da velha estrada, que descia pela actuais ruas de Santa Iria, Santo António e Manuel Maria Bessa Monteiro, para alcançar enfim «um grande e bonito burgo chamado Vila Real, cercado por vertentes abruptas»,²³ onde a comitiva se detém para o almoço.

«No topo da colina sobre a qual o burgo foi construído» — ainda nos diz o cronista — «existe uma fortaleza antiga e bastante desmembrada pertencente ao Marquês».²⁴ Ora, este é um testemunho inesperado, capaz de nos dar conta de que, afinal, ao sair da Idade Média, já as muralhas vila-realenses davam mostras da enfermidade estrutural e do abandono de que viriam a padecer até ao fim. É certo que o pano virado a norte, o de maior imponência, ainda resistiria mais três séculos, mesmo após uma grande tempestade fazer desabar parcialmente uma das torres, em 1708. Mas no derradeiro ano de 1863, por ameaçar ruína o arco de entrada, pondo em perigo os transeuntes, a Câmara decide-se pelo caminho mais fácil, optando pela demolição total das chamadas Portas da Vila e da muralha adjacente.

Depois do almoço, a comitiva deixa Vila Real, inflectindo a sudeste, para se aproximar do Rio Douro num alinhamento mais conforme com o Mosteiro de São Pedro das Águias, o destino desses dias de jornada. Claude de Bronseval

19 Na versão original: «*inter alios scopulos*» — Claude de Bronseval (1531-1533), ob. cit., tomo II, p. 552.

20 Ainda se conserva.

21 Hoje apenas resta o topónimo Calçada. Infelizmente, este troço foi asfaltado no final do século XX. Em 1991, Carlos Ervedosa ainda fotografou uma derradeira e pequena parte que então se conservava, mas acabou por desaparecer também (cf. Carlos Manuel Nascimento Ervedosa, *Carta arqueológica do concelho de Vila Real*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 1991, p. 31 e estampa X).

22 Este cruzeiro viário está classificado como imóvel de interesse municipal desde 1977. Encontra-se ligeiramente deslocado do sítio de origem. Pelas suas características, João Parente considera-o medieval — veja-se *Os cruzeiros da Diocese de Vila Real*, edição do Autor, s. l. [Vila Real], 2004, p. 345.

23 No original: «*grossum et pulchrum burgum vocatum Villa-real, vallatum circumquaque rupibus precis*» — Claude de Bronseval (1531-1533), ob. cit., tomo II, p. 552.

24 O Marquês de Vila Real, obviamente, cuja tia, D. Catarina, Abadessa do Mosteiro de Almoester, o Abade de Claraval conheceu meses antes, na visita que aí fizera. Nesta época, havia apenas um título de marquesado em Portugal. E por isso o Marquês, por excelência, era o de Vila Real, no caso D. Pedro de Meneses, que em 1523 sucedera a seu pai, D. Fernando de Meneses.

não nos diz onde atravessou o Rio Corgo, mas há-de ter sido na Ponte de Santa Margarida (a primeira com este nome), uma estrutura então recente, edificada haveria pouco mais de quatro décadas. A próxima paragem de que temos notícia é Provesende; de maneira que se antevê o itinerário a passar pela actual Rua da Guia, pela antiga «carreira» de Vilalva,²⁵ pela ponte de madeira que então existia sobre o Ribeiro de Tourinhas,²⁶ pela calçada lajeada de Torneiros, pela aldeia de Constantim. E depois seguindo a velha estrada de Sabrosa, descendo à Ponte Pedrinha,²⁷ na freguesia de Andrães, para transpor o Rio Tanha. Claude de Bronseval parece confirmá-lo, ao registar que, por este território, se cumprem «duas léguas» através de «colinas férteis» (provavelmente até às imediações de São Martinho de Anta e Roalde),²⁸ enveredando então a comitiva por «terrenos montanhosos», para encontrar finalmente, «no cimo de um monte elevado, uma terra chamada Provesende».²⁹

Aqui termina mais um dia de jornada, mas não terminam os problemas desse dia. Debaixo de chuva forte, os forasteiros percebem que uma vez mais ninguém está disposto a acolhê-los. Procura-se o juiz local, mostra-se-lhe a carta

-
- 25 Mais tarde conhecida por Estrada de Torneiros, esta velha «carreira» aparece já mencionada em 1258 — cf. *Inquirições Gerais de D. Afonso III: Quarta alçada* (1258), publicadas em *Portugaliae monumenta historica: Inquisitiones*, vol. I, parte II, fasc. VIII, Academia das Ciências, Lisboa, 1961, p. 1225. Hoje, é na sua maior parte designada Rua Eng.º Joaquim Botelho de Lucena.
- 26 A referência mais recuada a uma ponte na Estrada de Torneiros aparece-nos em 1583, num documento do arquivo da Misericórdia de Vila Real (cf. Fernando de Sousa e Natália Marinho Ferreira-Alves, orgs., *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real: História e património*, CEPESE, Porto, 2011, p. 62). Em todo o caso, é bem possível que esta ponte de madeira sobre o Ribeiro de Tourinhas (reerguida sucessivamente) seja tão antiga quanto a própria «carreira» em que estava inserida, podendo mesmo ter origem na época romana. Em meados do século XVIII construiu-se a ponte de cantaria que a veio substituir e ainda se conserva. Coordenadas geográficas em graus decimais: 41.29019, -7.72084.
- 27 Coordenadas geográficas em graus decimais: 41.27059, -7.6728. A Ponte Pedrinha, que ainda se conserva, já aparece referida nas *Memórias paroquiais* de 1758 e deve ser de origem medieval. Na velha estrada para Sabrosa, assegurava o atravessamento do Rio Tanha, entre Constantim e São Cibrão. Mas corresponde a um local de passagem ainda mais antigo, possivelmente utilizado como vau desde a época romana, como denuncia ainda hoje a existência do topónimo Porto para designar aquele lugar. A partir do centro de Andrães, por exemplo, desce a Rua do Porto até à ponte.
- 28 Nas *Inquirições* de 1258, refere-se já uma «carreira velha» junto a Roalde e São Martinho de Anta, e também uma «corredoura» (isto é, um lugar ou caminho de passagem) «sobre Paços», mais perto de Sabrosa — *Inquirições Gerais de D. Afonso III: Quarta alçada* (1258), ob. cit., p. 1238. Creio que Claude de Bronseval terá seguido para Provesende logo a partir de Roalde, pela variante mais curta e montanhosa.
- 29 «Pervisanda», na grafia do cronista — cf. Claude de Bronseval (1531-1533), ob. cit., tomo II, p. 552.

de D. João III ordenando o alojamento da comitiva. No entanto, lida a carta real e desdobrando-se o juiz em contactos com os habitantes da terra, ninguém quer obedecer-lhe. Apenas o Abade é recebido numa casa. O resto do grupo não encontra hospedagem nem sítio para recolher os cavalos, porque os moradores de Provesende simplesmente se recusam a obedecer à ordem do Rei de Portugal. No meio deste impasse, é o próprio cronista quem pega na sua bolsa exibindo seis ducados a uma daquelas pessoas que lhes haviam recusado hospitalidade. Com o dinheiro à vista, aparece uma resposta alternativa: «Recebo cinco animais e três de vós; tenho cama, um capão e vinho bom.»³⁰ E assim acaba aquele dia longo de 30 de Janeiro de 1533 em Provesende, uma terra onde seis moedas valeram mais do que uma ordem de D. João III.

Continua a chover na manhã seguinte. Depois da missa, o Abade de Claraval e os seus acompanhantes iniciam a jornada, desta feita partindo de Provesende para o Mosteiro de São Pedro das Águias. A primeira hora é inteiramente gasta na difícil descida para atingir o Rio Douro, através de um caminho pedregoso e muito íngreme que os obriga a avançar a pé, segurando os cavalos pelas rédeas. Lá em baixo, no profundo vale do Rio Pinhão, aguarda-os «uma ponte de madeira perigosa e trémula assente em dois rochedos».³¹ O acesso à outra banda faz-se com paciência e cuidado, um homem com seu cavalo de cada vez. Já na margem esquerda, os viajantes seguem por um caminho estreito acompanhando o curso do rio, com passagens muito perigosas entre vertentes escarpadas. Impressionado, Claude de Bronseval registará: «Se alguém dali tivesse caído, sem dúvida teria perdido a vida e, esmagado nas rochas, encontraria a sua sepultura no leito do rio.»³² Julgo que este caminho estreito e perigoso entre a velha ponte de madeira e o antigo cais do Pinhão teria cerca de um quilómetro e dele ainda restam vestígios³³ abaixo da Estrada Nacional 322-3, que por ali passa

30 «*Recipiam quinque bestias et tribus ex vestris, habeo lectum, caponem, optimum vinum*» — *ibidem*.

31 *Ibidem*, p. 554. Claude de Bronseval regista «Ponte de Pigno», isto é, Ponte do Pinhão. Creio que ficaria já nos limites da antiga freguesia de São Cristóvão do Douro, umas centenas de metros a montante da ponte que tem hoje o mesmo nome, à entrada da vila do Pinhão, unindo os concelhos de Sabrosa e Alijó. Nas *Memórias paroquiais* de 1758 voltamos a ter notícia desta «ponte de pau», quer dizer, de uma sua sucessora, porque as pontes de madeira iam sendo reerguidas, dada a sua natureza — cf. João Teixeira, «S. Christovão do Douro» (1758), documento publicado por José Viriato Capela (2006), ob. cit., p. 433. Na margem esquerda do rio, igualmente se refere a esta «ponte de pau» o vigário de Casal de Loivos, freguesia a que o lugar do Pinhão pertencia no século XVIII — cf. Caetano Oliveira Salgado, «Sam Bartholomeo de Casal de Loivos» (1758), documento publicado por José Viriato Capela (2006), ob. cit., p. 140.

32 Claude de Bronseval (1531-1533), ob. cit., tomo II, p. 554.

33 Coordenadas geográficas em graus decimais: 41.19845, -7.54374.

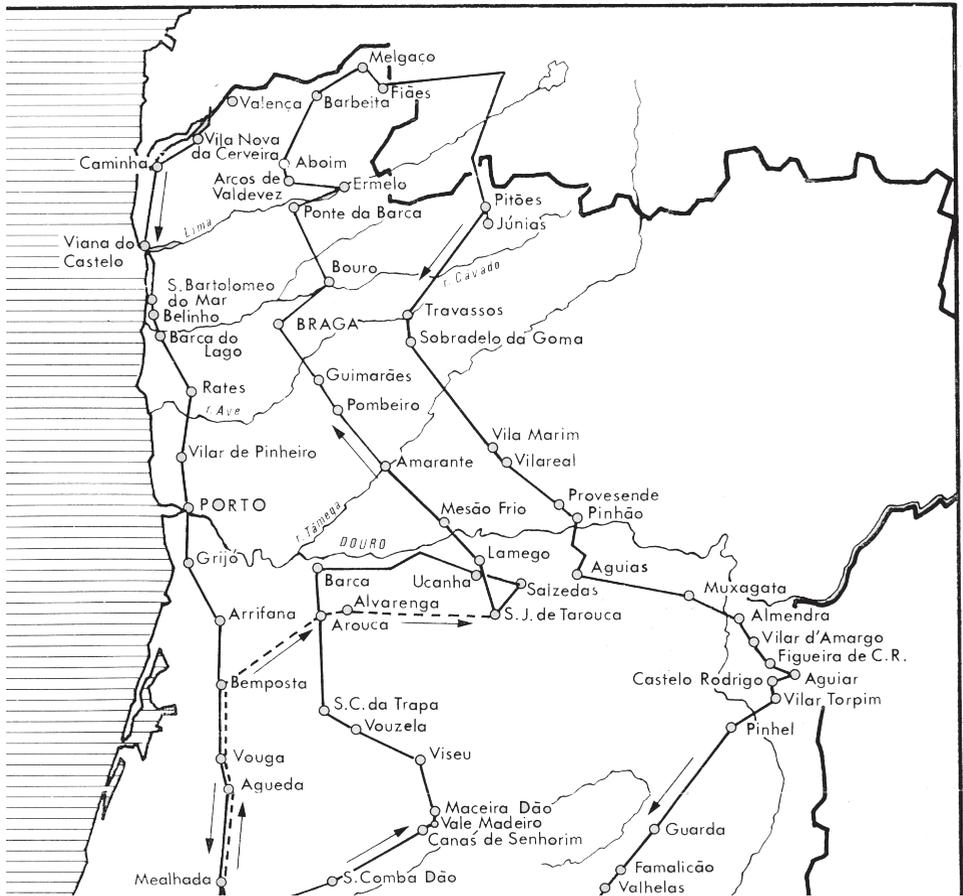
agora, descendo de Favaios, não longe do entroncamento com a via que sobe para Casal de Loivos.

Lá à frente está «o grande Rio Douro»,³⁴ que é preciso atravessar e só virá a ter pontes a partir do século XIX, ainda que nesta época já se pensasse no assunto. Um ano antes desta viagem, por exemplo, anotava Rui Fernandes que «seria uma cousa mui nobre neste Reino haver uma ponte no Douro, porque por ser fragoso é mui perigoso nas passagens».³⁵ Por essa altura, aquela que é hoje a vila do Pinhão estava longe do progresso que lhe haveria de trazer a expansão do comércio do vinho do Porto, no século XVIII, e a linha de comboio, que ali chega em 1880. Ao sair da Idade Média, era apenas um lugar de pouca gente incluído na freguesia de Casal de Loivos. Todavia, tinha um cais e uma barca de passagem que servia a região. É para aí que os viajantes se dirigem, neste dia 31 de Janeiro de 1533.

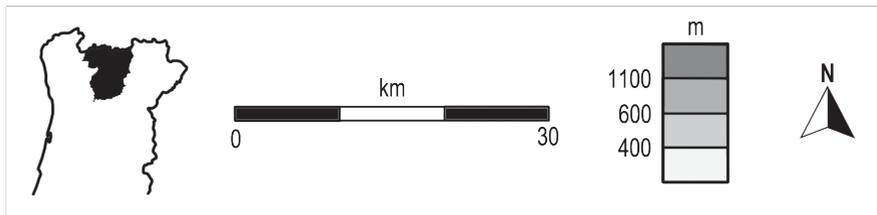
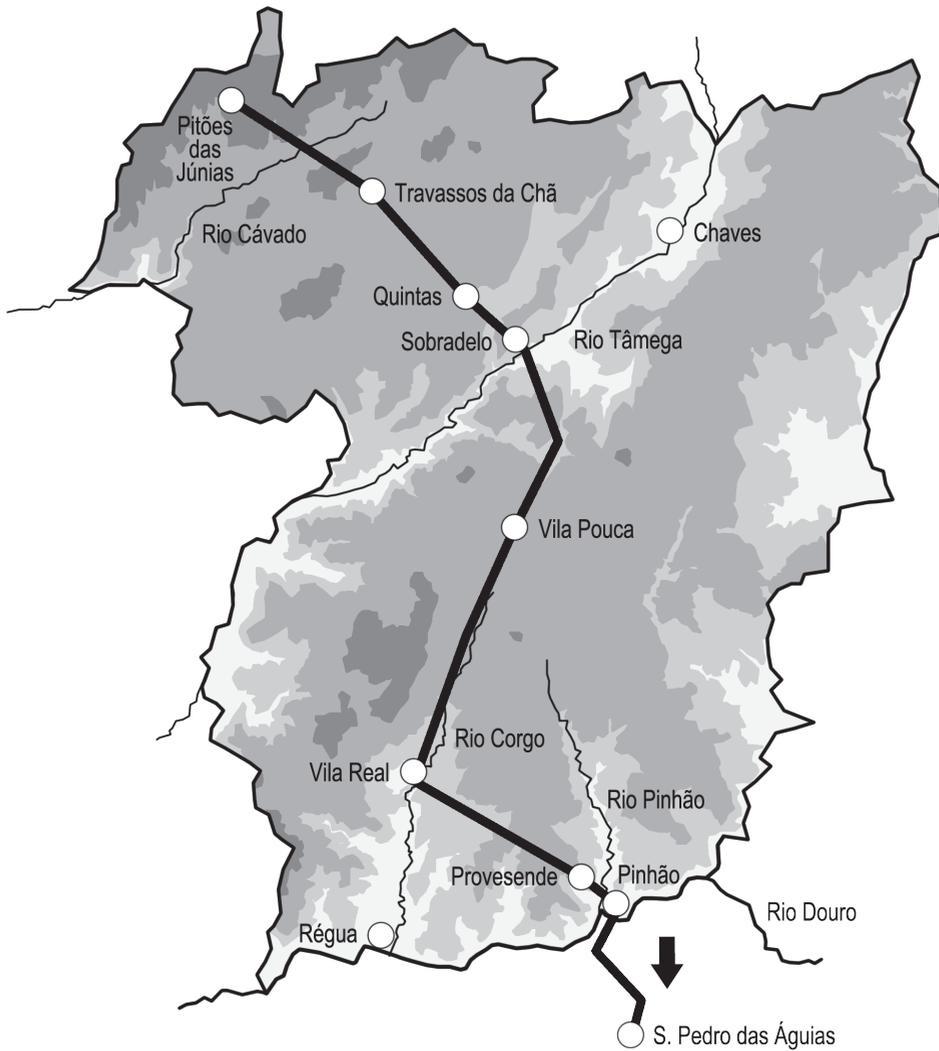
O Douro corre com certa violência, como sempre acontece nos períodos mais chuvosos. Eis de novo a comitiva «em grande perigo», a partir do momento em que o barqueiro dá início à travessia de homens e animais, num vaivém sucessivo que se alonga por «três horas». Para trás, Vila Real e seu termo. Para a frente, a passagem por Valença do Douro e Castanheiro do Sul, até ao mosteiro seguinte, São Pedro das Águias, quatro dias de jornada após Santa Maria das Júnias.

34 No original: «*flumine magno Doero*» — Claude de Bronseval (1531-1533), ob. cit., tomo II, p. 554.

35 Rui Fernandes, *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas* (1532), estudo introdutório e transcrição de Amândio Jorge Morais Barros, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2012, p. 87.



Excerto do mapa da edição de 1970, assinalando equivocadamente o percurso através do Minho (tomo II, extratexto)



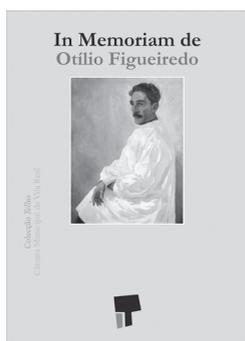
*O percurso da comitiva entre Pitões das Júnias e São Pedro das Águias
(28 a 31 de Janeiro de 1533)*

Actividades do Grémio Literário Vila-Realense



***Tellus* – Revista de Cultura Trasmontana e Duriense, N.º 73.**

Ângelo Sequeira, António Adérito Alves Conde, António Pimenta de Castro, A. M. Pires Cabral, José Dias Baptista, Sebastião Bravo, Vítor Nogueira



Dia das Letras Trasmontanas e Alto-Durienses

Embora condicionado pelas restrições decorrentes da Covid 19, o Grémio Literário Vila-Realense não deixou passar em branco a data de 16 de Março, que é, como se sabe, o Dia das Letras Trasmontanas e Alto-Durienses.

Este ano, entendeu-se dedicar este dia a Otilio Figueiredo, lembrando o 50.º aniversário da 1.ª edição de um dos seus livros mais conhecidos, *ABC das Mães*. Foi publicado um *In Memoriam* sobre este escritor, que foi também médico dedicado e cidadão exemplar.

Organizado por A. M. Pires Cabral e Elísio Amaral Neves, o *In Memoriam* reúne textos de A. M. Pires Cabral, Anabela Quelhas, António Alberto Sampaio Figueira Alves, Armando Miro, Elísio Amaral Neves, Francisco Seixas da Costa, José Alves Ribeiro, José João Pinhanços de Bianchi, Manuel Cardona, Maria Hercília Agarez e Paulo Vaz de Carvalho.



Dia Mundial da Poesia

O Dia Mundial da Poesia (21 de Março) foi também comemorado, mau grado as restrições impostas pela pandemia. Constatou-se de duas acções.

Por um lado, uma interessante exposição documental, organizada por Elísio Amaral Neves, sobre o poeta Fausto Guedes Teixeira (Lamego, 1871 – 1940), com pretexto na passagem do 150.º aniversário do seu nascimento.

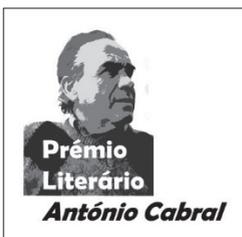
Por outro lado, e como tem sido uma constante nas comemorações do Dia Mundial da Poesia, foi editado e distribuído mais um Álbum de Poesia, o 15.º, com capa de Rui Pires Cabral.



Vila Real – História ao Café

Dado o sucesso das duas edições anteriores, que se encontravam esgotadas, o Grémio Literário Vila-Realense promoveu a publicação da 3.ª edição da obra *Vila Real – História ao Café*. Trata-se de um grosso volume de 500 páginas, da responsabilidade de Elísio Amaral Neves e A. M. Pires Cabral, onde são compiladas as 182 intervenções feitas por diversos comunicadores no Ciclo ‘História ao Café’, levadas a cabo na Área de Exposições Temporárias do Museu de Arqueologia e Numismática entre 1997 e 2005.

A obra foi distribuída no dia 7 de Abril.



Prémio Literário António Cabral – 2021

2021 é ano de Prémio Literário António Cabral, que, como se sabe, tem periodicidade bienal.

A edição deste ano seguirá já um figurino diferente, aprovado pela Câmara Municipal em reunião de 19 de Abril de 2021. Seguindo a tendência dos mais importantes

e prestigiados prémios literários de nível nacional, o Prémio Literário António Cabral destina-se a distinguir uma obra publicada em livro no ano de 2020, e não um original inédito, como acontecia até aqui.

Sumário

- Carvalho Campos e Menéres: uma família de «brasileiros»
do lugar do Prado (Borbela)
António Adérito Alves Conde 5
- A pintura setecentista de Sedielos e alguma talha de Penaguião
Armando Palavras 23
- Duas razões a juntar às outras para celebrar Camões aqui,
em Vila Real
Elísio Amaral Neves 46
- A bica do lar e o banho turco
José Dias Baptista 51
- Para o estudo das consequências da *Lei da Separação
do Estado das Igrejas (1911)* no Distrito de Vila Real
Pedro Abreu Peixoto 58
- Cartas da Bila (8)
Sebastião Bravo 69
- Uma viagem por Trás-os-Montes ao sair da Idade Média
Vítor Nogueira 80
- Actividades do Grémio Literário Vila-Realense 91

